

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**DANCINGS E CABARÉS: EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO
SINDICAL DAS BAILARINAS NO RIO DE JANEIRO (1930-1946)**

MARIANA DOS SANTOS CARDOSO

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Dancings e Cabarés: Experiência de trabalho e organização sindical das
bailarinas no Rio de Janeiro (1930-1946)**

MARIANA DOS SANTOS CARDOSO

Sob a orientação da Professora Doutora

Fabiane Popinigis

Sob a co-orientação da Professora Doutora

Cristiana Schettini

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração: Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Trabalho e Práticas culturais.

Seropédica, RJ

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268d Cardoso, Mariana dos Santos, 1997-
Dancing e cabarés: experiência de trabalho e
organização sindical das bailarinas no Rio de Janeiro
(1930-1946) / Mariana dos Santos Cardoso. - Rio de
Janeiro, 2022.
153 f.: il.

Orientadora: Fabiane Popinigis.
Coorientadora: Cristiana Schettini.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História - UFRRJ , 2022.

1. História Social. 2. Mercado de diversões. 3.
Sindicalismo. 4. Polícia de Costumes. 5. Bailarinas.
I. Popinigis, Fabiane, 1972-, orient. II. Schettini,
Cristiana , 1973-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
História - UFRRJ . IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 765 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.040825/2022-11

Seropédica-RJ, 04 de julho de 2022.

MARIANA DOS SANTOS CARDOSO

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRA, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30 de junho de 2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Dra. LARISSA ROSA CORREA, PUC - RJ Examinadora Externa à Instituição

Dr. PAULO ROBERTO RIBEIRO FONTES, UFRJ Examinador Externo à Instituição

Dr. ALEXANDRE FORTES, UFRRJ Examinador Interno

Dra. FABIANE POPINIGIS, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 04/07/2022 09:38)

ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: 1308466

(Assinado digitalmente em 05/07/2022 07:21)

FABIANE POPINIGIS
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO - TITULAR
PPHR (12.28.01.00.00.49)
Matricula: 1579919

(Assinado digitalmente em 20/07/2022 21:24)

PAULO ROBERTO RIBEIRO FONTES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 023.468.138-18

(Assinado digitalmente em 04/07/2022 18:26)

LARISSA ROSA CORRÊA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 278.682.288-22

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 765, ano:
2022, tipo: TERMO, data de emissão: 04/07/2022 e o código de verificação: 9e6ceff5cb

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Essa dissertação foi escrita em condições muito diferentes daquelas que eu imaginei quando decidi ingressar no Mestrado. Vivemos a pior pandemia do século. Hoje, escrevendo esse texto de agradecimento, eu ainda custo acreditar no pesadelo que vivenciamos e não posso iniciar esse agradecimento reconhecendo em mim mesma o grande esforço que foi concluir esta etapa. Agradeço, do fundo do meu coração, à Mariana que mesmo quando o mundo parecia desabar em sua cabeça, não desistiu e insistiu no sonho dessa pesquisa que se iniciou ainda na graduação. Hoje, estamos próximos da superação do pesadelo sanitário, graças aos movimentos sociais que lutaram pelo direito à vacina [Viva o SUS!]

O processo de pesquisa é muito solitário. Com o isolamento social imposto pela pandemia, tudo ficou muito mais angustiante. Por isso, não posso começar esse texto de agradecimento sem me referir àqueles que tornaram esse período um pouco menos tortuoso.

Em primeiro lugar ao começo e final de tudo, meus queridos pais, Márcia e ao Edimar, que desde meu ingresso na Rural tornaram esse caminho possível. Mesmo com as dificuldades, financeiras, emocionais e também de saúde impostas pela crise.

Ao meu grande amor e melhor amigo, João Renato. As praias, trilhas e cachoeiras fizeram toda a diferença. Você torna tudo muito mais leve. Obrigada por me reconectar com o mundo.

Agradeço à minha fiel escudeira e amiga de quarto, Gabi. Minha irmã caçula que gastou horas de madrugada na longa, cansativa e intensa quarentena. Você precisa saber que sua companhia foi muito importante. À minha avó, Enicea, com sua doçura e gentileza, que está sempre aqui por mim. Aos meus padrinhos, Auri e Erick, por todo apoio, de uma vida inteira.

À Dona Elvira e Maria Clara que dividiram o tempo pandêmico com comida e bons drinks (isso coloco na conta do João também!) e foram minha segunda casa. Pelo menos fomos recompensadas com uma ótima viagem, não é? Obrigada por me ajudarem a esquecer dos problemas imensos que pesavam sobre mim.

Agradeço também as minhas velhas amizades, Yasmim e Nadine, que me proporcionaram bons reencontros após o isolamento e sempre me dão a certeza de um lugar seguro. Não posso também deixar de agradecer às minhas queridas amigas de república – eu ainda falo no presente porque a verdade é que eu sinto muita falta de dividir um lar com vocês – Michelle e Dalia. Eu sei que sempre terei um lugar para retornar. Ao Matheus José, meu grande amigo, que sempre acha um tempo para estar presente e me apoia nesse caminho. À Juliana que comigo divide muitas coisas: a analista, as neuroses, as crises, a vontade de desistir. Mas dividimos o sonho do mestrado e estou muito orgulhosa de ter chegado até aqui junto de você. Agradeço muito por nossos caminhos terem se cruzado.

Ao NEPHS que muito mais do que um grupo de pesquisa com leituras atentas dos textos, tornou-se um grupo de grande solidariedade. À minha orientadora Fabiane Popinigis que desde a Iniciação Científica na graduação confiou em mim e me apoiou até aqui para que eu não desistisse. À Cristiana Schettini que topou a co-orientação e fez leituras e comentários maravilhosos. Eu sou imensamente grata pelo privilégio de ter a orientação de duas professoras tão atenciosas em sentidos que vão muito além dos muros da academia. Obrigada pelos ensinamentos, sempre os levarei para minha prática em sala de aula!

À Professora Adriana Barreto, com quem aprendi muita coisa durante a graduação, e hoje agradeço novamente pelas dicas valiosas na banca de qualificação. Também ao Professor Paulo Fontes que me forneceu importantes apontamentos para a escrita dessa dissertação.

À Flávia Veras pelas valiosas conversas que me apontaram excelentes caminhos que podem ser vislumbrados aqui. E claro, pela grande generosidade em me ceder bancos de dados. Com os arquivos públicos fechados em razão da crise sanitária, isso fez toda diferença no meu percurso.

Agradeço à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa. Viva a CAPES! Viva as políticas públicas afirmativas! Viva a Universidade Pública!

Por fim, um agradecimento especial aos estúdios de arte, Nut Café e Arte e Pin Up por todas as danças que me proporcionam!

Já dizia o poeta: “A arte existe porque a vida não basta!”. E a arte de fantasiar através do corpo vem de longe!

As próximas páginas conectam o poder da dança na construção dos sentidos da vida...

RESUMO

CARDOSO, Mariana dos Santos. **Dancings e Cabarés: experiência de trabalho e organização sindical das bailarinas no Rio de Janeiro (1930-1946)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Essa dissertação investiga as várias formas de organização social de mulheres que trabalharam em *dancings* e cabarés do Rio de Janeiro durante os anos 1930 e 1940. Estes estabelecimentos de diversão noturna fizeram parte do mercado de diversões que se expandia desde o início do século XX. Desde 1946, as bailarinas precisavam registrar-se na Delegacia de Costumes, que cumpria o papel organizador do trabalho no mercado de entretenimento. A partir dos anos 1940, elas passam a expressar diversas reivindicações por melhores condições de trabalho no mesmo momento em que a CLT, promulgada em 1943, transformou o cenário sócio-político da luta por direitos trabalhistas. A polícia, no entanto não sai de cena, continuando com seu papel de registro e organização das trabalhadoras. Porém, o repertório de ação das bailarinas foi ampliado e diversas transformações nas relações e nas formas de organização de seu trabalho aconteceram na medida em que elas assumiram o protagonismo de definir o que consideravam justo quando o tema era sua atividade laboral digna de direitos. Assim, indagamos sobre as possibilidades de atuação política e social que existiram para essas mulheres à luz das seguintes dimensões: o processo social e espacial de instalação dos estabelecimentos de dança no mercado de diversão carioca; a intervenção da polícia nas relações laborais que ocorriam ali; o cotidiano laboral das dançarinas; e, finalmente, a experiência de organização sindical que teve lugar entre 1943 e 1952. Para isso, a pesquisa se concentrou principalmente na análise da imprensa diária, da documentação policial, em especial das fichas produzidas pela Delegacia de Costumes, e também em relatos de caráter memorialístico. A dissertação sustenta que as múltiplas formas organizativas de mulheres da classe trabalhadora estiveram atravessadas por persistentes sentidos morais atribuídos às suas experiências, que estiveram também no centro de suas disputas por direitos. Coube à pesquisa evidenciar os significados atribuídos pelas próprias trabalhadoras às suas experiências laborais.

Palavras-chave: História Social, Mercado de diversões, Sindicalismo, Polícia de Costumes, bailarinas.

ABSTRACT

CARDOSO, Mariana dos Santos. *Dancings and cabarets: experiences of work and labor union dancers in Rio de Janeiro (1930-1946)* Dissertation (Masters in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

This dissertation investigates the various forms of social organization of women who worked in dance halls and cabarets in Rio de Janeiro during the 1930s and 1940s. These nightlife establishments were part of the entertainment market that was expanding since the beginning of the 20th century. Since 1946, dancers had to register with the Customs Police Station, which was responsible for organizing work in the entertainment market. From the 1940s onwards, they began to express several demands for better working conditions at the same time that the CLT, enacted in 1943, transformed the struggle for labor rights scenario. The police, however, do not leave the scene, continuing with their role of registering and organizing the workers. However, the dancers' repertoire of action was expanded and several transformations in the relationships and in the forms of organization of their work took place as they took on the role of defining what they considered fair when the subject was their work worthy of rights. Thus, we inquire about the possibilities of political and social action that existed for these women in the light of the following dimensions: the social and spatial process of installation of dance establishments in the carioca entertainment market; the intervention of the police in the labor relations that took place there; the dancers' daily work; and, finally, the experience of union organization that took place between 1943 and 1952. For this, the research focused mainly on the analysis of the daily press, on police documentation, especially the files produced by the Customs Department, and also on reports of memorial character. The dissertation argues that the multiple organizational forms of working class women were crossed by persistent moral meanings attributed to their experiences, which were also at the center of their disputes for rights. It was up to the research to highlight the meanings attributed by the workers themselves to their work experiences.

Keywords: Social History, Market Entertainment, trade unionism, Vice squad, Dancers.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. NAS NOITES CARIOCAS: UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO	23
<i>Um mercado em transformação</i>	24
<i>Usos e sentidos de lugares de diversão noturna no Rio de Janeiro</i>	30
<i>Um mapa da “Noite” carioca</i>	40
<i>“Assim eu ganho a vida!”</i>	44
CAPÍTULO 2. A POLÍCIA DE COSTUMES	48
<i>Quem era a polícia?</i>	49
<i>A negociação entre a polícia e os empresários</i>	56
<i>A carteira cassada e o trabalho sexual</i>	60
CAPÍTULO 3. “UM NOME DE ‘MOÇA DIREITA’ [...] NÃO RESOLVE AS NECESSIDADES DE NINGUÉM”	69
<i>O olhar da imprensa</i>	72
<i>As denúncias e o trabalho no interior dos dancings</i>	76
<i>O par ideal e a moralidade das danças</i>	81
<i>“Os homens não nos querem para esposas...” A história de Neusa, Dulcineia e Isa</i>	85
CAPÍTULO 4. AS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DAS BAILARINAS.....	97
<i>“A Casa da Bailarina”</i>	102
<i>“As bailarinas também querem ter seu sindicato”</i>	108
<i>Entrando na lógica do regime: ser “cidadã com carteira e tudo”</i>	112
<i>A primeira assembleia e a grande festa de posse: um sindicato de mulheres</i>	114
<i>A atuação do sindicato</i>	117
<i>A reorganização de 1948</i>	120

<i>O fim da experiência sindical</i>	126
EPÍLOGO	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	148

LISTA DE ABREVIACÕES

CLT Consolidao das Leis Trabalhistas

D.C.D Delegacia de Costumes e Diversões

DIP Departamento de Imprensa e Propaganda

D.P Delegacia de Polícia

S.R.M Seção de Repressão ao Tráfico de Mulheres, Tóxicos e Entorpecentes

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: “Picotadores” dos dancings no jornal Gazeta de Notícias (1944)	37
Figura 2: Foto de Alma segurando o retrato da filha. A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), 1949.....	45
Figura 3: Foto de Alma limpando o chão de seu apartamento. A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), 1949	47
Figura 4: Foto de Alma cozinhando feijão. A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), 1949.....	47
Figura 5: Ficha de Aristina de Oliveira Porco, 1943.....	50
Figura 6: Ficha de Izabem Paes de Oliveira, 1945.	51
Figura 7: Ficha de Ilma Alves do Prado, 1946.....	51
Figura 8: Ficha de Rosalia Cavalcante Ribeiro, 1947.....	52
Figura 9: Ficha de Léa Aimbinder, 1943.....	53
Figura 10: Verso da ficha de Léa Aimbinder.....	53
Figura 11: Verso da ficha de Rosalia Cavalcante Ribeiro	54
Figura 12: Reportagem sobre a morte da bailarina Rosália	55
Figura 13: Foto de Walda na Revista da Semana (1947).....	72
Figura 14: Foto das bailarinas durante a reportagem do jornal A Noite (1944)....	77
Figura 15: O Casal. Revista da Semana (1947)	83
Figura 16: Cartões de registro de contra-danças. Revista da Semana (1947)	83
Figura 17: Bailarina dançando com homem mais velho. Revista da Semana (1947)	84
Figura 18: Neusa recebendo o seu dinheiro no caixa, Revista da Semana (1947) ..	92
Figura 19: Foto de Dulcineia, Revista da Semana (1947)	93
Figura 20: : Isa preparando a maquiagem num camarim de dancing, Revista da Semana (1947).....	95
Figura 21: Foto das reunião das bailarinas, A Manhã (1943).....	99
Figura 22: Foto da reunião das bailarinas, Gazeta de Notícias (1943).....	100
Figura 23: Reunião preparatória para fundação da Casa da Bailarina, A Noite (1943)	101
Figura 24: Foto das bailarinas falando com um repórter. A Noite (1943).....	103
Figura 25: Fundação da Casa da Bailarina, A Noite (1943).....	106
Figura 26: Foto da reunião de fundação da Casa da Bailarina, Diário de Notícias (1943)	107

Figura 27: Foto de Eros Volusia, Diário da Noite (1943)	108
Figura 28: Carteira Sindical de Maria de Lourdes de Moraes Behr	115
Figura 29: Verso da carteira sindical de Maria de Lourdes de Moraes Behr	116
Figura 30: Ficha da bailarina Anizia Lopes	116
Figura 31: Fachada do High-life, A Noite (1942)	117
Figura 32: Posse da diretoria do Sindicato das Bailarinas, Diário Carioca (1948)	121
Figura 33: Foto de Zulmira Soares, Diário da Noite (1948)	123
Figura 34: Foto de Lourdes Santos, Diário da Noite (1948)	124
Figura 35: Foto de Lourdes Santos em sua ficha de bailarina	125
Figura 36: Foto de Zulmira Soares Oliveira em sua ficha de bailarina	125
Figura 37: Carteira sindical	131
Figura 38: Carteira sindical	131
Figura 39: Carteira Sindical	131
Figura 40: Carteira Sindical	132
Figura 41: Foto de Odaleia Guedes dos Santos	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Bailarinas que registraram seu ofício anterior (1943-1950)	85
Tabela 2: Identificação das bailarinas segundo critério de cor (1943-1959)	86
Tabela 3: Identificação das bailarinas segundo critério de cor (1943-1950)	86
Tabela 4: Domésticas e Empregadas no comércio segundo critério de cor (1943-1950)	87
Tabela 5: Bailarinas que identificaram seu ofício e foram domésticas (1943-1950)	88

*À todas as Marias, Amélias, Lourdes, Elzas, Odaleias, Zulmiras,
Esmeraldas, Marinas, Hildas e todas as bailarinas de dancing e
cabarés, sujeitas dessa história de luta por direitos*

INTRODUÇÃO

No dia 4 de abril de 1946, o *Jornal do Brasil* anunciava a fundação do Sindicato das bailarinas e dançarinas do Rio de Janeiro, com o devido reconhecimento do Ministério do Trabalho.¹ No ano seguinte, em 10 de maio de 1947, a *Revista da Semana* publicou uma reportagem sobre os *dancings* e escolas de dança do Rio de Janeiro. A partir do decreto do presidente Dutra que fechara todos os cassinos do país, os *dancings* se tornaram “um dos poucos centros de diversões ao alcance da bolsa dos rapazes da classe média.” O sucesso desses estabelecimentos nos anos 1940 despertou o interesse do repórter Ney Machado, que resolveu adentrar num desses estabelecimentos de dançar para entender melhor aquele universo de diversão carioca.²

Dentro do *dancing*, conseguiu a entrevista de quatro mulheres que trabalhavam como bailarinas. As histórias contadas por elas versam sobre as maneiras que encontraram para sustentarem suas famílias, muitas vezes em processos migratórios. Dulcineia, por exemplo, migrou do Nordeste para o Rio de Janeiro com o objetivo de conseguir um emprego para sustentar a mãe e sua filha de dois anos. Os olhares moralizantes não as desanimavam, pois encontraram no trabalho na noite carioca uma forma de receber um ordenado digno. Neusa perdeu o pai. Na ausência do provedor, ela também precisou se tornar “chefe de família” para sustentar a mãe, a avó e um irmão de apenas 9 anos.

A escolha pelo trabalho nos *dancings* se justificava em certa medida pela possibilidade de ganhar, ao final do mês, um salário digno. Walda, que já havia trabalhado numa loja de luvas e meias, contou que trabalhava por oito horas diárias e o salário mínimo não “enchia barriga”, ao contrário do *dancing* que rendia entre 3000 e 3500 cruzeiros, o que seria, segundo ela, uma “fortuna” comparados aos, em suas palavras, “minguados” quatrocentos cruzeiros que recebia no comércio. No *dancing*, ela tinha uma “vida de princesa” e não queria outra vida.

Por outro lado, Walda precisou lidar com o abandono familiar, frente à não aceitação de seu trabalho. Neusa, por sua vez, teve que lidar com o choro da avó ao descobrir o seu trabalho, embora seu salário a sustentasse. Para a avó de Neusa, a neta teria chegado ao “último degrau da desonestidade”. Como as contas não paravam de chegar, a família acabou aceitando. O trabalho das bailarinas foi, muitas vezes, tratado como trabalho sexual por suas famílias.

¹ *Jornal do Brasil*, em 4 de abril de 1946, p. 11.

² *Revista da Semana*, em 10 de maio de 1947, ed 19, p. 5-12.

Segundo Ney Machado, pesava sobre as bailarinas o mesmo preconceito “que, no passado, pesou sobre as figuras galantes de Manon Lescaut”, o romance de Prevost transformado em ópera, sobre uma jovem inescrupulosa, movida pelo interesse de riqueza que termina deportada para a América. A obra foi considerada um escândalo à sua época.³

Os colunistas da imprensa se dedicavam a denunciar a presença de cafténs e práticas de exploração sexual dentro dos *dancings*. As bailarinas por sua parte, possuíam outra concepção de exploração. Para elas, a exploração de sua atividade laboral versava sobre o desrespeito às leis de trabalho por parte dos empresários.

Por isso, as bailarinas desejavam que seu trabalho fosse visto sem os preconceitos morais. Como a bailarina Isa, ao dizer que se a sociedade colocasse a profissão de bailarina em outro nível, talvez pudessem compreender que dançar por dinheiro era um “meio honrado de ganhar a vida”. Ainda assim, a principal preocupação das bailarinas era a busca por melhores condições de trabalho, porque, como disse Walda na entrevista à *Revista*, o “nome de moça direita”, que se conseguia no trabalho no comércio, “não resolvia as necessidades de ninguém.”⁴

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi historicizar as múltiplas experiências de organização social das bailarinas que trabalharam em *dancings* e cabarés, a fim de compreender como a moralidade atravessou suas experiências sociais e laborais nos 1940. Para isso, recuperamos as cenas que elas vivenciaram nas cidades e o processo de instalação de serviços de diversão, como o *dancing* e o cabaré, parte do mercado de diversões cariocas. O mercado de diversões movimentou os centros urbanos, empregou diversos homens e mulheres muito jovens, artistas nacionais e estrangeiros e fez parte da cena noturna da cidade. Portanto, é fundamental compreender como ele foi organizado, já que aquilo que para muitos tratou-se de diversão, para outros era forma de sustento ou de alcançar *status social*. Ainda que as duas coisas se relacionem. Assim, esta dissertação acompanha as transformações nos mercados de diversões desde os anos 1920 até o ano de desarticulação do Sindicato das Bailarinas do Rio de Janeiro, em 1952. ano de fundação do Sindicato das Bailarinas do Rio de Janeiro, em 1946.

A pesquisa se sustenta num diálogo com a História Social, sobretudo com a historiografia dos direitos. A História Social explorou o tema das lutas por direitos desde

³ Revista da Semana, em 10 de maio de 1947, ed 19, p. 5-12.

⁴ *Ibidem*.

a Primeira República. A luta por direitos trabalhistas, consolidadas na CLT da Era Vargas, foi um movimento muito anterior. Pesquisadores ligados à História Social do Trabalho demonstraram que já existia luta, mobilização e associativismo de classe desde os primeiros anos da República.⁵ No entanto, a intendência de polícia fez parte da mediação desses conflitos.

As guerras mundiais representam marcos da transformação da organização do trabalho a nível mundial e o mercado de diversões insere-se nesse processo de intensificação da mercantilização dos produtos culturais de diversão (o rádio, o cinema, o teatro, os cafés dançantes, os cassinos, as boates e os cabarés).⁶ Entretanto, o que nos interessa aqui, é compreender como as leis trabalhistas surgidas ainda na primeira década do século XX interagiram com as práticas de interferência policial no cotidiano dos trabalhadores depois dos anos 1930. Embora o Estado tenha se tornado um mediador importante das relações e conflitos de trabalho, a polícia desempenhou um papel fundamental na organização do trabalho de algumas categorias e não só na repressão de alguns dos seus aspectos.⁷ Esse é o caso das bailarinas de *dancing*.

Inspirada no livro de Cristiana Schettini, *Que tenhas teu corpo*, que mostra como, progressivamente, as prostitutas foram sendo expulsas do centro do Rio de Janeiro pela ação discricionária da polícia, a presente pesquisa partiu da investigação da razão pela qual determinados trabalhos exercidos por mulheres ficaram na alçada da Polícia. No caso das bailarinas, buscamos partimos da indagação da maneira como a Polícia construiu

⁵ Ver: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2005. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio; FONTES, Paulo. Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45, 2002. FRACCCARO, Glaucia. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016. FRENCH, John. O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 –1950. São Paulo: Editora Hucitec. 1995. GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005. Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

⁶ VELASCO, Carolina Gonzales. Gente de teatro – ócio y espectáculos em la Buenos Aires de los años veinte. Buenos Aires: Siglo vintiuno, 2012. VERAS, Flavia Ribeiro. Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. “Fábricas da alegria”: o mercado de diversões e a organização do trabalho artístico no Rio de Janeiro e Buenos Aires (1918-1934). Tese. 2017.

⁷ BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 163, June 2013. SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. SOUZA, Wanderson. Segurança pública, transgressões, violência e conflitos na atuação cotidiana dos policiais em Salvador-BA (1937-1945). História e Perspectivas, Uberlândia (49): 36-101, jul./2013.

legitimidade para atuar no campo da vigilância moral dos *dancings* e cabarés cariocas.

Com relação à polícia, pode-se dizer que atualmente existe um campo de pesquisas consolidado, muito distante da historiografia predominante até os anos 1960, realizada quase sempre por policiais.⁸ Marcos Bretas, ao tecer um balanço historiográfico da história da polícia, busca apontar caminhos aos pesquisadores que desejam explorar esse campo.⁹ Entre os dois campos que se estruturaram nessa temática, um possui uma perspectiva liberal cuja polícia seria uma instituição do progresso moderno. A segunda perspectiva era a marxista, cuja compreensão foi no sentido de entender a polícia como mais uma parte do arsenal repressivo do Estado burguês. O problema é que eram modelos explicativos que pouco contribuíam para um avanço mais sofisticado do debate.¹⁰

Sobre o período estudado na presente pesquisa, Bretas aponta que o estudo da polícia no pós-30 ainda é muito inicial. Ainda que neste momento, a atividade da polícia política tenha ganhado destaque, a historiografia privilegiou os estudos da política, e por isso pouco se sabe sobre as atividades dos policiais no período Vargasista. Pesquisas recentes como de Wanderson Souza oferece, de acordo com Bretas, uma boa perspectiva sobre polícia no Varguismo.

Souza se concentra no recorte temporal do Estado Novo a fim de compreender como funcionavam as estratégias de segurança promovidas pelas autoridades policiais em Salvador, a partir de periódicos. À diferença da historiografia que pensou a polícia em sua dimensão institucional, o historiador busca compreender os policiais em sua experiência no cotidiano, em suas relações de sociabilidade nas ruas. Ao fazer essa escolha, ele acredita que embora a prática dos policiais respondesse, em certa medida, as orientações do código penal, elas também expressavam à sua visão de mundo e sua inserção social. Quer dizer, os policiais tinham suas ações respaldadas pelas instituições do Estado, porém, também possuíam as próprias percepções das situações do cotidiano, a partir de sua moral.¹¹

O trabalho de Souza propõe perspectivas distintas daquelas que compreenderam a polícia somente como instrumento de repressão do Estado. Partindo dessa discussão, nossa investigação buscou contribuir com a perspectiva de que a polícia foi uma

⁸ BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 163, June 2013.

⁹ *Ibidem*, p. 163.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ SOUZA, Wanderson. Segurança pública, transgressões, violência e conflitos na atuação cotidiana dos policiais em Salvador-BA (1937-1945). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 36-101, jul./2013.

instituição que respondia a pressões de terceiros, mas era também um agente que construiu a legitimidade de sua atuação no campo da vigilância moral dos *dancings*. Em outras palavras, a perspectiva centrada exclusivamente na repressão não dá conta do papel que a polícia ligada à delegacia de costumes ocupou em relação ao mercado de diversões. A polícia não apenas reprimia, ela organizava esse mercado.¹²

A proximidade entre o trabalho das bailarinas e os olhares da polícia contribuía para misturar as experiências delas com sentidos de perigo moral, exploração e prostituição. Assim como outros artistas, as bailarinas “se encontram entre a cultura, o trabalho e a boemia”.¹³ Essa percepção de Flávia Veras nos ajudou a refletir a posição em que os sujeitos estavam, cujas ocupações eram atravessadas por diferentes percepções moralizantes.

A moralidade não era algo que vinha de cima para baixo, mas foi disputada de diferentes formas e por diferentes atores sociais – o Estado, a imprensa, as autoridades policiais - e as mulheres que trabalharam no mercado de diversões de alguma maneira redefiniram as noções do que era moralmente aceito como trabalho digno. Sueann Caulfield investigou os processos de construção da nação e de certos projetos de identidade nacional a partir das relações de gênero e de sentidos de moralidade em disputa. Para guiar suas hipóteses, Caulfield, baseou-se na ideia de honra e, sobretudo, nas relações de gênero, descrevendo elementos constitutivos das relações sociais baseados nas diferenças sociais, e pensando em formas de significar as relações de poder pautados em classe e gênero. No fim dos anos 1930, década que interessou à presente pesquisa, o conceito de honra havia sido ampliado em diferentes aspectos, em parte graças à ação cotidiana de jovens cariocas, já não possuía a mesma eficiência como ferramenta de diferenciação social.¹⁴

Embora de fato juristas tenham atuado e redefinido noções de honra no debate público, o trabalho de Caulfield acompanha como a noção de “honra sexual” das mulheres na época era social e historicamente construída, em um processo do qual participavam as próprias mulheres. Considero, além disso, que estas disputas em torno da moralidade

¹² Sobre a mobilização de autoridades policiais e políticas para organização e controle de atividades de lazer exercida por mulheres ver: Thaddeus Blanchette and Ana Paula Silva, “As American girls: migração, sexo e status imperial em 1918”, *Horizontes Antropológicos*, 15 (2009).

¹³ VERAS, Flavia Ribeiro. “Fábricas da alegria”: o mercado de diversões e a organização do trabalho artístico no Rio de Janeiro e Buenos Aires (1918-1934) / Flavia Ribeiro Veras. – 2017. p. 12.

¹⁴ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-18940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2000, p. 41.

sexual foram indissociáveis das disputas de classe. Nesse sentido, a moralidade foi capaz de atravessar a noção de trabalho e afetar o olhar dos outros e das próprias bailarinas sobre sua atividade. Por isso, através das discussões que estamparam os principais jornais da cidade, buscamos evidenciar os significados atribuídos por todos os atores sociais envolvidos, para mostrar como as bailarinas lutaram pelos sentidos e significados morais de sua profissão. Em outras palavras, seguimos os debates públicos sobre o trabalho de dançar para descobrir as disputas dos sentidos morais que isso tinha para cada grupo social: a imprensa, a polícia e, por fim, para as próprias mulheres envolvidas.

Isso nos ajudou a pensar a razão pela qual, embora possuíssem uma ficha de trabalho (contendo salário, local de trabalho, foto, tempo de trabalho), essa ficha esteve sob guarda da Delegacia de Costumes. Nossa série documental foi composta por 1039 fichas de bailarinas pertencentes ao fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, localizadas no SIAN (Serviço de Informação do Arquivo Nacional). As fichas foram registradas entre 1943 e 1959. Ainda que disponíveis digitalmente, as fichas foram cuidadosamente catalogadas em um banco de dados, seguindo critérios de cor, estado civil, nacionalidade, naturalidade, bairro de moradia, profissão anterior, data da ficha, e passagem pelo S.R.M (Seção de Repressão ao Tráfico de Mulheres, Tóxicos e Entorpecentes). Em razão do recorte temporal dessa pesquisa, nos atemos às fichas registradas entre 1943 e 1950, cujo total é de 419 fichas.

O trabalho de Veras também se dedicou ao estudo das fichas, no entanto, dedicando-se à análise das fichas dos artistas de palco. A sua pesquisa nos levou à formulação de perguntas necessárias aos nossos problemas de pesquisa que perpassam as noções de trabalho e como a moralidade atravessou determinadas práticas. Quem define e como se define o trabalho e por que as atividades das mulheres no comércio sexual foi constantemente tratado como problema de polícia? Por que mulheres flagradas se prostituindo tinham a carteira cassada e eram impedidas de trabalhar nos *dancings*? Quais foram as negociações estabelecidas a partir da relação entre as bailarinas e as autoridades policiais? Como o delegado de costumes conquistou legitimidade para cassar carteiras de bailarinas por mau comportamento?

Além disso, Flávia Veras analisou a formação profissional dos artistas desde os anos 1920, explorando suas identidades, os estigmas e, por fim, as condições que permitiram a formação de uma organização classista. Assim como artistas e como as prostitutas, as bailarinas também vivenciaram esses anos e como outras categorias, também tiveram que lidar com a intervenção policial diária em seus trabalhos. No entanto,

os diferentes momentos de criação de sindicato nos sugerem sobre hierarquias de trabalho dentro do mercado de diversões. O fato de os artistas estarem mobilizados desde 1931 e as bailarinas só conseguirem isso em 1946 e as prostitutas – com a criação da “República do Manguê”, uma área destinada exclusivamente à prática da prostituição sob controle médico e policial - só na década de 1950, mostra também sobre quais os trabalhos eram melhores vistos e como foram os processos de negociação para se estabelecerem como categorias dignas de direitos.¹⁵

Inspiradas na proposta de Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro sobre o estudos acerca os trabalhadores entre os anos de 1930 e 1964, buscamos compreender, a partir do caso do sindicato das bailarinas, como a consciência sobre os direitos trabalhistas podem ser vislumbrados em nas múltiplas experiências das trabalhadoras.¹⁶ A partir dos anos 1980, com o fim da ditadura militar e novas demandas por parte de movimentos sociais, a História Social, em amplo diálogo com a antropologia, buscou olhar para novas fontes – processos judiciais, registros paroquiais, periódicos operários, ações de liberdade – e a considerar uma investigação histórica mais dialética, cujas disputadas dos sujeitos nos processos históricos seriam a força transformadora da realidade. As novas perguntas elaboradas para os “antigos objetos de estudo” abriram a possibilidade aprofundar as discussões sobre as lutas por direitos de diversos sujeitos na Primeira República, que iam da “negociação à resistência” e criticou a visão de que os trabalhadores eram passivos frente as possibilidades de luta.¹⁷ As leis sociais e de trabalho promulgadas na CLT do período Vargas, foi um movimento muito anterior de lutas por direitos. Pesquisadores ligados à História Social do Trabalho demonstraram que já existia luta, mobilização e associativismo de classe desde os primeiros anos da República.¹⁸ A ideia de que os

¹⁵ LEITE, Juçara Luzia. Manguê como República: um caso de polícia no Rio de Janeiro. In: MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCG. Vol. 2 – nº 1jan/jun 2011. SILVA, Claudielle Pavão da. “Flores horizontais”: sociabilidade, prostituição e travestilidade na zona do manguê (1960-1970). 2016. [123 f.]. Dissertação(PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica-RJ].

¹⁶ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45, 2002.

¹⁷ POPINIGIS, F.; TERRA, P. C. . Historiografia da escravidão e do trabalho no Brasil - avanços e desafios. In: Rossana Barragán Romano; Amaru Villanueva Rance; Cristina Machicado Murillo. (Org.). Trabajos y Trabajadores en America Latina (siglos XVI-XXI). 1ed.La Paz: Centro de Investigaciones Sociales, 2019, v. 1, p. 123-149.

¹⁸ Ver em: . CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Unicamp. LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. N. (Org.) . Direitos e Justiça no Brasil. Ensaios de história social. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. PEREIRA, Leonardo. As barricadas da saúde: Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. POPINIGIS, F. . Proletários de casaca: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920). 1a.. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. SCHETTINI,

trabalhadores eram passivos diante das explorações também circulou na na historiografia acerca da Era Vargas. As pesquisas produzidas pela sociologia e pela ciência política abordavam a visão de um Estado dominante e controlador em oposição à uma classe trabalhadora passível de cooptação. Os adeptos dessa perspectiva pautavam suas análises a partir do conceito de populismo.

Em 1988, Ângela de Castro Gomes, em *Invenção do Trabalhismo*, criticando o mito da outorga, argumentou que, existiria um pacto entre o Estado e a classe trabalhadora, sustentado por “uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade”.¹⁹ Embora as bailarinas tenham se organizado sindicalmente no ano de 1946, os anos anteriores foram marcados por disputas por melhores condições de trabalho. As bailarinas sabiam que a CLT já garantia direitos a outras categorias profissionais e pressionavam os proprietários para que garantisse seus direitos que já estavam assegurados. Por isso, importa, principalmente, compreender de que maneira essa categoria que vinha num processo de profissionalização nos anos anteriores, se apropriou dos debates legais para alcançarem suas demandas de melhores condições de trabalho e de vida. Em outras palavras, o Código de Trabalho promulgado no período varguista ampliou o repertório de ação para uma diversidade de trabalhadores que até então, negociavam suas condições de trabalho em outras arenas.²⁰

Seguindo essa perspectiva, a presença das reivindicações das trabalhadoras de *dancings* e cabarés na imprensa ainda sugere que se trata do momento de consolidação de um movimento que vinha se estruturando nos anos anteriores, mas que ganhou relevância no momento em que a CLT foi promulgada e impactou na incorporação da profissão de bailarina na legislação trabalhista. É, então, nesse ano de 1943, que os assuntos de moralidade e polícia se encontram com os assuntos do direito laboral e da proteção do trabalho de mulheres e menores.

Recentemente, Gláucia Fraccaro investigou as lutas por direitos e leis trabalhistas, examinando as questões ligadas à regulamentação do trabalho das mulheres durante o entre-guerras. A tese defendida em 2016 nos abre ao debate acerca das disputas por

Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

¹⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005. p. 180.

²⁰ FRENCH, John. O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 –1950. São Paulo: Editora Hucitec. 1995.

equidade de direitos e condições entre homens e mulheres no mundo do trabalho para além dos sindicatos, nos apresentando a diversas noções de cidadania para as mulheres e o peso da honra no mundo do trabalho que relegou as mulheres o papel de assegurar a honra da família. Buscamos contribuir com esse debate mostrando que o caso das bailarinas traz mais elementos acerca da relação entre o trabalho feminino e o papel das mulheres na construção da honra familiar. Por um lado, mostramos que o controle da moral opunha funcionários públicos e patrões na discussão sobre o que era ou não exploração no contexto de atividade laboral das bailarinas. Por outro, que as bailarinas mostram um repertório de possibilidades de ação neste cenário, matizados nas diferentes experiências organizativas ao longo dos anos.

Fraccaro sugere que a moral que regulava, por exemplo, a prostituição, também atingia as trabalhadoras do comércio e das fábricas e que por isso “do ponto de vista do poder público, o afã de regular a vida delas (as prostitutas) não fazia da fábrica ou do *dancing*, é bem possível dizer, dois mundos tão distantes a segregar mulheres entre adequadas e inadequadas”.²¹ Assim, perguntamos de que maneiras essas noções de moralidade vão sendo negociadas a medida que as mulheres deixaram para trás suas outras ocupações (como doméstica, telefonista, comerciante, auxiliar de escritório, operária, enfermeira) e optaram por vontade própria por ingressar no mercado de diversões como bailarina.

Por isso, esta pesquisa seguiu o caminho aberto por abordagens ²² que buscam ampliar o olhar para alcançar a multiplicidade das experiências de trabalho de diversos sujeitos históricos. Nesse sentido, os capítulos dessa dissertação se organizaram para responder essas indagações que acompanham as transformações do mercado de diversões do Rio de Janeiro, junto das noções de trabalho no período a partir da experiência de organização social das bailarinas. Portanto, o primeiro capítulo é uma geografia cultural do centro do Rio de Janeiro nos anos 1920, a partir de memorialistas e da imprensa da

²¹ FRACCCARO, Glaucia. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016, p. 162.

²² Como por exemplo, SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. LEITE, Juçara Luzia. Mangue como República: um caso de polícia no Rio de Janeiro. In: MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCEG. Vol. 2 – nº 1jan/jun 2011. SILVA, Claudielle Pavão da. “Flores horizontais”: sociabilidade, prostituição e travestilidade na zona do mangue (1960-1970). 2016. [123 f.]. Dissertação(PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica-RJ]. FRACCCARO, Glaucia. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016. PEREIRA, L. A. M. . A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

cidade. Buscamos apresentar as transformações pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro, sob o prisma da expansão do mercado de diversões, cujo poder público buscou intervir constantemente em suas formas de funcionamento.

Assim, o capítulo descreve o cotidiano noturno do mercado de diversões da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Eles nos fornecem indícios da história dos lugares de dançar e suas disputas morais. Com isso, apresentaremos a organização desses lugares em seus horários, locais na cidade em suas complexas negociações para funcionar, cujos conflitos envolveram as autoridades policiais, instâncias executivas, judiciárias, a imprensa e importantes empresários dos negócios de diversão noturna. Nesta primeira imersão, perceberemos as disputas morais sobre os sentidos de exploração desses estabelecimentos.

A partir da análise das fichas de bailarinas registradas pela Delegacia de Costumes e Diversões, o segundo capítulo mostra como a polícia atuou nos lugares de dançar. Enquanto se disputava, entre a imprensa, os empresários, a polícia e as trabalhadoras os significados desses lugares na diversão noturna carioca, a polícia se constituiu enquanto órgão organizador desse tipo de negócio, estabelecendo limites muito claros entre o trabalho sexual e o trabalho no *dancing*.

O capítulo 3 se dedica a recuperar as experiências de trabalho das bailarinas de *dancings* e cabarés no espaço urbano dimensionado no primeiro capítulo. Contaremos histórias que descortinam a vida e o cotidiano daquelas que ganhavam a vida dentro de estabelecimentos de diversão noturna, para que possamos vislumbrar suas aspirações laborais dentro desses locais. O capítulo é uma análise da experiência social nos negócios de diversão em sua dimensão moralizante, ou seja, sobre os sentidos morais atribuídos ao trabalho no *dancing* pela imprensa, pelos empresários, pela polícia e pelas próprias bailarinas

O quarto e último capítulo investiga a experiência de organização sindical das bailarinas de *dancings* e cabarés entre os anos de 1943 e 1952. A pergunta que conduz o capítulo é a respeito das possibilidades de atuação política e social que existiram para essas trabalhadoras e de que maneira suas experiências laborais foram fundamentais na formação da consciência de seus direitos., cujo sindicato é resultado das disputas das bailarinas por protagonismo na condução das decisões sobre suas atividades de trabalho.

Os atores sociais analisados nesta dissertação participaram de diferentes formas da produção de significados dos sentidos morais do lazer, dos comportamentos sexuais e de debates mais amplos, como sobre a circulação de pessoas na cidade. Essas disputas

transformaram as relações laborais e as ações da polícia nos locais de diversão noturna. Sem mais delongas, as próximas páginas são um convite ao leitor a um passeio pelas antigas ruas da região central do Rio de Janeiro, onde o burburinho da boemia carioca marcou presença durante a primeira metade do século XX.

CAPÍTULO 1. NAS NOITES CARIOCAS: UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Walter Benjamin disse em “*Rua de mão única*” que “a cervejaria é a chave de toda cidade; saber onde há cerveja alemã para beber é bastante conhecimento de países e de povos. A taberna [...] desenrola o mapa noturno da cidade: dali até o bordel, até as outras tabernas, não é difícil achar o caminho”²³ Para o filósofo, localizar uma taberna alemã desenrolaria o mapa noturno da cidade que ele estava observando. O bordel, os bares e os lugares de dançar com belas mulheres, enfim, as ruas, forneceriam boas pistas para quem deseja compreender como funciona uma cidade cosmopolita.

Nesse sentido, parto da ideia de que compreender como se divertem aqueles que vendem sua força de trabalho é um bom caminho para dimensionar parte das relações sociais de um lugar. No caso das bailarinas que trabalharam no circuito de diversões noturnas do Rio de Janeiro, suas atividades laborais se misturavam com o lazer de outros trabalhadores. Quer dizer, o lazer dos *outros* era o seu próprio trabalho. Os lugares de entretenimento, que incluem taverna, bordel, bailes, estão conectados – tanto como circuito para os consumidores, também como negócio e investimento para os donos e como na experiência de trabalho das mulheres. Assim, é importante examinar como aconteceram essas conexões na cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo neste primeiro capítulo é apresentar o espaço urbano carioca e o negócio de diversão da vida noturna durante os anos 1930 e 1940, em particular o lugar de trabalho das bailarinas. Chamamos de lugares de lazer que aqui nos interessam aqueles cujos frequentadores pagavam para dançar acompanhados de mulheres ou somente para assistir espetáculos de música ou teatrais, podendo ou não consumir bebidas alcoólicas, ou mesmo para jantar depois de um dia de trabalho agitado. Estes lugares carregavam fortes marcas de gênero: em alguns deles, a presença feminina era permitida; em outros, a presença de mulheres só era autorizada a trabalho de divertir os homens.

²³ BENJAMIN, Walter. "Cervejaria". In: *Rua de mão única. Obras escolhidas II*. 2ª. ed. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987: 66-67.

Nossa hipótese é de que a memória coletiva sobre esses espaços de lazer nos anos 1920 forjou-se nas décadas seguintes a partir de uma disputa sobre a denominação desses locais de suas qualificações morais e seus níveis de periculosidade. Essa memória é forjada, por um lado, pela construção de um passado nostálgico dos memorialistas que escreveram nos anos 40, e por outro lado, pela imprensa, sobre o que nomeava como “Escola de dança”, “*dancing*” e “cabaré” e como essas nomeações se transformaram ao longo de três décadas.

As disputas em torno de diferentes nomeações e categorizações estão inseridas no contexto maior das transformações pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX. Interessa-nos recuperar as experiências – de trabalho, de moradia, de lazer - daquelas que fizeram a vida nesses lugares que passaram por constante intervenção do poder público, especificamente as bailarinas empregadas em *dancings* e cabarés cariocas, justamente nos anos de grande intervenção no ordenamento urbano.

As evidências de nossa argumentação serão construídas por três caminhos: o primeiro através de uma geografia cultural do centro do Rio de Janeiro num período prévio ao nosso foco: os anos 1920 são importantes porque é a eles que se referem os memorialistas dos anos 1930 e 1940 nos fornecendo indícios sobre a história dos lugares de dançar e as disputas sobre as denominações daqueles locais. Na Cinelândia, na Lapa e até na Praça Tiradentes, percorreremos os caminhos pelos quais os lugares de diversões se estabeleceram na cena noturna carioca, num momento em que o lazer passava por um processo decrescente mercantilização.

A segunda parte da argumentação consiste em uma imersão no interior dos *dancings* para compreender como se forjaram como lugares de trabalho e sociabilidade. Para isso, partiremos dos escritos dos memorialistas e dos debates na imprensa sobre os usos e sentidos sobre as modalidades de dança. Ou seja, apresentaremos as principais denominações dos lugares de diversão e o que significou cada uma delas dentro de uma grande disputa por sua significação. No interior dessas disputas encontramos pistas para delimitar os horários, lugares e transformações em seus usos e seus sentidos nessas décadas. Em seguida, pensaremos sobre a organização do negócio de diversões, dos investimentos e da complexa negociação entre os proprietários e a polícia. Finalmente, mostraremos como as bailarinas possuíam noções próprias sobre o que consideravam exploração, bem diferentes daquelas pensadas pela imprensa.

Um mercado em transformação

Em 1928, na Rua Gonçalves Dias, no bairro da Cinelândia, matou-se com um tiro de revólver na cabeça, em sua própria casa no bairro de São Cristóvão, um comissário do “Lloyd Brasileiro”²⁴. O comissário era Roberval Goulart Coelho, de 24 anos, solteiro e brasileiro. Quando a ambulância solicitada por sua irmã, Nathercia, chegou, tentou encaminhar o rapaz até o Posto de saúde na Praça da República, mas Roberval não resistiu. A morte até então inesperada e sem justificção foi explicada a partir de uma carta, encontrada junto ao corpo e endereçada a um amigo de Roberval, o senhor Affonso. A carta estava dirigida a “Rosinha” que sabiam ser uma “bailarina de *dancing*”, da Rua Gonçalves Dias.

Minha querida Rosita – Perdoa-me o que acabo de fazer. Por que motivo disseste, captivante e sorridente, se algum dia casares viverias independentemente? Seria que não tenho brio para sustentar meu amor? Ou disseste tudo isso para me veres morrer de dor?²⁵

Não cabe nas páginas dessa pesquisa decifrar o imbróglio amoroso em que se meteu o comissário Roberval. No entanto, sua carta, embora escrita a partir da intenção de justificar o ato extremo de tirar a própria vida, acabou por revelar um fragmento importante no mapa do entretenimento do Rio de Janeiro.²⁶ É que seria a primeira vez que um jornal mencionaria a atividade de “bailarina de *dancing*”. Sabemos que na rua Gonçalves Dias o que havia sido instalado era uma Escola de Dança, de propriedade de Bueno Machado, cuja função era ensinar diversos tipos de dança de salão. A reportagem, entretanto, criou um sentido de que “*dancing*” e “escola de dança” são a mesma coisa.

O estabelecimento do Bueno Machado foi decisivo nas relações sociais daquela região. Ainda na primeira década do século, nos anos 1910, encontramos jornais falando sobre lugares onde se pagava para aprender a dançar diferentes tipos de dança “de salão” e a maioria das publicações de anúncios nos jornais falavam de lugares dirigidos pelo Professor Hermano Gil. Esses locais, naquele momento, eram nomeados como “Escola de dança”. A Escola de Dança de Gil localizara-se, no ano de 1912, na Rua do Teatro, em

²⁴ Lloyd Brasileiro foi uma companhia estatal de navegação brasileira fundada no final do século XIX, em 1894. Normatizar as notas.

²⁵ O Jornal (RJ), em 13 de março de 1928, edição 2847, p. 5.

²⁶ Ver Thompson. THOMPSON, E. P. A venda das esposas. In: _____. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 305-352.

frente ao teatro São Pedro, oferecendo cursos “completos” de “polka, valsa, schottisch²⁷ e quadrilha”,²⁸ mas há anúncios de matrícula aberta em sua escola ainda em 1910.²⁹

É na década seguinte que elas, de fato, começam a se expandir pela cidade.³⁰ O famoso dançarino da época, Bueno Machado, funda sua primeira Escola de Dança em 1924.³¹ Nos anos seguintes, Bueno Machado pagou por anúncios em jornais para divulgar as aulas, coletivas ou particulares, que ocorriam às quintas e aos sábados e nas quais ensinava, “com máxima descrição (sic)” todos os tipos de dança no estabelecimento localizado à Rua Gonçalves Dias, número 75, na Cinelândia.³²

Mas o que era um *dancing*? De acordo com relatos de fins da década de 1940, um “*dancing*” era um estabelecimento de diversão noturna, cujo frequentador, sempre do sexo masculino, pagava uma bailarina, do sexo feminino, para dançar. O local contava, geralmente, com uma fachada iluminada, um porteiro na entrada, às vezes uma bailarina encostada na parede suja e vestido preto de cetim.³³ No interior existia um espaço iluminado, com uma orquestra musical, mulheres bem trajadas sentadas à espera de um par e uma pista de dança. O homem que quisesse entrar precisava estar bem vestido e a cada dança, que durava cerca de 3 minutos, picotava um cartão retirado num balcão. Na saída, pagava o correspondente ao tempo dançado. A maior parte ficava para o proprietário e o restante ia para a bailarina.³⁴

Américo Luís Martins, filho do sócio de Bueno Machado, conta que desde 1913 há documentação referente a um bairro em San Francisco na Califórnia, que descreve a atividade de uma “bailarina de dancing” ou “*taxi-girl*”, para usar o termo norte-americano. A palavra “*taxi-girl*” definiria uma “dançarina alugada ou contratada por parceiro de dança, que pagava para uma dança a dois, sendo cada pagamento dança por

²⁷ Schottisch é um gênero musical que chega ao Brasil nos finais do século XIX e que deu origem ao Xote brasileiro. Ver mais em: ESTEVAM JÚNIOR, O.. Schottish in brazil at the end of the 19th century. Brazilian journal of development, v. 6, p. 66080-66088, 2020.

²⁸ A Noite (RJ), em 11 de janeiro de 1912, edição 154, p. 4.

²⁹ A Notícia (RJ), em 1 de setembro de 1910, edição 207, p. 2.

³⁰ É importante mencionar que ao buscar “Escola de dança” na hemeroteca digital, notamos um número considerável de ocorrências entre os anos 20 e 29, totalizando 137; e depois, entre 1940 e 1949, um número de 190 ocorrências. Quanto à busca pela “Escola de Dança de Bueno Machado”, encontramos 32 ocorrências. Sendo 31 no jornal A Manhã e apenas 1 no Jornal D. Quixote.

³¹ D. Quixote (RJ), em 13 de fevereiro de 1924, ed. 353, p. 14.

³² A Manhã, em 1 de dezembro de 1926, edição 288, p. 2. Em 1926, foram 7 anúncios publicados. Em 1927, localizamos 24 anúncios publicados. Todos no Jornal A Manhã.

³³ A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ). Em, 29/03/1949. Ed. 01048.

³⁴ Americo Luis Martins da Silva. A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015). Ver também: A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), em 29 de março de 1949, Edição 1048, p. 24.

dança.” O sistema de controle de cada dança era feito por meio de um cartão, chamado de “*ticket-a-dance*” e era usado no que lá era conhecido como “*closed-dance-halls*” (que em tradução livre quer dizer salões fechados de dança), isso porque não era permitida a entrada de mulheres no ambiente, exceto aquelas que trabalhassem naquele local.³⁵

“Portanto, nas suas origens as *taxi-dancers* se referiam às parceiras de dança remuneradas pelos seus correspondentes parceiros.”³⁶ Os anos 1920 e 1930 seriam marcados, nos Estados Unidos, pela expansão desse tipo de serviço que se torna bastante popular sendo inclusive cenários de “alguns filmes e seriados de então que, ocasionalmente, narravam a vida de dançarinas de aluguel.”³⁷ Nos jornais do Rio de Janeiro, a expressão “*taxi-girl*” aparece pela primeira vez no dia 7 de maio de 1931. São três jornais com a mesma notícia publicada na parte de cinema, teatro e música, cujo objetivo é o anúncio de um filme sobre as tais “*taxi-girls*” que:

São assim chamadas na América, as pequenas que trabalham nos Dancings, onde se paga a contradança. Olive Berden é uma dessas mariposas em redor das quais volteiam uma legião de adoradores. Entre estes, o mais constante é Arthur Lake, um rapaz trabalhador e que nas horas vagas se dedica a campeonatos de dança. É, pois, dentro de um extraordinário Dancing de New York, onde a mocidade se diverte, que se passa o film “Os Malucos do Jazz”, todo cantado, dançado, e sincronizado pelo processo do som no film, que vae servir para estreiar os modernos aparelhos sonoro, sábado próximo no Theatro Lyrico.³⁸

No dia seguinte, 8 de maio de 1931, o jornal *Correio da Manhã* publica uma notícia muito semelhante:

OITO DANSAS POR UM DOLAR

O dancing onde o freguês paga por contradança, é uma espécie de diversão que só existe em Nova York e no Rio. Em Nova York o salão chama-se “dancing” e as dançarinas “*taxi girl*”, aqui no Rio é a escola de dansa e as professoras. O freguês que paga tem a pitoresca denominação de “alumno”. É, portanto, entre fregueses e “*taxi girl*”, ou entre professoras e alunos como aqui, que desenrola, a ação do film, “Os malucos do Jazz”, todo cantado, falado, dansado e sincronizado pelo processo do “som no film”. Arthur Lake e Oliva Borden, uma dupla estuante de mocidade bastante conhecida do nosso público, interpreta os principais papeis deste divertidíssimo film que vai inaugurar sábado a temporada de espetáculos mixtos do cine-music-hall, do Theatro Lyrico, que funcionará como os demais cinemas, das duas horas da tarde em diante.³⁹

³⁵ *Ibidem.*

³⁶ *Ibidem.*

³⁷ *Ibidem.*

³⁸ A Batalha (RJ), em 7 de maio de 1931, Edição 410, p. 4; Diário Carioca, em 7 de maio de 1931, Edição 877, p. 6; Diário de Notícias (RJ), em 7 de maio de 1931, Edição 328, p. 14.

³⁹ Correio da Manhã, em 8 de maio de 1931, Edição 11162, p. 6.

Embora o *Correio* também tenha o objetivo de anunciar a atração cinematográfica que seria exibida num teatro da cidade, ele faz um paralelo entre os *dancings* com sistema de cartão dos EUA com as Escolas de Dança do Rio de Janeiro, em mais um exemplo de confusão por parte da imprensa que confunde duas modalidades distintas de diversão. Uma Escola de Dança e um *dancing*, que estamos apresentando, não são iguais, pois atendem a objetivos diferentes: num se paga para aprender a dançar em aulas coletivas ou particulares; noutro, há a intenção de um lazer “masculino”, porque é somente para os homens, e há todo um sistema de organização do pagamento através do “sistema de bilhete” que é furado a cada dança. Quer dizer, em um paga-se *por* aula de dança, no outro se paga a *cada* dança. Não é uma questão de nomenclatura, mas de dois tipos distintos de negócios de lazer e diversão. No momento em que os jornais estão anunciando a atração, não há indícios de que já havia “*dancings*” nos termos de alugar-se para dançar, como nos EUA, no Rio de Janeiro.

Julia O’Donnell conta que a cultura norte-americana inspirava as trilhas sonoras dos salões de danças cariocas. O entusiasmo dos jovens com os novos ritmos musicais “inseria a então capital brasileira num processo mais amplo de massificação cultural.”⁴⁰

Nesse contexto, a categoria de “mulher moderna” vai se associando à difusão de um padrão social apoiado na difusão de um leque cultural remetido aos Estados Unidos, marcado “pela velocidade, pela praticidade e pelo consumo” dos produtos culturais em circulação no cinema, no teatro, na literatura e na música, que juntavam-se às representações da belle époque tropical construída nas décadas anteriores pela “hegemonia europeia”.⁴¹ O cinema hollywoodiano em franca expansão também contribuía ao exibir em suas telas os padrões de vida, moda e beleza norte-americanos. Júlia O’Donnell pontuou que “os cinemas e os *dancings* foram rapidamente incorporados ao cotidiano da elite balneária” e isso é bem evidente nas atrações anunciadas no Cine Atlântico. O cinema localizado em Copacabana anunciava as atrações “Bailarina da Broadway” e “Cabarets de New York” ainda em 1923.⁴²

Os cabarés se tornaram, junto de alguns cassinos, o “centro da vida noturna da capital, frequentado pelo mundo elegante, por famílias progressistas” nos anos seguintes.

⁴⁰ O’Donnell, Julia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 175.

⁴¹ *Ibidem*, p. 174-175.

⁴² *Ibidem*, p. 177.

Aqueles cafés cantantes do início dos anos 1920 foram perdendo espaço e também deram lugar aos recém instalados bares de tipo alemão, que funcionavam com auxílio de garçonetes ou não. Entre esses estabelecimentos estava o Túnel da Lapa, o Amarelinho da Cinelândia e a Taberna da Glória para citar alguns.⁴³ Nos anos seguintes o antigo bairro chamado Serrador, passou a ser popularmente chamado de Cinelândia, pois seria na década de 1930 que esses estabelecimentos começam a se instalar ali, atraindo a elite balnearia de Copacabana e de outras regiões de prestígio ao redor. Assim, “dezenas de teatros, dancings, cabarés, bares e restaurantes, instalaram-se na região, tornando-a referência em matéria de diversão popular.”⁴⁴

Não há uma data precisa do surgimento dos dancings no Brasil. Sabe-se, a partir de Américo Luís Martins da Silva, biógrafo de Bueno Machado, que o *dancing* teria surgido no Rio de Janeiro pela primeira vez através de um homem chamado de “Seu Antonio”, que vinha de Buenos Aires e implantara na cidade carioca o “Samba-Danças”, o primeiro *dancing* com “sistema de ‘bilhete de dança’ que estabeleceu a primeira e definitiva distinção entre um cabaré e um *dancing*.”⁴⁵ Embora tenha algum sentido um homem que veio de Buenos Aires – cidade que já possuía grandes centros de diversões - ter implantado esse sistema de diversões aqui, isso ainda não responde sobre a razão da confusão daquele jornal ao dizer que a professora de dança de salão seria uma “bailarina de *dancing*”, mas sugere que havia uma grande disputa de sentidos e usos sobre os tipos de diversões. Em algum momento, as “escolas” que ensinavam danças urbanas tipo samba, xaxado, valsa, etc. passam a dividir espaço na cidade com um outro tipo de diversão, que seria esse negócio lucrativo que já existia em Nova York, onde mulheres ficavam disponíveis para dançar acompanhadas.

As três primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro marcam um tempo de expansão de produtos de diversão, que mudam rapidamente de lugar, de sentidos e de usos. Entre os anos 1910 e 1930, é possível mapear diversas denominações que versam sobre espaços de lazer que muitas vezes se misturam e se confundem na memória daqueles que os descrevem, mas que revelam indícios de um mercado que estava crescendo, transformando-se e tornando-se cada vez mais popular.

Em 1902, o proprietário do jornal *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt,

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ Américo Luis Martins da Silva. A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

alugou uma construção de sua propriedade a uma francesa. Ali Mme. Louise Chabas inaugurou o “Mére Louise”, um restaurante e hotel para banhistas de Copacabana. Cinco anos depois, o estabelecimento passou a funcionar como um café dançante do tipo dos cabarés de Paris.⁴⁶ A partir de então, a ascensão dos bairros atlânticos – símbolos de elegância de modernidade – colocariam Copacabana também no circuito de diversões noturnas.⁴⁷

Nos anos 1910 e 1920, um morador do Rio de Janeiro que quisesse uma forma popular de diversão, noturna ou diurna, tinha endereço certo: os cafés cantantes. Ou bar concerto, ou café teatro, ou café concerto, ou cabaret. Mas todas essas denominações diziam respeito a uma mesma modalidade de entretenimento: “um pequeno teatro, onde se podia beber e fumar assistindo a números musicais e de variedades.”⁴⁸ À diferença dos teatros, os cabarés também eram lugares para assistir, geralmente sentados, a um espetáculo de dança, música, comédia ou teatro, mas que também cumpriam funções de cassino ou restaurante. Assim, o cabaré oferecia ao frequentador serviço de alimentação e bebida com garçons, espetáculo de artistas e um espaço/salão para dançar.⁴⁹

Usos e sentidos de lugares de diversão noturna no Rio de Janeiro

Os espaços de diversão noturna eram alvos de disputas narrativas e de sentidos: alguns os descreviam como espaços em que dançavam belas mulheres muito honestas e eram frequentados por trabalhadores após um dia cansativo de trabalho; outros os descreviam como ambientes simples, casas de diversão barata, mas propícios a todo tipo de violência.⁵⁰

As descrições sobre esses lugares e seus níveis maiores ou menores de periculosidade são feitas, por um lado, pela imprensa, e por outro por memorialistas (sambistas que frequentaram os locais e dançarinas empregadas nesses estabelecimentos). Nesse sentido, a memória dos indivíduos que vivenciaram esse espaço torna-se uma fonte

⁴⁶ Americo Luis Martins da Silva. A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

⁴⁷ O’ Donnell, Julia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 61, 105.

⁴⁸ Americo Luis Martins da Silva. A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ VELASQUES, Muza Clara Chaves. A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca. Dissertação – Departamento de História – UFF. Niterói, 1994, p. 66.

valiosa. É por meio dela que encontraremos os indícios sobre a construção social de um espaço (os lugares de dançar) que aparecem na saudade, na nostalgia e na elaboração de sujeitos sociais como jornalistas, bailarinas e sambistas. Metodologicamente é possível recuperar, através das entrelinhas do que é dito e do que não é dito, o espaço vivenciado nas relações sociais entre esses indivíduos, que constroem a noite do Rio de Janeiro.⁵¹ Ou seja, será desmontando as operações da memória que podemos vislumbrar esses lugares. Em outras palavras, o foco da análise não é a memória em si, mas o espaço dos lugares de dançar em constante transformação que ela revela.

A Lapa e sua imagem de bairro boêmio que conhecemos até hoje não foi construída a partir de um processo natural, mas se deu nas relações estabelecidas em seu interior e em bairros vizinhos. A ideia da Lapa boemia e “moderna”, nos termos europeus, pode ser retomada desde os anos 1920. Nas palavras de Muza Clara Velasques, “é nos anos 20, por conseguinte, que vamos encontrar um discurso que adjetiva a cidade do Rio de Janeiro como cidade de prazer e ócio, centro ideal, portanto, para a boemia.”⁵² Ao longo dos anos seguintes, a Lapa foi sendo construída, no discurso e na memória, como o lugar da boemia, da malandragem e da prostituição.

Em 27 de fevereiro de 1929, o jornal *A Manhã*, que pertencia à empresa do Jornal *A Noite*, publicou na primeira página uma reportagem de destaque às chamadas “Escolas de dança”. A matéria ganhou o título de “As Escolas do vício e da perdição”. O objetivo da reportagem era denunciar as práticas que ocorriam no interior da “escola”. Segundo o *A Manhã*, o nome “escola” tratava-se de um rótulo que não condizia com o que se encontrava lá dentro. E para desmascarar o que o jornal chamava de “antro de perdição”, a reportagem se disfarçou de clientes para descrever o que ocorria em seu interior.

Escolas de dança. Há uma porção delas, pela cidade. O rótulo, entretanto, não diz o que vae ali por dentro. Elas são verdadeiros antros de perdição, onde se macula uma mocidade inexperiente, sem o protesto do juiz de menores que não se dá ao trabalho de uma visita, à noite, nos tais mercados de amores...⁵³

A reportagem segue fazendo um alerta aos leitores que são pais e que não queriam suas filhas perdidas “nos tais mercados de amores”. Ao demonstrar preocupação com as mulheres que adentram ali, essas notas evidenciam que se tratava de um determinado tipo

⁵¹ Pensamos o espaço como uma construção social no tempo. David Harvey propõe uma discussão epistemológica acerca do tempo, que nesse sentido deve ser pensado de acordo com a temporalidade e suas transformações. Ver: Harvey, D. (2013). O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, 14(28), 8-39.

⁵² VELASQUES, Muza Clara Chavez. Op. Cit., p. 51.

⁵³ Jornal “A Manhã”, 27 de fevereiro de 1929, ed. 990, p. 1.

de mulher que não deveria estar ali, mas em casa, pois pertencia a “famílias honestíssimas”:

Quantas jovens, descendentes de famílias honestíssimas não tiveram, nas tais escolas, o início da carreira da depravação? É uma triste e dolorosa verdade e que precisa ser dita para que sirva, ao menos, como aviso aos incautos, aos paes que não quiserem as suas filhas perdidas. Ali as menores vivem numa lamentável promiscuidade, em contacto com prostitutas e com mulheres que se entregam aos chamados vícios sociais elegantes. Em geral, vão, a primeira vez, levadas por amiguinhas ou por alguém movido por interesses inconfessáveis.⁵⁴

Sabemos que no ano que essa reportagem foi escrita, em 1924, ainda não existiam *dancings* com o sistema de bilhete. Além disso, a reportagem apresenta uma foto do lugar e seu endereço. Trata-se da Rua Gonçalves Dias, exatamente onde ficava localizada a Escola de Dança de Bueno Machado. O jornal afirma que a fotografia publicada é da Escola de propriedade de “Machado de tal”, “onde constantemente se verificam conflitos, trazendo perturbação da ordem” e o que o jornal chama de “mercados de amores”:

E taes meninas ali vao ter, se já não são prostitutas, primeiro, no interesse do dinheiro, que então ganham por noite, em inúmeras contradanças, onde são exploradas miseravelmente, pois recebem 5000 reis, de cada vez que dançam, enquanto os diretores desses antros cobram 1\$500 de cada dançarino. E para que uma dessas moças tire por noite dez, vinte ou trinta mil réis, necessário se torna, assim, que ela dance, ininterruptamente, 20, 40 ou 60, vezes, o que equivale certamente um suicídio lento para o seu physico.⁵⁵

Há duas hipóteses a serem levantadas: a primeira é que Bueno Machado já começava a inserir um formato de diversão que cobrava por contradança, mas que ainda não contava com o sistema de “cartão furado” /bilhete, inspirados nos *taxi-dancings* norte-americanos; a segunda é que esta forma de remuneração por baile dava lugar a que o jornal expressasse uma preocupação com um tipo específico de delito que ocorreria nesses lugares de diversão noturna: o lenocínio. No trecho da reportagem citada, a analogia entre dançar por dinheiro e ter relações sexuais por dinheiro faz-se explícita.

A sugestão do *A Manhã* é de que as autoridades públicas responsáveis, sobretudo o Juizado de Menores, intervenham com o fechamento desses estabelecimentos, pois “fechando-as, a polícia vai abordar e combater uma das mais interessantes fases da campanha do lenocínio e combate ao meretrício escandaloso.” A partir daí, o jornal declara que vai emplacar uma “narrativa impressionante” do que ocorreria nas “Escolas

⁵⁴ *Ibidem.*

⁵⁵ *Ibidem.*

de dança” para denunciar as explorações de que seriam vítimas as mulheres menores de idade que os frequentavam. O pânico moral dirigido às mulheres embora pareça universal e com objetivo de separar espacialmente os homens das mulheres, na verdade é endereçado a um grupo específico de mulheres, aquelas que trabalham no mercado de entretenimento. Essas precisam ser diferenciadas das “mulheres honestas”, que ao ter ido parar ali, passam a estar em perigo moral.

As opiniões do autor da reportagem se inserem em discussões muito mais amplas sobre a moral e a honra sexual no período do entreguerras.⁵⁶ De fato, a reportagem do jornal *A Manhã* ajuda a evidenciar a disputa sobre o que consistia na honra sexual e o que deveria ser proteção, a partir da noção de perigo moral a que as jovens estariam expostas. Esta discussão pública condiz com debates que ocorriam simultaneamente nos âmbitos judiciais, em particular ao ecoar a postura mais conservadora entre os juristas dos anos 30 que se veem obrigados a redefinir o que é “proteger a honra das mulheres” frente a uma série de novas práticas sociais e urbanas.⁵⁷

Nesse caso, sabendo que a Escola de Dança de Bueno Machado anunciava em seus jornais aulas de danças coletivas, é possível imaginar que a frequência desses locais por algumas mulheres não era condizente com a noção de honra sexual daquela década. O medo moral do defloramento e do lenocínio é revelado a partir do descontentamento do autor da reportagem com as meninas que saíam acompanhadas de rapazes, após a noite de diversão. “(...) E assim acabam dali saindo com os seus cavalheiros em automóveis ou para as estradas da Gávea ou Tijuca, ou para os hotéis.”⁵⁸

Os juristas Viveiros de Castro e Nelson Hungria escreveram em dois momentos distintos acerca da honra da “mulher moderna” preocupando-se com o que viram, em cada momento, como mudanças sem precedentes nas relações de gênero. O jurista Viveiros de Castro relacionou o aumento dos crimes contra a honra da mulher às mudanças na vida na cidade na virada do século XIX para o XX. Viveiros pensava que a ideia de modernidade associada à “emancipação” feminina havia feito com que as mulheres perdessem o respeito dos homens. Já para o jurista Nelson Hungria, que foi

⁵⁶ Ver “Onde os homens entram, as mulheres também podem entrar”: a invasão feminina do espaço masculino. CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-18940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2000.

⁵⁷ GOMES, T. de M. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 23, p. 121–147, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644659>. Acesso em: 6 out. 2021.

⁵⁸ Jornal “A Manhã”, 27 de fevereiro de 1929, ed. 990, p. 1.

delegado da região da Lapa e organizou a política policial de controle e localização da prostituição, prática que vai apoiar depois, como juiz), os juízes precisavam adaptar o código de 1890 à realidade dos anos 1920 e 1930, porque as moças eram bem diferentes de tempos atrás. Mas o que importa para nós é que ambos os juristas, ao escreverem sobre a necessidade de pensar mecanismos de diferenciação entre mulheres honestas e mulheres desonestas nos processos de crimes sexuais e contra a honra, estavam discutindo sobre separação simbólica entre mulheres das classes trabalhadoras e das classes médias.⁵⁹

O mesmo Bueno Machado, criticado pelo jornal *A Manhã* por seu estabelecimento que causava desordem na noite da cidade, concede uma entrevista quase duas décadas depois, em 1944, rememorando a época em que possuía uma Escola de Dança. Trata-se de uma oportunidade para que ele mesmo intervenha na construção de sentidos morais sobre seu estabelecimento. Machado conta que foi um dos primeiros fundadores das chamadas “Escola de Dança” e naqueles anos 1920, tão reclamados pelo jornalista do *A Manhã*, seu estabelecimento fornecia, diferente do que o *A Manhã* apontava, “*matinéés*” familiares. Os clientes de Bueno Machado seriam, em suas palavras a posteriori, a “nata” das famílias da Tijuca e de Copacabana, bairro que começava a se modernizar nos anos 1920. Para reforçar seu argumento de que possuía um lugar “bem frequentado” e “honesto”, Machado oferece um exemplo:

O saudoso Senador Lopes Gonçalves, boêmio incorrigível, frequentava diariamente a minha casa em companhia de amigos de igual posição social e política e, de uma feita, disse-me que não conseguia dormir quando lá não entrava ao menos por alguns minutos. Também oficiais de Marinha e do Exército frequentavam-na habitualmente.⁶⁰

Entre a reportagem do jornal *A Manhã* e a entrevista de Bueno Machado ao *Gazeta de Notícias*, há uma passagem de tempo de 20 anos. É durante esses anos que se inicia o processo da comercialização da dança no formato das escolas, mas elas também foram mudando, se proliferando, ficando mais famosas, sendo mais ou menos associadas ao delito, para finalmente nos anos 1940 os *dancings* tomarem conta da cena noturna carioca. Mas há uma questão em comum que perpassa esses períodos: denunciada tanto na memória de Machado, quanto na reportagem do jornal *A Manhã*: o lenocínio.

Quando um reporter indaga Bueno Machado o que mudou em relação aos frequentadores nesses 20 anos, ele responde que naquele momento

(...) a frequência é mais de rapazes do comércio, os quais, recebendo melhores

⁵⁹ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-18940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2000.

⁶⁰ Jornal “Gazeta de Notícias”, em 19 de setembro de 1944, ed. 230, p. 5.

ordenados do que outrora, podem frequentar as “escolas de danças” amiudamente. Falta-lhes, entretanto, aquela sãalegria ostentada pelos boêmios antigos e as próprias dançarinas de agora trabalham porque esse é o seu único ganho.⁶¹

É importante reiterar que Machado afirma isso 20 anos após ter sua primeira “escola de dança” e para destacar o que chama de “decadência das diversões noturnas cariocas”, que ele atribui a dificuldades econômicas impostas pela guerra e a falta de apoio policial, esses espaços tornaram-se problemáticos e sem segurança. Nesse sentido reforça que em “seu tempo”, a presença policial garantia a identificação da “malandragem e dos exploradores do lenocínio.”⁶²

Machado então reconstrói um passado idealizado dos anos 20, quando existiria uma Escola de dança livre de delitos como o lenocínio, porque, além de ser frequentada por outro “tipo de homem”, contava com a vigilância policial. A questão é que na visão do jornalista do *A Manhã*, ainda nos anos 1920, já estava em questão a periculosidade entre a Escola de Dança de Bueno Machado. Tanto em um momento como no outro, o recurso a essa questão justifica a demanda da presença da polícia como garantia da identificação do que ele nomeia como “malandragem e dos exploradores do lenocínio.”⁶³

Bueno Machado usa a ideia do “malandro” para falar de um tipo criminal, o lenocínio. Assim como o jornalista havia feito antes, Machado reitera que a decadência das diversões noturnas eram um problema de segurança e, principalmente, do lenocínio. A boemia, a prática de dançar, a sociabilidade do lazer em si não eram condenadas. O problema viria dos homens envolvidos com a exploração sexual de mulheres que, graças à falta de policiamento, frequentavam esses espaços.

A imprensa teve seu papel ao estabelecer debates públicos e um combate furioso contra o crime de lenocínio. A reportagem presente na *Gazeta de Notícias* concorda que os estabelecimentos dos anos 1940 já não representavam mais as Escolas fundadas por Bueno Machado, pois cederam lugar para o lucro e se tornaram o “paraíso do caftismo”. Por isso, seria necessária intensa campanha com apoio da polícia, do Juizado de Menores, da Saúde Pública, do Ministério do Trabalho, da Fiscalização de Tóxicos e claro, da imprensa para regular os *dancings* e torná-los um digno elemento de prazer:

Contra essa malta cínica e até agora impune dos cáftens de “escolas de dança” é necessário, para conservação do bom nome da administração policial e da

⁶¹ *Ibidem*, p. 12.

⁶² *Ibidem*, p. 5.

⁶³ *Ibidem*, p. 5.

decência pública, se empreenda uma campanha tenaz, violenta, impiedosa, reintegrando-se em sua verdadeira finalidade a instituição do dancing – elemento de prazer que não deve desaparecer da vida noturna, pois, uma vez bem controlado, estará perfeitamente cumprindo a recomendação das Escrituras de que nem só de pão vive o homem.⁶⁴

Segundo a *Gazeta de Notícias*, ao entrar nas “escolas de danças” encontravam-se “belos rostos e pernas tentadoras” e esse era o motivo da indiferença dos frequentadores ao “roubo das contradanças”, mas era preciso policiar esses locais, combatendo os tais cafetões que ingressavam como frequentadores com objetivo de explorar as bailarinas, que eles chamam de “infelizes escravas”.⁶⁵ A demanda pelo policiamento da Polícia de Costumes é reforçada quatro dias depois, pois estes estariam deixando de ser “lugar de diversões noturnas” para serem espaço de “vício e corrupção” graças aos “pilantras”, “cafifas” bem vestidos que fariam das escolas de dança refúgio e filial da “Zwi Migdal”, em referência ao caso escandaloso da acusação de uma máfia judia de tráfico de mulheres em Buenos Aires que explodiu em 1930.⁶⁶

Para o jornalista, os *dancings* tinham regras excelentes. Proibiam as dançarinas de sentarem à mesa com os frequentadores, o que pouparia cenas deprimentes do que nomeiam como “bebedeira feminina”, mas precisava da polícia para acabar com a suposta farra de alguns frequentadores que estariam transformando os *dancings* em bordéis de prostituição.⁶⁷ Abaixo a imagem retirada da reportagem da *Gazeta de Notícias* sobre os “pilantras e cafifas”:

⁶⁴ *Gazeta de Notícias*, em 24/09/1944, ed. 226, p. 8.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Zwi Migdal foi uma organização acusada de tráfico internacional de mulheres e fortemente perseguida na Argentina até ser desmontada nos anos 1930. Ver: KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 1996. p. 79.

⁶⁷ *Gazeta de Notícias*, em 24/09/1944, ed. 226, p. 8.

Figura 1: “Picotadores” dos dancings no jornal Gazeta de Notícias (1944)



O mesmo o jornal *A Manhã*, 20 anos depois de suas denúncias sobre os tais “cáftens”, repete o argumento da *Gazeta* de que os serviços de diversões precisam existir para que o trabalhador tenha seu momento de lazer:

Quão modificados estão os hábitos do carioca, cidadão cosmopolita e trabalhador, e que nas horas de lazer gosta de distrair-se a fim de esquecer a exaustiva tarefa que cumpre quotidianamente.⁶⁸

É curioso notar a paranoia da imprensa em relação à uma certa ideia do que seria a exploração das mulheres nesses espaços. Construía-se uma narrativa em torno da noção generalizante de que, ao mesmo tempo em que os novos frequentadores eram pilantras desocupados, eles faziam parte de uma organização mafiosa, parecida com a que foi desmontada nos anos 1930 por tráfico de mulheres.⁶⁹ Sendo assim, os estabelecimentos até poderiam funcionar, mas com forte controle de repressão e de organização da polícia, pois somente ela poderia transformar, finalmente, os estabelecimentos de diversão noturna pra homens, em parâmetro de modernidade e civilização, como teria sido no início, ao imitar as diversões de Paris.⁷⁰

Junto dos *dancings*, os *cabarés* se espalharam pela cidade, tornando-se ambos

⁶⁸ *A Manhã*, 18 de agosto de 1946, ed. 01543, p. 6.

⁶⁹ Ver: KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 1996. p. 79.

⁷⁰ *Ibidem*.

muito frequentados nos anos 1940 e causando grande burburinho acerca das práticas sociais e sexuais em seu interior. Dercy Gonçalves, ao lembrar que trabalhou em um cabaré, explica sobre as possibilidades para um homem que ia até um cabaré e também o preconceito sofrido por aquelas que trabalhavam nesse espaço.

Tenho um contrato pra você se apresentar no Tabaris, o melhor cabaré de Salvador! O que acha? Para quem não sabe, antes de surgirem as boates, os cabarés dominavam a vida noturna. A diferença entre uma e outra é que na boate um homem podia levar a família e no cabaré, nem pensar. As mulheres que frequentavam cabarés não eram as que o povo chamava “de família”. Quando o homem saía para uma noitada num cabaré, sabia que podia assistir a um espetáculo de variedades, dançar e até sair com as moças que ali trabalhavam. Ao contratar uma garota para o show, os proprietários de cabarés nem precisavam avisar que, no fim, deveriam ir para as mesas e fazer companhia aos clientes, para estimular o consumo de bebida. Se saíam com os caras depois, não era mais problema deles. Eu não fazia nem uma coisa nem outra; aliás, nem todas as artistas faziam. Mas, de cara, já avisava o proprietário que comigo era diferente. Eu não era de ir em mesas agradar cliente, nunca fui.⁷¹

A partir do relato de Dercy, evidencia-se que os cabarés surgidos em meados da década de 1910, aos moldes de Paris, onde exibiam-se espetáculos de teatro e música, foram também se transformando e sendo associados, cada vez mais, ao lenocínio e a à prostituição. O relato de Dercy fala que a relação entre as dançarinas e os frequentadores era bem mais próxima, o consumo de bebidas era estimulado pelos proprietários para conquistar e entreter o público. Já num *dancing*, sabemos que era proibida, mas nenhum indício garante que após uma noite de diversão outros tipos de encontros não ocorressem, como bem preocupava-se em tom condenatório o jornalista.

Muza Clara Chaves Velasques nos conta que

Embora os cabarés fossem o centro de atração, era o fascínio pelo “submundo” que fazia da Lapa um local tão disputado. E o “submundo” caracterizava-se sobretudo por determinados tipos. As figuras humanas que davam vida ao bairro eram, para aqueles que vinham de fora, umas das grandes fascinações.⁷²

E o que Velasques chama de “tipo”, de fato, é notado nas descrições dos jornalistas realmente “fascinados” por esse universo das diversões noturnas. É possível encontrar o malandro, a *femme fatale*, ou o trabalhador e as infelizes e pobres mulheres exploradas em uma tentativa constante de diferenciar os bons dos maus elementos:

Alguns letrados faziam questão de se diferenciar, afirmando que nestes cabarés e bares os malandros “não punham os pés. Malandro sabido ficava de fora, na

⁷¹ AMARAL, Maria Adelaide. Dercy de cabo a rabo. São Paulo: Editora Globo, 6ª edição, 2011, p. 35.

⁷² VELASQUES, Muza Clara Chaves. A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca. Dissertação – Departamento de História – UFF. Niterói, 1994, pp. 66-67.

jogatina, se defendendo.”⁷³

Ao mesmo tempo em que havia o desejo de alguns letrados, jornalistas e políticos que frequentavam esses estabelecimentos de se diferenciarem de outros homens, também é importante situar que à medida que a cidade mudava os aspectos econômicos e demográficos, transformava também os modos de vida no dia a dia. Nesse contexto, também se fortalecia o movimento operário e a cultura do lazer. E já que uma das narrativas era de que esses estabelecimentos eram frequentados por trabalhadores, era preciso também criar a figura que iria confrontá-lo: o malandro.⁷⁴ E nos espaços de diversão noturna, o “malandro” a ser combatido seria então o praticante do tipo criminal de lenocínio.

Os anos 1930 são marcados por um forte apelo para tornar cidadão todo aquele que atende a certo modelo de ser trabalhador e, junto disso, também as disputas narrativas para convencer de que os *dancings*, apesar de tudo, eram lugares de “gente honesta”:

Os dancings, esses ambientes de luzes e músicas, por certo decepcionam aqueles de imaginação fértil e doentia. Porque neles não se veem os tipos prefigurados em nomes novelescos, romances de “bas-fond”, as tais mulheres fatais, vampirescas, acompanhadas ou vigiadas de longe pelo temíveis apaches, os malandros de todos os rincões, as mulheres que saltitam graciosamente a valsa vienense, louras e morenas, mais claras umas, mais enérgicas outras, não estão ébrias, nem se atiram aos braços, de bocas hiantes e compostura desalinhas. Pelo contrário. Um club de linha, frequentado pelas moças de sion, pelas jovens “dórees”, não lhes leva vantagem ao ambiente que é, podemos afirmar, eminentemente social, elegante e de alta civilização. O conceito de outrora a respeito desses lugares, por tanto, só cabe hoje nos romances de sensação, ou nas páginas ingênuas de publicações juvenis.⁷⁵

A descrição apela para o imaginário daqueles que nunca entraram em um *dancing*. Mobilizam-se categorias como apaches e mulheres fatais, que alimentam fantasias a partir dos produtos culturais – os romances literários, o teatro, o cinema, as novelas de rádio –, para dizer que a realidade do interior dos *dancings*, frustraria aqueles que partiram dessas fantasias.⁷⁶ Caso esperem aquilo que costumavam dizer a respeito desses espaços, iriam

⁷³ *Ibidem*, p. 67.

⁷⁴ Flavia Veras fala disso em relação aos artistas. Ver: VERAS, Flavia. Op. Cit. 2012, p. 17.

⁷⁵ A Manhã, 18 de agosto de 1946, ed. 01543, p. 6.

⁷⁶ Sobre os *Apaches*, Schettini mostra como essa categoria estava em movimento. O sentido de *apache* dependia das relações sociais de cada localidade e do ponto de observação – parisiense e francês, portenho e argentino, sulamericano, compadrito e malandro, cuchillero e gigolô, ladrão e proxeneta, manso e perigoso. A categoria serviu, também, para alimentar fantasias de virilidade, selvageria e civilidade. SCHETTINI, Cristiana and GALEANO, Diego. Os apaches sul-americanos: conexões atlânticas e polícia de costumes no início do século XX. *Anu. colomb. hist. soc. cult.* [online]. 2019, vol.46, n.2, pp.87-115.

se decepcionar. Toda essa transformação entre o discurso da reportagem do jornal *A Manhã* nos anos 1920, a entrevista com Bueno Machado e finalmente, os jornais contando sobre um lugar de “gente honesta”, nos leva a pensar que a ideia do malandro, da *femme fatale*, e da perdição moral eram alimentadas nos circuitos culturais dos anos 1940 (publicações, romances, cinema, revistas) como um produto cultural, e não devem ser tomadas como descrição da realidade ou de um cenário.

Além de provocar debates entre juristas, a imprensa e outros setores da sociedade civil sobre moralidade pública e a honra sexual feminina, o mundo das diversões noturnas mostrou-se economicamente importante. Assim, “ficava evidente que artistas de variedade e prostitutas eram peças fundamentais em uma engrenagem econômica que sustentava aquele peculiar mercado de entretenimentos noturnos.”⁷⁷ Nesse sentido, entender o interior dos *dancings* e como estavam as discussões sobre seu funcionamento no seu período de expansão, nos anos 1940, nos ajuda a compreender como as regras de funcionamento foram negociadas entre proprietários e a polícia que foi se tornando a responsável pela organização desse tipo de estabelecimento, cuja característica principal é uma mulher que trabalha vendendo 3 minutos de dança.

Um mapa da “Noite” carioca

A noite, como bem definiu Amy Chazkel, é uma categoria sociojurídica que se forja nos conflitos entre o poder municipal e a população, cuja solução é o policiamento assim que o sol se põe. Nesse sentido,

a noite é definida nos textos jurídicos como o período entre o pôr e o nascer do sol. O momento em que a noite oficialmente começa e exatamente o que o escuro devia significar variava muito na tradição jurídica ocidental, mas um regime diferente sempre começava depois da escuridão.⁷⁸

No Rio de Janeiro a ideia de noite, enquanto categoria jurídica que organiza a vida urbana após o pôr do sol, pode ser remetida ao período da independência, quando o açoite e outras práticas violentas e arbitrárias da polícia foram restringidas, e os furtos e assaltos pareciam aumentar. Com uma norma municipal chamada “Toque de Aragão” (1825), a

⁷⁷ *Ibidem.*

⁷⁸ CHAZKEL, A. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 31-48, 2013.

circulação de pessoas durante o período noturno foi restringida.⁷⁹ Nos fins do século XIX, o toque de recolher era suspenso, a tecnologia da luz elétrica chegava ao Rio de Janeiro e iluminava os espaços públicos da cidade e cada vez mais a população ocupava as ruas ao anoitecer em lazeres noturnos. No entanto, muito menos que pelo avanço tecnológico das formas de gerar iluminação, é o aparato jurídico que definia a noite como perigosa que acabava definir uma forma de controle social a partir da ação da polícia.⁸⁰

Nesse sentido, compreender a noite e suas leis, é também conhecer o funcionamento legal da cidade e as formas como as autoridades públicas relacionam-se com os cidadãos. Mais que um controle social, as leis e regras que valiam para o período noturno refletiam-se na vida cultural e social da cidade no momento em que a polícia cumpria o papel de organizadora das relações de trabalho daqueles que frequentavam e trabalhavam no mercado de entretenimento. Por isso, “as reações políticas e jurídicas à noite são sintomas de uma dinâmica social e política” de um tempo.⁸¹ Partindo da sugestão feita nos estudos de Amy Chazkel, pensaremos a noite como uma ideia produzida socialmente nas relações entre as autoridades públicas da polícia e aqueles que ocupam as ruas quando o sol se põe. E sendo socialmente construída, foi alvo constante de disputas jurídicas ao longo do tempo.

A localização e os horários de funcionamento de *dancings* e cabarés nos dão pistas de como a cidade funcionava a partir do que foi tolerado e permitido pelo poder público, mas também das disputas morais e de sentidos sobre cada lugar. Nos anos 1930, existiu no Rio de Janeiro o *Dancing Central*, que segundo Americo Luis Martins, era mais ou menos parecido com o *Dancing Avenida* e o *Dancing Brasil*, mas “com inferior qualidade musical”. Os dois últimos estavam instalados em luxuosas construções no subsolo do Edifício S. Borja, localizados no começo da Avenida Central (atual Rio Branco).⁸²

O Samba-Danças, que teria como “testa-de-ferro” Jaime Ferreira - um conhecido no mercado por ser irmão de um brilhante ator de teatro -, localizava-se na Praça Tiradentes. O *dancing* carioca ficava na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua de Santana. O *Dancing Belas Artes* (ver anexo 5) estava instalado no sobrado do

⁷⁹ Holloway, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1977. P. 58.

⁸⁰ CHAZKEL, A. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 31-48, 2013.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² Americo Luis Martins da Silva. *A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca*. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

antigo café de mesmo nome também no centro da cidade e o Farolito, inaugurado em 1944, e teve dois endereços: a Rua Rodrigo Silva e a Rua Chile.⁸³ O El-dorado danças (Ver anexo 2) era uma espécie de meio-termo entre a gafieira e um *dancing* como os outros. Americo Luis diferencia o Eldorado dos outros dancings, pela presença da gafieira. Segundo o biógrafo, o dancing El-dorado teria contrariado o sistema adotado por outros estabelecimentos, porque “foi primeiro a ser frequentado por casais e família, sendo o precursor das gafieiras.”⁸⁴

Localizado num sobrado da Rua do Teatro, com vista para o real gabinete português, o eldorado funcionou entre os anos 1930 e 1950 e foi espaço de histórias popularmente conhecidas. O biógrafo de Bueno Machado, Americo Luis, conta que foi no salão do *dancing* que o cantor Orlando Silva ouviu, pela primeira vez, “Carinhoso”, na voz de seu autor, Pixinguinha.⁸⁵

Silva destaca que não existia *dancing* na Lapa, apenas na Cinelândia, na Tiradentes e o próximo à Santana. Sua observação não é por acaso. Enquanto a Cinelândia ficou conhecida por seus vários estabelecimentos de diversão como teatros e cinemas, a Lapa era associada à vida noturna na prostituição desde a década de 1910. Por isso, diferente da Cinelândia, “quem ia à Lapa deixava a alma em casa”.⁸⁶ Motivado pelo grande sucesso do “Samba-Danças” do Seu Antonio, na Praça Tiradentes, Machado transforma a velha Escola dos anos 20 no famoso *Dancing* Brasil.

Nos anos 40, continua sendo na Lapa que se localizam os bares e os cabarés que, às vezes, ofereciam alguns shows. O Cabaré Novo México (Ver anexo 4) e o Casa Nova ficavam na Avenida Mem de Sá e o Cabaret Brasil na Rua da Lapa.⁸⁷ Americo Luis no Cabaré Brasil Dourado na Lapa tenta explicar de que maneira um bairro habitado por “boas famílias” no século XIX passou a ser “um local da mais variada prostituição”. Ele afirma que o bairro teria se transformado como num efeito “da água para o vinho”, num “quartel-general de malandros e vagabundos de toda ordem [...], com suas ruas mal iluminadas, com seus cabarés envoltos por ares de mistérios, com seus frequentadores de vida suspeita.” A Lapa seria, enfim, o “reduto do vício, da sensualidade e da boemia, plantado bem no coração da Metrópole, trazendo incômodo permanente à sociedade

⁸³ Informação segundo o Jornal “A Gazeta de Notícias”, 1944, ed. 249, p. 4.

⁸⁴ Americo Luis Martins da Silva. A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ Gazeta de Notícias, 24 de setembro de 1944, ed. 226, p. 8

puritana.” Durante o dia, era movimentada, onde pessoas transitavam para chegar ao trabalho. Mas quando a noite

descia e as luzes se acendiam, eram os frequentadores do *bas-fond* que surgiam vagarosos, parando pelas esquinas, aboletando-se nos bancos de baixa classe. Era a população noturna do bairro carioca de má fama, constituída, em sua maioria, de boêmios, contraventores, criminosos de todos os graus, escritores, artistas, músicos, estudantes, políticos e de um ou outro turista temerário em busca de novidade, de pitoresco.⁸⁸

Nesse sentido, há uma tentativa de delimitar os lugares e horários com maior ou menor periculosidade. Quanto mais próximo da Lapa, e quanto mais à noite, maior o índice de perigo. Evidencia-se uma tentativa de caracterizar a Lapa como o reduto de práticas de prostituição. Ao mesmo tempo, havia um esforço para explicar como as bailarinas de *dancings* não eram prostitutas.

Ademais, entre a maioria que reconhece que as *taxi-girls* do *dancing* Brasil não eram prostitutas, podemos incluir o músico mineiro Helvius Vilela Borges, que relata o seguinte: “(...) aos 17 anos eu fui tocar no Montanhês Dancing. (...) Eu vou explicar como funciona um *dancing* para vocês que não conhecem: por exemplo, dizia-se ser *taxi dancing*, mas o *montanhês* não era um *taxi dancing*, pois ficava na rua *Guacurus*, onde era a zona de meretrício e tudo. Aqui no Rio era o *Dancing Avenida* e o *Dancing Brasil*, ali na Cinelândia. [...] Nesse *taxi dancing*, as mulheres tinham um cartão cada uma, aí você que gostava de dançar, já tinha as mulheres preferidas, você ia lá e dançava com ela e tinha o cara do *picotador*, que ficava marcando tempo. Você pagava pra dançar, era isso basicamente.”⁸⁹

Assim, os *dancings*, que diferentemente dos cabarés não estavam localizados na Lapa, não eram reduto de prostituição e lenocínio. Ele conta que “nesses lugares **quase** (grifo meu) todas não eram prostitutas, apesar do lugar que trabalhavam.” Para reforçar de vez, apela-se para grandes nomes da música popular brasileira:

Vou te dar um exemplo, a Elizeth Cardoso foi dançarina do *dancing* avenida, era o que eles chamavam de “*taxi girl*”, era *taxi* por que? Porque era contado por hora. O *picotador* marcava no relógio e QUANDO ELA parava de dançar ele *picotava* e no final da noite ela recebia o correspondente ao que ela dançou. E esses lugares, como viviam cheio de ricos, eles podiam se dar ao luxo de ter uma grande orquestra e um grupo menor para revezar. Porque a música não parava; então eu fui trabalhar nesse grupo menor, com 17 anos. E pra fazer diferença do repertório da grande orquestra, esse grupo tocava três coisas basicamente: *chorinho*, *valsa vienense* e *tango*.⁹⁰

Assim, a partir desses relatos de memórias estabelece-se as diferenças substanciais

⁸⁸ Americo Luis Martins da Silva. *A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca*. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

entre um *dancing* e um cabaré, bem como suas formas de funcionamento, além de seus sentidos morais e níveis de periculosidade segundo o olhar da imprensa, dos memorialistas e de um empresário, o bailarino Bueno Machado.

“Assim eu ganho a vida!”

Percebemos que as discussões sobre os sentidos das modalidades de diversão versam, sobretudo, acerca do que se considera ou não exploração. Para a imprensa e o empresário Bueno Machado, a exploração estaria no crime de lenocínio cometido por frequentadores e a persistência de tal delito incidia no nível de periculosidade de determinados locais. Até aqui vimos como a memória construiu os diferentes lugares de dança, e ela esteve totalmente misturada com sentidos de perigo moral, exploração, prostituição, desde os anos 1920 até os anos 1940. Por isso, examinamos de que maneira a memória coletiva sobre a noite carioca e seus espaços de lazer nos anos 1920 foi forjada nos anos 1940, a partir de uma disputa sobre a denominação de certos lugares de lazer, de suas qualificações morais e seus níveis de periculosidade. No entanto, há indícios de que para as mulheres esses sentidos foram construídos de outras formas, porque para elas os lugares de dançar eram espaços de trabalho, e não de diversão.

Alma era também uma jovem bailarina de apenas 21 anos. Era comerciária, moradora da Rua do Catete número 201. Mas esse é apenas um dos vários endereços em que residiu entre os anos 1946 e 1952. Tanto quanto mudava de endereço, mudava também de local de trabalho. Durante o período de 7 anos, Alma trabalhou em 6 *dancings* diferentes: no Farolito, no Astral, no Blue Star, no Avenida, no Samba Danças e no Brasil danças. A bailarina era contratada mediante curtos contratos e chegava a trocar de local de trabalho a cada mês. Todo esse percurso por onde passou Alma durante 7 anos foi registrado pela polícia de costumes na sua ficha de bailarina.⁹¹

As repetições vislumbradas nas fichas, como a grande rotatividade de estabelecimentos, como também as várias mudanças de emprego e passagens pela polícia por prática de prostituição, podem nos ajudar a descortinar um mundo das relações sociais e de trabalho de muitas mulheres que compartilharam, embora cada uma com experiências individuais e subjetivas, questões coletivas. As longas horas de trabalho no

⁹¹ Ficha de bailarina de Alma Rubens de Medeiros. OCABR7616. Fundo delegacia de costumes e diversões. Arquivo Nacional.

dancing eram conciliadas com o trabalho doméstico e de cuidados de filhos, pais idosos e irmãos desempregados:

“ALMA é mato-grossense, de uma cidade do interior, Corumbá. Seu pai foi jornalista culto e tinha grande amor pelos filhos. Namorou um aviador durante três anos. (...) Ao fim dos três anos verificou a impossibilidade de uma existência natural para o seu amor: ia ser mãe e seu amado tinha compromisso. (...) Deixou a cidade pequena pela grande cidade do Rio de Janeiro. Teve sua filhinha, Norma Marina, que hoje está com três anos, na casa de sua mãe, lá em Corumbá. Nunca mais ouviu do aviador. Nunca recebeu um tostão que a ajudasse a sustentar a menininha. Tentou todas as espécies de empregos. Foi caixeira, trabalhou em escritório, pois tem um pouco de instrução, e todo seu dinheiro nunca chegava para dar o que queria à sua filha e para suas próprias necessidades. Então, resolveu ser “dancing-girl”. Assim ganha bem, conseguindo, apesar de tudo, manter uma linha de conduta perfeitamente correta. No seu minúsculo apartamento, encera o chão, cozinha, lava sua roupa, faz o que toda modesta dona de casa tem que fazer. Pensam que a minha vida é um colar de pérolas: noite, após noite de divertimentos, de luzes, de excitação... Ninguém percebe que estar no “dancing”, para mim, pelo menos, não é diversão, e sim trabalho, e trabalho bem duro, às vezes...”⁹²

Figura 2: Foto de Alma segurando o retrato da filha. A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), 1949.



A imagem acima registra Alma segurando a imagem de sua filha, que ela precisou deixar com sua família para que pudesse, futuramente, lhe dar uma vida digna. Os *dancings* foram um arrimo familiar para essas jovens mulheres na cidade. Por isso, creio

⁹² A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ). Em, 29/03/1949. Ed. 01048.

não ser exagero supor através das informações das fichas levantar inclusive a hipótese de que ao mencionar uma ocupação anterior, uma bailarina poderia estar falando tanto de um emprego que decidiu largar para entrar num *dancing* porque o salário de bailarina valia muito mais a pena quanto de acumularem triplas jornadas: num escritório ou balcão de dia e bailarina de *dancing* à noite, além os serviços domésticos da própria família.

Nos debates promovidos sobre a legislação social a respeito da regulação do trabalho feminino, vinculava-se à ideia de que uma família dependia do trabalho da mulher em casa, limpando, arrumando e cuidando dos filhos.⁹³ Embora circulasse a ideia da mulher dentro do lar, as mulheres da classe trabalhadora acumulavam múltiplas funções dentro e fora dele.

Os anos analisados eram de crise econômica durante o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial e de mudanças dos padrões de consumo, quando novos padrões culturais de comportamento eram difundidos em produtos culturais.⁹⁴ No caso das bailarinas, isso evidencia-se a partir das diversas ocupações mencionadas nas fichas, mas principalmente pelo grande número de trabalhadoras domésticas.

Voltando à história de Alma, que foi contada por um repórter do periódico *A Noite* no *Suplemento: Secção de Rotogravura*. Em uma longa reportagem sobre o funcionamento dos *dancings*, a bailarina Alma relata um pouco desse cotidiano entre o *dancing* e o lar. Diz o repórter que após uma noite em claro toda “dona de casa”, seja bailarina ou não, tem seus deveres domésticos. Então, Alma, após uma noite cansativa, preparava-se para encerrar o chão de seu “minúsculo apartamento”, enquanto o repórter curioso indagava sobre seu dia-a-dia como “táxi-girl”.

⁹³ FRACCARO, Gláucia. Os direitos das mulheres - organização social e legislação trabalhista no Entreguerras brasileiro (1917-1937), 2016, p. 84.

⁹⁴ FORTES, Alexandre. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2014. O’Donnell, Julia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013

Figura 3 : Foto de Alma limpando o chão de seu apartamento. A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), 1949



Figura 4: Foto de Alma cozinhando feijão. A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), 1949



- Também sei cozinhar e fazer feijoada. Assim eu ganho a vida! Tenho que sorrir, mesmo quando estou profundamente triste. Muitas das minhas colegas pensam diferente, mas acho que a nossa é como outra profissão qualquer.⁹⁵

No relato de Alma evidencia-se a maneira como as mulheres que trabalhavam “na noite” usavam do trabalho doméstico como forma de referenciar a própria moralidade. Quer dizer, como toda “boa” dona de casa, ela, ainda que bailarina de *dancing*, também sabia cozinhar e “fazer feijoada.” Nesse sentido, rompe-se a dicotomia entre os lugares

⁹⁵ A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ). Em, 29/03/1949. Ed. 01048.

públicos (o trabalho) e os lugares privados (o lar). Para as mulheres, a casa também era sinônimo de trabalho e elas precisavam dar conta de toda essa demanda por cuidado que recaía sobre elas.

Até aqui, o capítulo mostrou como os locais de diversão no Rio de Janeiro das décadas de 1930 e 1940 possuíam limites morais difusos em disputa a partir das diversas designações. Os sentidos e significados dos estabelecimentos de lazer foram se transformando a partir da construção de uma memória coletiva. Estes significados, por sua vez, possuíam sentidos morais cuja questão de segurança e periculosidade relacionava-se com o crime de lenocínio.

Diante disso, a imprensa e empresários como Bueno Machado mobilizam-se pela presença policial dentro desses locais. Por outro lado, evidenciamos que para as bailarinas a ideia de “exploração” passava muito longe de “*caftens*” exploradores, mas ganhava sentido dentro do trabalho de reprodução social que elas desempenhavam acumulando duplas ou triplas jornadas de trabalho. Os espaços de lazer e diversão masculina eram também o local de trabalho daquelas mulheres. Nos próximos capítulos, vamos nos aproximar de outras dimensões da experiência dessas mulheres, para entender o sentido que elas atribuíam a estes lugares e suas transformações no período abordado.

CAPÍTULO 2. A POLÍCIA DE COSTUMES

Entre os anos 1920 e 1940, enquanto se disputavam os sentidos dos lugares de baile, a polícia se alçou ao posto de organizadora desse negócio. Na década de 1940, a polícia não era somente um agente repressor, mas um agente mediador e organizador do mercado de diversões. Em outras palavras, entre os anos 20 e 30, a polícia atuou na repressão tanto do mercado de entretenimento, quanto do comércio sexual, também porque artistas e prostitutas compartilhavam dos mesmos lugares da cidade. Nos anos 1940, entretanto, a polícia não atuou somente reprimindo as atividades ligadas ao lazer e ao prazer. A polícia esteve organizando o trabalho sexual para diferenciá-lo de outras profissões, como a das bailarinas.

Mas como a polícia construiu legitimidade em sua atuação no campo da vigilância moral da vida noturna e dos lugares de dançar? Dizendo de outra maneira, perguntamos como a polícia se legitimou enquanto um agente mediador da organização de estabelecimentos de diversão noturna e conseguiu separar, institucional e

simbolicamente, uma bailarina de *dancing* de uma trabalhadora sexual? O que sabemos a partir do capítulo anterior é que a Polícia, por um lado, respondia à demanda dos próprios proprietários – sob a figura principal de Bueno Machado –; por outro, respondia à pressão da imprensa. Além disso, as autoridades policiais construíram uma organização institucional própria na qual assumiam como próprias as atribuições de vigilância moral de lugares e horários específicos. Há alguns momentos-chaves possíveis de serem recuperados, quando a polícia vai ganhando/construindo esse poder de intervenção na vida noturna.

O capítulo busca, inicialmente, apresentar a estrutura da polícia e sua organização nos órgãos institucionais. Em seguida, examina a relação da polícia com os empresários dos lugares de dançar. Por último, mostra a atuação da polícia diretamente nas atividades laborais das bailarinas de *dancing*. Quando elas são autuadas pelo Delegado por razões diversas, como o envolvimento em uma briga, um atraso para chegar ao trabalho ou suposto envolvimento com a prostituição.

Quem era a polícia?

O primeiro registro de uma trabalhadora de *dancing* produzido por um órgão policial data do ano de 1943. Ele foi elaborado pela 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia, assinado pelo delegado de jogos e diversões. A partir de 1945, as fichas de bailarinas não possuem mais nenhuma referência à 2ª delegacia auxiliar. Nesse ano, a elaboração de fichas de bailarinas passa a ser atribuída à Delegacia de Jogos e Diversões. No ano seguinte, 1946, a Delegacia de Costumes e Diversões passou a ser responsável pelo registro de todas as bailarinas de *dancing* e *cabarés*.⁹⁶ A D.C.D foi criada em 1922 como parte da estrutura da Polícia Civil. Ela pertencia à Polícia Civil do Rio de Janeiro, submetida ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e possuía diversas repartições estaduais.

A Delegacia de Costumes e Diversões, com as suas repartições estaduais, foi a responsável por registrar todos os trabalhadores do setor de diversões.⁹⁷ O órgão, cuja função era o registro desses trabalhadores do mercado de entretenimento, recebeu diversas nomenclaturas: Delegacia de Costumes e Diversões, Delegacia de Jogos e Diversões e Serviço de Censura e Diversões. Mas a função do registro era uma só:

⁹⁶ Arquivo Nacional. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões.

⁹⁷ VERAS, Flavia Ribeiro. *Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945)*. p. 95, 2012.

produzir uma ficha de identificação com todas as informações pessoais dos homens e as mulheres registrados: o nome, a cor, a filiação, a nacionalidade, a naturalidade, o endereço – o atual e os anteriores -, local de trabalho e remuneração, dependendo de qual categoria o/a artista pertencesse, além de uma fotografia.

Entre os anos de 1943 e 1959, foram produzidos três modelos de fichas para a categoria das bailarinas de *dancing*. O primeiro modelo, referente à imagem abaixo, foi utilizado pela 2ª Delegacia Auxiliar nos registros produzidos entre 1943 e 1945. O fundo do arquivo conta com 102 registros, o menor índice durante 16 anos de registro.

Figura 5: Ficha de Aristina de Oliveira Porco, 1943.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
2ª DELEGACIA AUXILIAR
S/1

Nome Aristina de Oliveira Porco Apellido Porco

Nascida em 12 de Abril de 1925 Cor BRANCA Estado civil CASADA

Filho de Manoel de Oliveira e e Angelina Rosa Pereira

Nacionalidade Brasileira Natural de Distrito Federal

Profissão anterior Costureira Identificada em 25 de Outubro de 1943

Residência Morres e Valle 47 ap. 6 Cart. profissional n. 5435 serie 32

Assinatura Aristina de Oliveira Porco Mat. Sind. 330

OBSERVAÇÕES **VISTO**
Rio, 21 de 10 de 1943
M. Adriano
2ª Delegacia Auxiliar

2ª DELEGACIA AUXILIAR
[Signature]

O segundo modelo passou a vigorar em 1945, quando as fichas de bailarinas foram atribuídas à Delegacia de Jogos e Diversões, como mostra a imagem da ficha abaixo, cuja assinatura foi feita pelo Delegado de Jogos e Diversões:

Figura 6: Ficha de Izabem Paes de Oliveira, 1945.

OC ABR 4866

N.º 852.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE JOGOS E DIVERSÕES

S/I

Nome Izabel Paes de Oliveira Apellido _____

Nascida em 20 de 7 de 1925 Cor branca Estado civil Solteira

Filha de Sebastião Paes de Oliveira e D. Rosalina M. da Conceição

Nacionalidade Brasileira Natural de Estado do Rio

Profissão anterior aux. de Laboratório identificada em 31 de Janeiro de 1945

Residência Rua Mchal. Falcão da Frota Cart. prof.º 33.102 série 62

Assinatura Izabel Paes de Oliveira

OBSERVAÇÕES

VISTO

Rio, 31 de Janeiro de 1945

- S/I

Delegado de Jogos e Diversões

A partir de 1946, a ficha passou a ser elaborada com atribuição da Delegacia de Costumes. Inicialmente, o modelo estabelecido foi o representado na imagem abaixo:

Figura 7: Ficha de Ilma Alves do Prado, 1946.

OC ABR 5154

N.º 1312

Nome ILMA ALVES DO PRADO

Filiação Maria José do Prado

Nascida a 18 de maio de 1928

Nacionalidade Brasileira Naturalidade D.F.

Estado Civil Solteira Reservista - - -

Carteira { Identidade nº _____
Profissional nº 45.329 série 508

Admissão em 30 de agosto de 1946 Cargo - - -

Função Dancarina Dependência - - - Nat. Sinc.: 378

Residência Rua das Neves nº 41 Bairro Santo Inácio Tel. _____

ANOTAÇÕES

VISTO

Rio, 30 de agosto de 1946

- S/I

FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIO

Neste mesmo ano, a ficha de bailarina ganhou um modelo padrão (Foto 8) que vai

se estabelecer até o ano de 1959. Este último modelo de ficha, estabelecido pela Polícia de Costumes a partir de 1946, passou a ser empregada para registrar todas as bailarinas empregadas de *dancings* e cabarés. Durante esse período, o fundo conta com 756 registros, sendo a maior parte dos fichamentos das bailarinas entre 1953 e 1956, logo após o fim do sindicato.

Figura 8: Ficha de Rosalia Cavalcante Ribeiro, 1947.

MINISTÉRIO DA ARTES E REGRAS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE COSTUMES E DIVERSÕES
S/D

FICHA DE BAILARINA

Nome ROSALIA CAVALCANTE RIBEIRO
Nascido em 4 de setembro de 1929 Córporada Estado civil solteira
Filho de José R. de Oliveira e Esmeralda C. Ribeiro
Nacionalidade Brasileira Natural de Paraíba
Profissão anterior doméstica identificado em 11 de dezembro de 1947
Residência Av. Presidente Vargas, 27 - Conj. 7 prof. n. 98141 série 68
Assinatura Rosalia Cavalcante Ribeiro

01. Abr. 5230
N.º 1 842

Suzi MOREIRA

VISTO
Rio, 11 de dezembro de 1947

Paulo Pops de Gaurig
Comandante Chefe de S/D

A ficha da delegacia de costumes funcionou como uma maneira de identificar todos os trabalhadores do serviço de diversões noturnas da cidade. Isso incluía bailarinas clássicas, acrobatas, cantores de rádio, coristas, sambistas e pugilistas. Muito embora todos os artistas e todos aqueles que trabalhassem à noite fossem registrados na mesma delegacia, o documento produzido, bem como as informações registradas eram muito diferentes. A maioria dos trabalhadores compartilharam o mesmo tipo de ficha. Mas as bailarinas que não estivessem registradas em companhias de teatro (Foto 9 e 10) possuíam uma ficha diferenciada.⁹⁸

⁹⁸ VERAS, Flavia. Op. Cit. 2012, p. 85.

Figura 9: Ficha de Léa Aimbinder, 1943

17-11-43 DATA REG. DO ARTISTA Nº 1.504

AINBINDER LÉA NOME LÉA LAZARO PORTUGUEZ

FILHO DE LAZARO AINBINDER e de MARIA

AINBINDER BRASILEIRA D. FEDERAL NACIONALIDADE

19 anos 7 de Setembro de 1923 Solteira DATA DE NASCIMENTO EST. CIVIL ENDER

PRIMARIA INSTRUÇÃO RESIDÊNCIA FIXA

RUA PEDRO AMERICO Nº 30 RESIDÊNCIA ATUAL

CARACTERES CROMÁTICOS: MARCAS PARTICULARES:

OLHOS: ESCURO CABELO: Cast. RISO DIREITA:

FARRA: ESCURO RISO ESQUERDA:

BOCANAL: DENTES: Cast. CANTOA:

COCHA: ESTATURA: 1,56 OUREL:

CARTeira DE IDENTIDADE Nº

CARTeira PROFISSIONAL Nº 76.941

PASSAPORTE Nº

POLICIA EMISORA

Pol. 72 - Ministério do Trabalho

ESTABELECIMENTO

Léa Aimbinder

FAZ ESCRITOR




Figura 10: Verso da ficha de Léa Aimbinder

ESPECIALIZAÇÃO BAILARINA

GÊNERO ARTÍSTICO ATUAL GÊNERO ARTÍSTICO NO INÍCIO DA CARREIRA

CURSOS

EM INST. OFICIAL, COMPLETO: NOME DO INSTITUTO

EM INST. OFICIAL, INCOMPLETO: NOME DO INSTITUTO

DE PROFESSOR PARTICULAR NOME DO CURSO

SEM CURSO: Sim F. LAUREADO? VIVE EXCLUSIVAMENTE

DA PROFISSÃO? Sim QUANDO INICIOU A CARREIRA ARTÍSTICA? 1940 (DATA E LOCAL)

VISTO: / / 194 VISTO: / / 194 VISTO: / / 194 VISTO: / / 194

CONTRATOS CELEBRADOS

CONTRATANTE	Nº DO REGIS.	PREÇO INÍCIO	PREÇO TERMO	PROLONGAÇÃO	VALOR	ATENDIDO	LIBERATÓRIO	RESCISÃO
Est. São Cecília	3165	1440	31840		1200,00			
Conf. Rubina Pereira RPA	1081	30745	31843	1 ano	4/500,00			
					\$			
					\$			
					\$			
					\$			
					\$			
					\$			

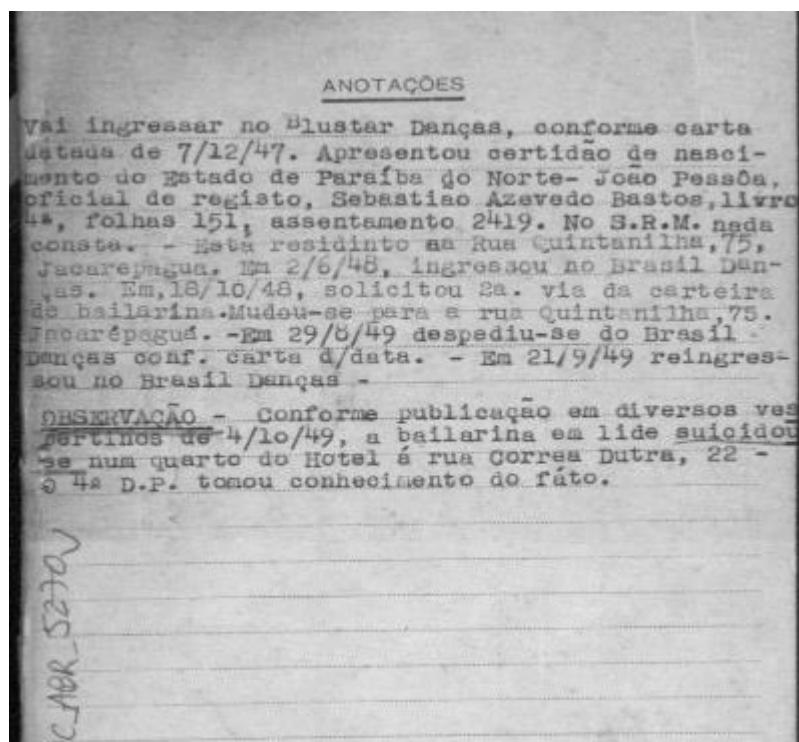
OK ABR 36v

Enquanto a ficha dos artistas – representadas pelas figuras 9 e 10 – eram similares a uma carteira de trabalho com informações pessoais como nome, nacionalidade, local de trabalho, sindicalização, cursos e remuneração, a ficha das bailarinas parecia muito mais uma ficha policial. A interrogação feita pelo delegado rendia uma longa descrição dos

anteriores das bailarinas na polícia e na Seção de Repressão ao Tráfico de Mulheres (S.R.M).

Vejam a seguir um exemplo de antecedentes expostos numa ficha de bailarina de *dancing*:

Figura 11: Verso da ficha de Rosalia Cavalcante Ribeiro



Além dos registros do S.R.M. informando as passagens das bailarinas pelo meretrício, a Delegacia de Polícia (D.P) registrava também as situações em que bailarinas iam à óbito. Rosália Cavalcante, uma mulher negra, conhecida como Suzi Morena, migrou da Paraíba para o Rio de Janeiro. Além de ter trabalhado como doméstica, trabalhou em *dancings* do Rio de Janeiro como bailarina. Aos 19 anos de idade se suicidou e além de ter a D.P registrando, também teve sua morte repercutindo na imprensa.

Figura 12: Reportagem sobre a morte da bailarina Rosália



No entanto, as notícias veiculadas nos principais jornais da cidade não informavam sobre sua atividade como bailarina. O jornal *A Noite* deu um bom espaço de suas páginas para a notícia que iniciava com um título grande: “Adorava a vida”, mas teria levado consigo o motivo da suicídio, já que nem mesmo o marido, Oswaldo Ribeiro, sabia explicar porque a jovem bailarina ingeriu altas doses de soporífero dentro de seu quarto, no Hotel Caxambu, no bairro do Flamengo:

Falando a reportagem de a noite, oswaldo ribeiro disse que desconhecia a razão do trágico gesto da esposa. Viviam felizes, sem aborrecimentos. Rosalia jamais falara em suicidio. Adorava a vida e nao era, em absoluto, enferma. Ao contrario: era forte, gosava de excelente saude. Dai a surpresa de todos.⁹⁹

A informação de que Rosalia era casada diverge tanto de sua ficha registrada pela Delgacia de Costumes, quanto de outros veículos de imprensa. O jornal *Correio da Manhã* e *O Jornal* não anunciaram a morte de Rosalia, mas a tentativa de suicídio e o socorro médico, mas ao contrário do *A Noite*, a identificaram enquanto uma jovem doméstica solteira moradora da Rua correa dutra.¹⁰⁰ É possível que a profissão de bailarina era algo escondido na vida de Rosália que preferia se apresentar enquanto empregada doméstica.

Não foi somente Rosalia que ceifou a própria vida. O sucídio entre as bailarinas

⁹⁹ *A Noite*, 4 de outubro de 1949, ed 13300, p. 2.

¹⁰⁰ *Correio da manhã*, ed 17347, p. 5; *O jornal*, 4 de outubro de 1949, ed 093030, p. 2.

não era um caso isolado. Encontramos outras duas mulheres trabalhadoras de dancings que morreram da mesma forma. Uma comerciária que migrou do Rio Grande do Sul para trabalhar como bailarina no Rio de Janeiro e aos 24 anos se matou.¹⁰¹ Também a bailarina Maria de Lourdes de 25 anos. Ela teve uma vida laboral conturbada, marcada por diversas suspensões por indisciplina expedida pelo delegado, e dificilmente ela conseguia se estabelecer num mesmo dancing por muito tempo. Entre 1946 e o ano de sua morte, em 1953, a bailarina foi suspensa em 5 ocasiões e em outras 2 foi desligada do estabelecimento por indisciplina.¹⁰²

A vida das bailarinas era marcada por conflitos e, embora, elas preferissem o trabalho nos dancings do que o trabalho como doméstica ou no comércio, porque eram muito exploradas em troca de um ordenado que não garantiu o sustento de suas famílias, as bailarinas enfrentavam questões em suas vidas e retomando o relato da bailarina Alma, “precisavam sorrir, mesmo estando profundamente tristes.”¹⁰³

Para fazer todos os registros, seja de morte ou ingresso no mercado do sexo, o Delegado precisava manter diálogo constante com os proprietários do estabelecimento e também com a S.R.M. para atualizar as fichas das bailarinas. Ao buscar passagens das bailarinas pelo meretrício, este registro laboral passava a estar na fronteira com registros criminais.

Para Flavia Veras, as bailarinas registradas nas fichas eram de mulheres “reconhecidas efetivamente como as prostitutas de em sua época”, porque não havia menção sobre a profissão atual, apenas sobre a profissão anterior.¹⁰⁴ A outra hipótese de Veras é que prostitutas não poderiam registrar sua real ocupação. Assim, as trabalhadoras sexuais teriam como estratégia dizer ao delegado que trabalhavam como artistas ou, mais especificamente, bailarinas ou dançarinas.¹⁰⁵ Nas próximas páginas, buscaremos revisitar estas hipóteses, acompanhando os momentos-chaves de atuação da polícia, junto de suas negociações com proprietários de estabelecimentos de *dancings* e cabarés.

A negociação entre a polícia e os empresários

¹⁰¹ Ficha de bailarina de Ilma Rodrigues. OCABR5317. Fundo delegacia de costumes e diversões. Arquivo Nacional.

¹⁰² Ficha de bailarina de Maria de Lourdes Pereira. OCABR5047. Fundo delegacia de costumes e diversões. Arquivo Nacional.

¹⁰³ A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ). Em, 29/03/1949. Ed. 01048.

¹⁰⁴ VERAS, Flavia Ribeiro. Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945). p. 85, 2012.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

O ano de 1939 é marcado pelo contexto de políticas de centralização administrativa do governo Vargas. As ações de propaganda do governo se materializaram na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um órgão subordinado ao poder executivo. Por meio de um decreto presidencial em dezembro de 1939, o DIP ficou responsável pela censura de setores como o rádio, o teatro, o cinema, o turismo e também a imprensa. A função da nova entidade era

coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa; fazer censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências; e dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo.¹⁰⁶

A organização e centralização de funções de controle e policiamento de órgãos das instâncias executivas se intensificam nessa conjuntura. Essas políticas se reforçam também para as bailarinas e os empresários, quando as ações da polícia se voltaram para uma empreitada contra os estabelecimentos de *dancings* e cabarés. Também o ano de 1939 foi um momento chave da intervenção policial nas relações laborais das bailarinas. Isso porque o 2º delegado auxiliar Dulcídio Gonçalves decidiu fechar sumariamente todas as “escolas de dança” como o argumento de que elas seriam “focos de desordens”, como denunciaram os jornais. Naquela ocasião, ele se reuniu com os proprietários de todos os “*dancings*” – como estavam sendo chamados na confusão que se fazia entre eles e as “escolas de dança” - da região e decidiu voltar atrás em sua decisão após negociações e mediante algumas condições. Assim, ficaram decididas algumas regras para que fosse permitida a reabertura imediata dos estabelecimentos.

A primeira condição organizava o horário de funcionamento. *Dancings* e escolas de dança deveriam abrir às 22 horas da noite e fechar às 2 horas da manhã, exceto aos sábados e vésperas de feriados, quando poderiam funcionar até às duas e meia da manhã. A segunda condição era que nenhum “*dancing*” poderia ter mais que 30 bailarinas trabalhando e todas deveriam ser, obrigatoriamente, maiores de idade. A terceira e última condição atribuía o controle das funcionárias ao delegado, porque se tornaria obrigatório a todos os proprietários que, a cada quinta-feira, comunicassem à 2ª delegacia auxiliar a relação de todas as bailarinas empregadas, com a especificação exata da idade e também

¹⁰⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 149.

do lugar residencial de cada uma delas.¹⁰⁷

Em dezembro de 1942, uma portaria foi publicada pelo chefe de polícia Alcides Gonçalves Etchegoyen estabelecendo horários a serem cumpridos pelos cabarés, *dancings* e bilhares. Com essa portaria ficava estabelecido o fechamento dos estabelecimentos de diversão noturna às 2 horas da madrugada nos dias úteis e à 1 hora aos domingos.¹⁰⁸ A portaria não alterou o ritmo de funcionamento dos *dancings*, que já encerravam suas atividades às 2 horas. No entanto, reduziu o funcionamento dos cabarés que antes funcionavam até as 3 horas. A nova medida do chefe de polícia causou grande descontentamento nos proprietários de cabarés que até outubro ainda possuíam autorização para funcionar, aos sábados, até às 4 horas. Um repórter do *Diário de Notícias* entrevistou um dos sócios do cabaré *Novo México* a respeito das consequências que a mudança nos horários impostas pelas autoridades de polícia trariam para o empreendimento.

O movimento nos cabarés, começa, em geral, depois de meia-noite. O que ganhávamos no comércio de bar, era de madrugada, até às três horas. Agora, fechando a casa às 2 horas ficaremos com pouco tempo para a venda de bebidas. Até outubro, aos sábados, pelo menos, tínhamos permissão para manter a casa aberta até quatro horas. Era ótimo, porque encontrávamos a oportunidade de recuperar o que havíamos perdido durante a semana. Aos sábados, a nossa renda aumentava. Depois, recebemos da 2ª delegacia auxiliar o aviso de que não era mais permitido o funcionamento dos cabarés depois de três horas, em hipótese alguma. Agora, a situação se agrava com o fechamento dos cabarés às 2 horas.¹⁰⁹

O sócio do *Novo México* compara a situação dos proprietários de casas noturnas do Rio com a dos proprietários de outras cidades da América Latina. Segundo ele, no Rio de Janeiro só havia sete cabarés – o Novo México, o Assírio, o Brasil, o Nanci, o Capitólio, o Tabaris e o Casa Nova. Segundo ele, isso seria muito pouco para uma cidade com grande densidade demográfica como o Rio de Janeiro, que naquele ano tinha 2 milhões de habitantes. Já em Buenos Aires e Montevideú, os cabarés possuíam, de acordo com ele, autorização para funcionar até às 4:30. Para o comerciante, as decisões do chefe de polícia representavam um colapso que deixaria a situação dos proprietários insustentável.

Para o proprietário, de nada adiantava abrir às 22 horas, pois ninguém aparecia nesse horário. O ideal para os donos de cabarés seria abrir à meia noite e fechar às 4 horas,

¹⁰⁷ Diário de Notícias, 04 de março de 1939, ed. 05016, p. 7.

¹⁰⁸ Diário de Notícias, 03 de dezembro de 1942, ed. 6169, p. 9.

¹⁰⁹ Diário de Notícias, 04 de dezembro de 1942, ed. 6170, p. 7.

já que, segundo ele, os frequentadores começavam a chegar entre 1 e 2 da madrugada. Mas com a decisão da 2ª delegacia, havia apenas duas saídas: o fechamento ou uma drástica redução de despesas e demissão dos funcionários:

Decididamente, teremos que acabar com as nossas casas ou, então, fazer grandes restrições em nossas despesas. Aqui, por exemplo, gastamos, em média, uma diária de mil cruzeiros. Ora, com suas horas de movimento, apenas, vai ser impossível cobrir as despesas. Resultado teremos que cortar o pessoal, diminuir o número de bailarinas, diminuir a orquestra, desempregar muita gente, enfim.¹¹⁰

Em setembro de 1943, uma nova portaria foi publicada pelo chefe de polícia com autorização para o funcionamento das casas de diversões públicas nos sábados e nas vésperas de feriados até às 4 horas da madrugada. Provavelmente a expressão do descontentamento e os apelos dos proprietários funcionaram.¹¹¹

As mudanças nas leis de regulação dos *dancings* e *cabarets* expressam o resultado de intensos debates entre proprietários, autoridades policiais, bailarinas e imprensa. O constante patrulhamento das autoridades policiais nos ambientes de trabalho vai ganhando contornos cada vez mais organizados. A presença policial dentro dos *dancings* ia muito além da função de repressão. De fato, a palavra “repressão” não dá conta do papel que a polícia ligada à delegacia de costumes ocupou em relação ao mercado de diversões. A polícia não apenas reprimiu, ela organizou esse mercado.¹¹²

As leis trabalhistas, formuladas e promulgadas ainda na Primeira República, não retiraram o trabalhador do controle policial. Este controle é que foi se transformando. De um papel repressor, a polícia passou a ser também organizadora dos locais de trabalho e de suas regras. Embora o Estado tenha se tornado um mediador importante das relações e conflitos de trabalho, a polícia desempenhou um papel fundamental na organização do trabalho de algumas categorias.¹¹³

Nesse sentido, percebemos o movimento de legitimidade construído pela Polícia de Costumes, ao longo dos anos 1920 e 1930, para que nos anos 1940 ela seja o agente

¹¹⁰ *Ibidem.*

¹¹¹ Diário de Notícias, 26 de setembro de 1943, ed. 06419, p. 9.

¹¹² Sobre a mobilização de autoridades policiais e políticas para organização e controle de atividades de lazer exercida por mulheres ver: Thaddeus Blanchette and Ana Paula Silva, “As American girls: migração, sexo e status imperial em 1918”, *Horizontes Antropológicos*, 15 (2009).

¹¹³ Ver: LEITE, Juçara Luzia. Manguê como República: um caso de polícia no Rio de Janeiro. In: MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCEG. Vol. 2 – nº 1jan/jun 2011. VERAS, Flavia Ribeiro. Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

institucional que vai intervir nas atividades ligadas às diversões e ao comércio sexual não somente com intuito de repressão, mas de organização do trabalho sexual para diferenciá-lo de outras profissões. Nos primeiros anos do século XX, as mulheres artistas estavam em posição muito nebulosa entre o lugar de artista e o lugar de prostituta. Nos anos 1940, a polícia se empenhou em fazer essa diferenciação e a ficha é resultado dessa tentativa de separação.

Em uma das regras estabelecidas nos *dancings*, eram proibidas as relações afetivas das dançarinas com seus clientes, como apresentado anteriormente. Por isso, apesar das acusações é necessário problematizá-las à luz do Código Penal vigente, pensando na possibilidade de contextos de relacionamentos consensuais que acabavam por ficar sobre vigilância moral das autoridades policiais e dos próprios proprietários dos estabelecimentos. Nesse sentido, buscamos entender de que maneira se produziu a categoria da bailarina de *dancing* a partir das fichas da delegacia de costumes e diversões do Rio de Janeiro. Em outras palavras, examinamos de que maneira definiu-se quem era ou não bailarina, dependendo de seus comportamentos sexuais dentro e fora dos estabelecimentos.

A ficha nos oferece uma gama de possibilidades desde reflexões mais gerais sobre a maneira como as atividades de trabalho e lazer foram patrulhadas e registradas num documento oficial pela Polícia de Costumes, até a possibilidade de um levantamento de quem foram as mulheres fichadas pela Delegacia de Costumes como meretrizes e que, por isso, tiveram suas carteiras cassadas.

A diferenciação entre as categorias dos serviços de diversões produzidas pela própria D.C.D a partir da documentação pode nos sugerir uma vigilância policial sobre as atividades de trabalho das bailarinas, buscando mantê-las afastadas de homens passíveis de ser enquadrados no delito de lenocínio e para que pudesse haver também uma distinção entre bailarina e prostituta. Ou seja, ambas atividades além de um trabalho, tornaram-se também uma forma de identificação policial que colocavam bailarinas e trabalhadoras sexuais na mira da polícia.¹¹⁴

A carteira cassada e o trabalho sexual

¹¹⁴ Ver mais em: LEITE, Juçara Luzia. Manguê como República: um caso de polícia no Rio de Janeiro. In: MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCEG. Vol. 2 – nº 1jan/jun 2011; SCHETTINI, Cristiana; Between Rio's Red-Light District and the League of Nations: Immigrants and Sex Work in 1920s Rio de Janeiro; Cambridge University Press; International Review Of Social History; 62; 12-2017; 105-132.

Entre várias informações pessoais e antecedentes, a ficha revela “flagrantes” de bailarinas se prostituindo enquanto exerciam a função de bailarinas. Esta simultaneidade de atividades era motivo para ter sua ficha cassada. Funcionava assim: um policial ficava responsável por fazer uma atualização do prontuário da bailarina. Cada nova informação era datada e inserida na ficha. Uma mudança de endereço, uma mudança de local de trabalho ou uma entrada de registro na Seção de Repressão ao Tráfico de Mulheres, Tóxicos e Entorpecentes (S.R.M).

Nesses registros na S.R.M há vários “flagrantes”, mas há também registro em que parece haver uma comunicação das próprias bailarinas ao S.R.M. Assim que o S.R.M toma ciência do ingresso das bailarinas no meretrício, a seção comunica ao Delegado de Costumes que suspende a carteira de bailarina. Ao mesmo tempo, as mulheres conseguem o registro legal e o local autorizado para exercer o trabalho sexual, o que contradiz a hipótese de Veras de que elas não poderiam assumir para a polícia o trabalho como prostitutas. O que se evidencia é que não só poderiam como deveriam comunicar a polícia para que realizassem essa atividade em locais pré-estabelecidos. O que não podiam, portanto, era exercer atividades de bailarina de *dancing* e exercer a prostituição. Era preciso abandonar o *dancing* e ir para as casas de tolerância ou vice versa. Em outras palavras, não era proibido ser prostituta, mas era preciso seguir as determinações organizadas pela polícia de costumes, que buscavam delimitar esses espaços morais a partir das atividades de trabalho dessas mulheres: assim que era comunicado o ingresso no meretrício, a carteira de bailarina era imediatamente suspensa e todo o processo registrado por escrito pelo delegado.

De fato, várias fichas sugerem que as bailarinas comunicavam às autoridades responsáveis que estavam deixando o *dancing* para serem prostitutas. Por outro lado, algumas fichas informam sobre flagrantes, porque contam histórias de bailarinas detidas. A ficha da bailarina Noemia, por exemplo, traz a informação de que a S.R.M. teria apreendido a carteira da bailarina quando a mesma foi detida fazendo “trottoir” na rua do Rezende.¹¹⁵

Por outro lado, alguns desses “flagrantes” que resultaram na detenção de diversas mulheres revelam alguns conflitos acerca dos limites do que era tolerado pela polícia. A ficha de Suzana Rodrigues conta que em seu fichário da S.R.M foi registrada uma prisão

¹¹⁵ Ficha de bailarina de SILVA, Noemia. Código de referência 5790. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões. Arquivo Nacional.

quando, por volta das vinte horas, ela estaria se prostituindo pela rua dos Inválidos, “promovendo escândalo na Vila Ruy Barbosa”, onde frequentaria quartos de rapazes solteiros.¹¹⁶

É interessante perceber a narrativa conflitante. Se por um lado a polícia deteve mulheres sob alegação de prostituição, por outro lado algumas fichas deixavam escapar alguns detalhes dos olhares morais dos agentes policiais sobre as trabalhadoras. Se não era crime o trabalho sexual, tampouco “frequentar quartos de rapazes solteiros”, prendia-se pela perturbação a ordem. Assim, evidencia-se a patrulha constante da polícia não apenas dentro dos *dancings*, mas nos locais de moradia das bailarinas e em seus passos pela cidade. O poder repressor da polícia se estendia, inclusive, às formas de relações sexuais entre homens e mulheres.

Segundo registro na ficha de Hilda Antonia da Silva, no dia 13 de junho de 1947, a bailarina foi suspensa pelo Delegado por 5 dias por conta de um acontecimento que teria ganhado páginas do jornal *A Noite*. Diz a reportagem que um Detetive teria encontrado Hilda nua dentro de um automóvel, junto do estudante Isaac Carlos, às 3 e 40 da madrugada no Alto da Boa Vista. E o policial

notou que ambos palestravam, num tom amoroso. Aproximou-se e deu voz de prisão. Os jovens não reagiram. Alegaram apenas que estavam com muito calor, etc. Mas, como o detetive tremia de frio sob pulôver, cachecol e sobretudo, não vacilou em lhes dar voz de prisão.

Já vestidos, foram autuados no 17º distrito policial, o jovem prestou fiança e ambos se retiraram.

Tratava-se de Isaac Carlos Nigri, estudante, e Hilda Antonio da Silva, bailarina, 23 anos, solteira, que, ao acreditar-se em suas afirmações, estavam tentando tao somente um ensaio de nudismo...¹¹⁷

No ano seguinte, a ficha de Hilda registra a cassação de sua carteira em 30 de janeiro de 1948, por ela ter ido “exercer o meretrício em casa tolerada” na rua Conde Lage.¹¹⁸ A história de Hilda traz evidências que confirmam nossa hipótese de que, em verdade, o comportamento sexual e os passos de diferentes mulheres da classe trabalhadora em lugares (Mangue e Lapa) e horários específicos (Noite) ficava num terreno cinzento, cuja distinção ficava sob o jugo da discricionariedade policial. Se por um lado, de fato, diversas mulheres ingressavam no meretrício e viviam sob o controle e organização da polícia; outras trabalhadoras não escaparam dos olhares vigilantes das

¹¹⁶ Ficha de bailarina de RODRIGUES, Suzana. Código de referência 5335. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, Arquivo Nacional.

¹¹⁷ *A Noite*. 9 de junho de 1947, Ed 12586, p. 18.

¹¹⁸ Ficha de bailarina de SILVA, Hilda Antonio. Código de referência 5914. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões. Arquivo Nacional.

autoridades policiais que atuavam, inclusive, criminalizando as formas de se relacionar que não condiziam com uma noção de ordem social.

Algumas questões sobressaem. Primeiro porque esses flagrantes são produzidos e registrados pela própria polícia, o que torna preponderante a decisão da polícia de classificar uma mulher de uma forma ou de outra. Ou seja, como prostituta ou como bailarina. O fato de a polícia ser presença constante no ambiente de trabalho das bailarinas poderia facilmente gerar conflitos entre policiais e trabalhadoras, e assim o registro do que se considerava mau comportamento ou prostituição poderia ser algo forjado nessa relação conflituosa.¹¹⁹

A outra questão é que realmente existiram aquelas que também eram trabalhadoras do sexo. Por quais razões elas comunicavam à polícia suas atividades? A prostituição no Rio de Janeiro foi marcada por uma política abolicionista, cuja prática estava marcada pela constante vigilância policial nas “casas suspeitas” durante os anos 1920. Assim, a polícia passou a organizar o comércio do sexo definindo como e onde a prostituição poderia ocorrer. Tudo isso levou à expulsão de prostitutas e proxenetas do centro da cidade, levando trabalhadoras sexuais a se deslocarem para áreas bem específicas, como a Lapa e o Mangue. Este último marcado pela prática da prostituição barata.¹²⁰

A ações de vigilância, controle e fiscalização do trabalho sexual nos primeiros anos republicanos por parte da polícia, marcou uma mudança da localização do comércio sexual. Esse movimento levou a uma grande concentração espacial de casas de prostituição na zona do Mangue.¹²¹ A prática de vigilância policial constante nessas áreas teve consequências decisivas na vida daqueles que estavam envolvidos no comércio sexual, já que a prática de perseguição da polícia à proxenetas colocou mulheres que trabalhavam no comércio – e também seus parceiros amorosos - no alvo da polícia, submetidas à diversos constrangimentos e violências policiais.¹²²

Os anos que se seguiram após o fim da Primeira República não foram muito diferentes no que diz respeito à estratégia legal da polícia. Os anos 30 e 40 também são

¹¹⁹ Ver Homens de farda e a autoridade negociada de SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

¹²⁰ Schettini Pereira, Cristiana; *Between Rio's Red-Light District and the League of Nations: Immigrants and Sex Work in 1920s Rio de Janeiro*; Cambridge University Press; *International Review Of Social History*; 62; 12-2017; 108.

¹²¹ *Ibidem*, p. 106.

¹²² *Ibidem*, p. 106, 131-132.

marcados por fervorosas campanhas moralizantes contra os proxenetas na cidade. Em 1937 com Anésio Frota Aguiar e em 1942, com o Chefe de Polícia da cidade Alcides Gonçalves Etchegoyen. Em 1937, sob comando do delegado Anésio Frota Aguiar, a polícia promoveu uma fervorosa campanha contra cáftens com uma

nova campanha de moralização que tinha o objetivo de, simultaneamente, livrar as prostitutas dos cáftens estrangeiros, da prisão e detenção de prostitutas, da fiscalização de casas de prostituição, do registro obrigatório e da restrição do comércio sexual e zonas determinadas, mais notoriamente no Manguê.¹²³

O fato de as bailarinas comunicarem à polícia que iriam para zonas de tolerância não é mero acaso. Mas faz parte de toda ação de intervenção no manguê, cuja polícia local já vinha sendo uma organizadora da prostituição na região. Os anos seguintes à essas campanhas passam por mudanças na vigilância policial, quando a identificação de meretrizes passa a ser uma atribuição da polícia de costumes, enquanto nos anos anteriores a vigilância estava nas mãos da polícia local.

Olhar para ação da polícia nos revela os significados das estratégias legais de vigilância moral e lança luz às consequências nas relações de trabalho daqueles que trabalharam tanto no mercado de entretenimento quanto no mercado do sexo. Embora a polícia tenha se esforçado para diferenciar as duas coisas, as práticas repressivas tinham suas semelhanças, embora no primeiro caso vigilância estivesse nas mãos de uma delegacia de costumes e no segundo, a vigilância foi empreendida por uma polícia local.

Na historiografia, a intervenção da polícia na prostituição não é uma novidade surpreendente. Desde a Primeira República diversos estereótipos e mecanismos (de racialização, por exemplo) são mobilizados para tornar suspeitos mulheres e homens como prostitutas e cáftens. As campanhas de repressão à prostituição são mobilizadas pela imprensa a fim de pressionar o poder público a remover as prostitutas das áreas centrais da cidade para que o projeto de modernização pudesse fazer do Rio de Janeiro uma cidade “civilizada”.¹²⁴

Cristiana Schettini demonstrou como o advogado Evaristo de Moraes através do recurso do Habeas Corpus em favor de prostitutas questionou a prerrogativa policial de

¹²³ Caulfield, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, núm. 9, julho, 2000, p. 59.

¹²⁴ LEITE, Juçara Luzia. Manguê como República: um caso de polícia no Rio de Janeiro. In: MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCEG. Vol. 2 – nº 1jan/jun 2011. SILVA, Claudielle Pavão da. “Flores horizontais”: sociabilidade, prostituição e travestilidade na zona do manguê (1960-1970). 2016. [123 f.]. Dissertação(PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica-RJ].

expulsar as prostitutas de suas casas em certas ruas muito transitadas . Desde a Primeira República a intervenção policial no comércio sexual vai se transformando diante das relações sociais e das negociações entre o poder público, juristas, imprensa e as próprias prostitutas.¹²⁵

No código penal de 1940 a tipificação criminal de quem lucrasse com a prostituição alheia continuou sendo o lenocínio, tal como no código de 1890. A diferença substancial entre um código penal e outro no que tange o lenocínio é a criação de dois artigos. Um que criminaliza manter casas de prostituição, com intuito ou não de lucro. E outro que criminaliza a prática de rufianismo (ou cafetinagem), que consistiria em participar diretamente no lucro da prostituição de alguém ou mesmo se sustentar pelo lucro de quem a exerça.

Embora a prostituição em si não fosse crime, mas sim, o ato de explorar *outrem*, criminalmente tipificado como “lenocínio”; a ausência de regulação do Estado sobre o trabalho sexual criminalizou os locais onde a atividade acontecia. Segundo Schettini, a circulação de histórias sobre mulheres europeias enganadas e vitimizadas por homens com promessas de casamento contribuiu para a aprovação de dois artigos sobre lenocínio no Código Penal de 1890.¹²⁶ Os artigos 277 e 278.

CAPITULO III DO LENOCINIO

Art. 277. Excitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem.

(...)

Art. 278. Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação.¹²⁷

No código penal de 1940, o lenocínio consta do art. 227 até o 230 no capítulo V. Neste código, pretende-se também criminalizar possíveis casas de prostituição:

Mediação para servir a lascívia de outrem

Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: **Favorecimento da prostituição**

Art. 228 - Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone.

¹²⁵ SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

¹²⁶ SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p.105-106.

¹²⁷ Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Ver em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm

Casa de prostituição

Art. 229 - Manter, por conta própria ou de terceiros, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

Rufianismo

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.¹²⁸

As transformações do crime de exploração da prostituição no código penal foram discutidas pela historiografia. Nestas discussões a polícia aparece sobretudo em funções de controle e repressão das atividades de trabalho e de lazer dos trabalhadores.¹²⁹ Diferente da abordagem da prostituta vítima dos caftens estrangeiros, Cristiana Schettini demonstra aspectos da história da reorganização das relações de trabalho no Rio de Janeiro, construindo uma análise em torno da hipótese de que a prostituição na virada do século XIX deve ser compreendida como parte da história social da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, e não como um “submundo imoral e desviante”.

Neste processo, os agentes policiais estabeleceram relações complexas com as prostitutas do centro da cidade que não podem ser restringidas a uma lógica repressiva homogênea.¹³⁰ Esta perspectiva pode se estender também para meados do século XX. Ao examinar as fichas de artistas da Delegacia de Costumes, encontramos diversas mulheres ingressando no trabalho de bailarina, dançarina ou mesmo prostituta (quando mais para o final da década de 40), em um indício da intervenção ativa das instituições policiais como organizadora de mercados de trabalho para as mulheres na vida noturna do Rio.

Gláucia Fraccaro demonstrou em sua tese de doutorado que o Decreto do Trabalho das Mulheres deveria ter uma dimensão moral, segundo o próprio estudo técnico do Ministério do Trabalho. Às mulheres foi atribuída a função de “garantir o próprio respeito a partir de padrões de comportamentos e sobre as leis a serem produzidas”.¹³¹ Segundo Clodoveu Doliveira, encarregado dos estudos das condições de trabalho, a pedido do Ministério do Trabalho:

Essa regulamentação deverá limitar o tempo de serviço e entre seis e sete horas de trabalho efetivo e assegurar no mínimo hora e meia para as refeições, salvo quando fornecidas dentro do estabelecimento, assim, como assegurar folgas

¹²⁸ Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. Consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm.

¹²⁹ Ver: MENEZES, Lená Medeiros de. Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. MENEZES, Lená Medeiros de. Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime expulsão na capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

¹³⁰ SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

¹³¹ FRACCARO, Gláucia. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016, p. 158.

mensais, independentemente do descanso semanal e suprimir as restrições ao casamento, ainda em uso em inúmeros estabelecimentos, que somente admitem moças solteiras, o que é um preconceito absurdo. Desde que a empregada continue assídua e desempenhe bem seus deveres o patrão não tem direito de intervir em sua vida civil, sendo esta regular e não escandalosa.¹³²

Fraccaro concluiu que os salários mais baixos, as longas jornadas de trabalho, a perda de direitos e até mesmo as demissões poderiam estar atreladas à moral. Ao patrão não cabia se intrometer na vida privada da empregada desde que ela se comportasse. No caso das bailarinas, a ausência de bom comportamento implicava na suspensão imediata no trabalho. Foi o que vivenciou Maria de Lourdes. Mineira, solteira e filha de Raimundo e Grazilda, a bailarina tem em sua ficha diversas suspensões.

Iniciou como bailarina há três dias no DANCING BELAS ARTES, onde permanece. Em 5-6-46. Apresentou certidão de idade da 1ª Circunscrição sob nº 33 375. Deixou de trabalhar no Belas Artes em 30/8/46, transferindo-se para o Dancing Avenida. Mudou-se para a rua Frei Caneca 1 – (21/11/6). Foi suspensa por 5 dias a partir de 20/11/946, por ordem do Dr. Delegado, conforme despacho nesta mesma data. Em comunicação de 21/11/946, a gerencia do mesmo Dancing tomou ciência. Vai para o Brasil Danças, conforme data de 21/7/47. Apreço, voltou a trabalhar a partir de 23 de novembro do corrente ano, tendo sido revelada a sua suspensão. Desligou-se do Dancing Avenida por insubordinação, conforme carta datada de 16/7/47. Foi suspensa por 5 dias. Vai ingressar no Brasil Danças, conforme carta datada de 21/7/47. Em 7/6/48, ingressou no Avenida. Mudou-se para a rua Candido Mendes, Hotel Monte Castelo. Em 26/10/48, foi suspensa por 3 dias, em virtude de ter brigado com uma colega no salão de danças, conforme comunicação do Avenida. – Em 28/1/49 transferiu-se para o Astral Danças. – está residindo a Rua Marques de Olinda 90, aptº 41. – Em 21/6/49 solicitou 2ª via de carteira. Reside a Praça General Aguirre Serda, 16 aptº 201. – Em 23/6/49 retirou-se do Astral Danças. Em 24/6/49 ingressou no Dancing Avenida. Em 19/8/50 – **Conforme comunicação da gerencia do Dancing Avenida a bailarina em lide foi desligada daquela casa de diversões por motivo de indisciplina. (grifo meu)** – Está residindo a R. Marques de Olinda 90 aptº 41. Em 20/8/50 ingressou no Samba Danças – reside a R. Mario Portela, 53 aptº 202. Em 18/10/50 desligada do Samba Danças. Em 26/10/50 ingressou no Brasil Danças – reside a Rua Mem de Sá, 72 aptº 602. Em 7-11-51 desligada do Brasil Danças Ltda. Em 7-11-51 regressou no Dancing Avenida. Res. Rua Sen. Vergueiro 232 Apt. 901. (...) Em, 1/3/52, foi desligada. Em 3/5/52 reingressou no Dancing Avenida e disse residir a rua Senador Dantas, 31. **Em 12/9/52, foi suspensa por 3 dias pela Gerencia do Dancing Avenida, por motivo disciplinar. Em, 1/11/52 foi suspensa por 5 dias, pela Gerencia do Dancing Avenida, por motivo disciplinar. (grifo meu)** Em 2/1/53, transferiu-se para o Brasil Danças Ltda.

Em 3/2/1953: Nessa data ingressou no DANCING AVENIDA. Declarou residir a rua Siqueira Campos nº 243 Apt. 301. Segundo Jornais da última semana, a bailarina em lide suicidou-se. Rio, 8/2/53.¹³³

A ficha de Maria de Lourdes é mais extensa que as de outras bailarinas. Através

¹³² Clodoveu Doliveira. “O Trabalhador Brasileiro”, p. 140. Apud. FRACCCARO, Glaucia. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016.

¹³³ Informações colhidas na Ficha de registro de bailarina de PEREIRA, Maria de Lourdes. Fundo: Delegacia de Costumes e Diversões. Código: BR AN, OC ABR 5047 - Arquivo Nacional.

do documento produzido pela Delegacia de Costumes e Diversões podemos acompanhar seu percurso circular entre os *dancings* e seus locais de moradia. Maria morou em diversos bairros entre o centro da cidade e a Zona Sul, entre eles no bairro da Glória, Laranjeiras, Botafogo e Copacabana. A bailarina “insubordinada” vivia sendo suspensa por seus patrões pelo seu comportamento (brigas, indisciplina) e sua ficha traz detalhadamente todos os seus locais de moradia, o que sugere que a polícia identificava os locais onde viviam as trabalhadoras quando não estavam em seus locais de trabalho. A morte por suicídio que a própria ficha indica foi uma história contada pelos jornais da época. O *Última Hora* publicou:

“Maria de Lourdes Pereira, bailarina do “Dancing Avenida”, de 25 anos, solteira, residente na Rua Siqueira Campos, 243, apto. 301, mais conhecida por “Lourdinha Saco de Pancada”, há muito tempo que vem planejando suicidar-se. No mês passado tentou atirar-se da janela de seu apartamento, no que foi impedida por sua companheira e senhoria, a bailarina Mercedes. Ontem, cerca das 23 horas, Mercedes encontrou “Lourdinha Saco de Pancada” conversando ou melhor, discutindo com seu amante José de tal, oficial da Marinha. Logo depois, Mercedes veio a saber que a companheira tentara atirar-se sob as rodas de um carro que passava em grande velocidade, sendo agarrada a tempo pelo amante. Não satisfeita, na madrugada de hoje, ingeriu forte dose de analgésico com o fim de por termo à vida. Levada pra o Hospital Miguel Couto, Maria de Lourdes Pereira se encontra em estado gravíssimo.”

“Segundo apurou a nossa reportagem, Maria de Lourdes tem toda a assistência do amante que não lhe deixa faltar nada. Ocorre que ela se encontra grávida, circunstância essa que muito a preocupa e teria sido naturalmente o motivo que a levou a tentar o suicídio tantas vezes seguidas”¹³⁴

A história triste da bailarina, apelidada de “saco de pancadas”, como alguém que muito “apanha”, talvez da vida, é bastante significativa em relação ao peso que recaía sobre as mulheres que precisavam cuidar de si e da família. Uma gravidez poderia ser muito angustiante, como conciliar os cuidados maternos com o trabalho noturno em um dancing? A vida das bailarinas era marcada por adversidades, inclusive financeiras, e com isso experimentaram conflitos na vida pessoal. Dois dias depois do *Última Hora* publicar sobre a tentativa de suicídio de Maria de Lourdes, o jornal volta a trazer a bailarina às suas páginas. Dessa vez, para anunciar o fatídico suicídio. Depois de receber alta hospitalar,

(...) Inimiga de viver, enquanto era leva pelas amigas, Lourdinha nada dizia. As companheiras procuravam animá-la, dizendo que enfim ela estava salva... Quando chegaram ao apartamento 301, Maria entrou pela porta e, como um raio, pulou pela janela. Sim. Sem que ninguém pudesse obstar seus passos, ela se projetou como um foguete. Seu corpo foi se estatelar na calçada. Quando a ambulância do H.M.C chegou, ela já era cadáver. Foi o fim.¹³⁵

¹³⁴ *Última Hora*, em 05/02/1953, Ed. 00508, p. 1.

¹³⁵ *Ibidem*, Ed. 00510, p. 5

Embora a ficha da D.C.D de Lourdes descreva uma bailarina com diversas suspensões por indisciplina, mas a notícia de sua morte sugere um outro perfil.

Na penumbra do salão sempre animado, embalada pelo ritmo da orquestra, Maria de Lourdes Pereira era, entre tantas bailarinas que trabalhavam no “Dancing Avenida” uma das que irradiava simpatia, graça, elegância e harmonia na arte de dançar. Dai ser uma das mais admiradas e disputadas pelos frequentadores da casa. Ao (...) olhar para aquela jovem alegre e divertida a bailar, sacudindo-se toda para felicidade do “par”, longe estava de imaginar que naquela cabeça uma ideia trágica de há muito vinha corroendo a alegria de viver. A ninguém era dado supor que a bailarina desejava morrer custasse o que custasse.¹³⁶

A partir da documentação da ficha da delegacia de costumes e também dos jornais, percebemos de que maneira a permissão do trabalho noturno das mulheres e o uso do aparato legal para organizar suas atividades levou, na prática, o trabalho das mulheres do mercado de diversões para o jugo do controle policial. Porque, como afirma Fraccaro, “a moral, da qual não está livre o mundo do trabalho, aparece, portanto, nessa lógica da regulamentação, como uma moeda de troca. Ou até mesmo, na forma de ameaça.”¹³⁷ O caso das bailarinas expõe que por um lado o controle da moral opunha funcionários públicos, jornalistas e patrões. Por outro, as experiências cotidianas das bailarinas mostram um repertório de possibilidades de ação das trabalhadoras nesse cenário. No próximo capítulo vamos investigar a experiência das bailarinas nos locais de trabalho e de moradia, junto de sua dimensão moralizante.

CAPÍTULO 3. “UM NOME DE ‘MOÇA DIREITA’ [...] NÃO RESOLVE AS NECESSIDADES DE NINGUÉM”

A frase que dá o título deste capítulo foi dita por uma bailarina para uma reportagem na *Revista da Semana (RJ)* no ano de 1947, um ano depois da criação do sindicato das bailarinas. Walda foi apresentada como “uma “lourinha de 18 anos”, que já havia trabalhado como empregada doméstica, pelo menos de acordo com sua ficha na Delegacia de Costumes, e também como balconista. Morou no subúrbio do Rio de Janeiro até se mudar para a Rua Buarque de Macedo, no elegante bairro da Glória. A residência em bairro próximo ao centro da cidade estava no meio do burburinho da vida noturna carioca.

¹³⁶ *Ibidem.*

¹³⁷ FRACCCARO, Glauca. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016, p. 159.

Em sua entrevista, conta que estava muito cansada das oito horas que passava diariamente num balcão vendendo luvas e meias. Ela diz que o trabalho como balconista era “muito duro” e que pouco dinheiro e tempo para outras coisas além do trabalho lhe sobrava. A única coisa que Walda ganhava no comércio era o “nome de moça direita”.¹³⁸

- Trabalhar no comércio é muito duro – diz-nos Walda. – Nunca se tem dinheiro. Nunca se tem tempo para coisa alguma. E que que se ganha com isso? Um nome de moça direita”, coisa que não resolve as necessidades de ninguém. (...)
- Não sei em que gastar o ordenado de agora – diz-nos ela.
- Você parece muito satisfeita...
- Não quero outra vida. Acho que serei bailarina durante o resto da existência. Meus irmãos e meus parentes não querem me ver nem pintada, depois que abandonei minha casa. Mas o que me interessa agora é que eu tenho uma vida de princesa.¹³⁹

No seu emprego, numa loja de luvas e meias chamada Cavenelas, Walda conseguia um ordenado em média de 400 cruzeiros. A média de salário de uma bailarina era de 3500 cruzeiros. Algumas podiam conseguir até 7000 cruzeiros no mês. As que ganhavam menos, como Walda, conseguiam um valor mensal de 3000 cruzeiros. O emprego de bailarina lhe rendia, segundo ela mesma, “uma fortuna” em comparação ao trabalho de balconista. Por diversos fatores econômicos, mas também por outras questões, como a própria decisão de ser bailarina, diversas mulheres muito jovens ingressaram nos principais *dancings* da cidade, deixando para trás as ocupações no comércio, no serviço doméstico, na indústria ou nos escritórios.

Ao passar a trabalhar em um *dancing*, Walda e outras mulheres se submetiam às regras estabelecidas pelos proprietários. O depoimento de Walda expõe a dimensão moral que perpassava o trabalho nos *dancings* a meados da década de 1940: como não era permitido às bailarinas manter relações afetivas com seus parceiros de dança, quando elas eram flagradas em alguma atividade ou relação associada pelos policiais da delegacia de costumes, à prática da prostituição, as mulheres tinham suas carteiras cassadas.

Como vimos no capítulo anterior, a tentativa de separação entre bailarinas e prostitutas se deu a partir da relação entre polícia e trabalhadoras do mercado de diversões desde 1943, quando a Delegacia de Costumes passou a fazer o registro das bailarinas. As bailarinas tinham o trabalho estigmatizado socialmente, mas a polícia atuava tentando impedir que as coisas se misturassem. Por isso, durante os anos em que os *dancing* se

¹³⁸ Revista da Semana (RJ), em 10/05/1947. Ed. 00019.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 11.

consolidaram/se generalizaram/na vida noturna carioca, a intervenção policial no trabalho das bailarinas cumpriu um papel fundamental na dinâmica cotidiana daquelas relações.

As mulheres trabalhadoras do mercado de diversões exerceram múltiplas ocupações: trabalharam como dançarinas em “*dancings*”, boates ou cabarés; algumas tiveram passagem “pelos grupos de bailados das peças de variedades dos teatros”, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Buenos Aires.¹⁴⁰ Além disso, a grande maioria delas foi empregada doméstica, o que é verificável nas fichas da Delegacia de Costumes e Diversões, e outras também tiveram sua passagem pelo comércio, como é o caso da própria Walda.

Ao total, foram analisadas 1039 fichas produzidas entre 1943 e 1959, que estão catalogadas num banco de dados segundo critérios de cor, estado civil, nacionalidade, naturalidade, bairro de moradia, profissão anterior, data da ficha, e passagem pelo S.RM.¹⁴¹ As múltiplas profissões encontradas nas fichas, como empregada doméstica, artista, comerciante, costureira, operária, enfermeira, servente, telefonista, datilógrafa, auxiliar de escritório, estudante, bancária, camareira, copeira, corretora, cozinheira, garçoneiro, lapidária, escriturária, modista, polidora, professora e tipógrafa são reveladoras de sua mutável inserção na classe trabalhadora carioca. Ser bailarina de *dancing*, entre muitas coisas, garantiu a possibilidade de um ordenado mensal capaz de sustentar uma família. Para sustentar suas famílias e serem arrimo familiar, foi preciso enfrentar o julgamento moral que atravessava a profissão de bailarina. O objetivo deste capítulo é dimensionar a experiência laboral das próprias bailarinas dentro dos negócios de diversões. As próximas páginas levantam questões sobre como a moralidade atravessou as discussões das condições de trabalho das bailarinas durante o período e como a prostituição foi um pano de fundo importante nessas disputas. Acompanhamos os primeiros anos de vigência da CLT e o impacto da incorporação da profissão de bailarina na legislação trabalhista, que transformou a percepção da moralidade das mulheres e visibilizou suas condições de trabalho.

¹⁴⁰ VERAS, Flavia Ribeiro. “Fábrica da alegria”: o mercado de diversões e a organização do trabalho artístico no Rio de Janeiro e Buenos Aires. (1918-1934), p. 209.

¹⁴¹ As fichas pertencem ao fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, estando localizadas digitalmente no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN).

Figura 13: Foto de Walda na Revista da Semana (1947)



O olhar da imprensa

A imprensa também desempenhou seu papel ao estabelecer debates públicos em suas páginas sobre quais formas de exploração seriam praticadas no interior dos *dancings*. Em uma contribuição especial para o jornal *Gazeta de Notícias*, Moacy de Mesquita escreveu uma coluna com sua opinião sobre os *dancings* cariocas. Mesquita afirma que a população carioca acompanhava com simpatia a campanha moralizadora da polícia contra o que ele chama de “antro de perdição”. Para ele, a Capital Federal, para ser uma cidade civilizada e de espírito cristão, dependia da ação do Chefe de Polícia Alcides Etchegoyen:

A população carioca, desde há muito acompanha com grande simpatia a campanha moralizadora da Polícia, que vem fazendo forte repressão aos antros de perdição.

Era sobejamente conhecida a situação das meretrizes que aos milhares, se estabeleciam na zona do Mangue, numa verdadeira e ignóbil venda de carne. Ali, nenhum resquício de moral se vislumbrava. E, quando porventura eles existissem, os conhecidos exploradores daquelas infelizes se incumbiam de extingui-los de todo. Para uma cidade civilizada, em que o espírito cristão sempre esteve acima das podridões do mundo, chegava a ser um achincalhe aquela situação, em tão boa hora extirpada pelo incorrupto coronel Alcides Etchegoyen, no cargo de Chefe de Polícia.

Por sua vez, o coronel Nelson de Mello, homem de princípios rígidos, de moral elevada, continua a manter uma linha de conduta irrepreensível, não esmorecendo na salutar campanha moralizadora. Sabemos mesmo que a 2ª. delegacia auxiliar tomou, por ordem suas medidas preventivas contra as bailarinas de ‘dancings’, que tem sido, ultimamente, os propiciadores de novas infelizes. Surgiu, entretanto, um mau gênero desse comercio ilícito.¹⁴²

Moacy de Mesquita era funcionário do Ministério do Trabalho e redator-chefe da agência “asapress”, uma agência de reportagem que recolhia informações e contribuía em

¹⁴² *Gazeta de Notícias*, em 29/12/1943, Ed. 00305, p. 2.

diversos jornais. Ele também foi um colunista da *Gazeta* com artigos especiais sobre assuntos trabalhistas por um breve tempo. Entre os nove artigos assinados por ele que foram identificados, havia opiniões sobre a moralização das ruas feita pela 2ª auxiliar e pelo chefe de polícia Alcides Etchegoyen.

A mesma coluna de Moacy que denunciava a imoralidade dos *dancings*, publicada no dia 29 de dezembro de 1943, comemorava a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, que restringiu o trabalho de menores até 22 horas. Ao mesmo tempo denunciava o afã de lucro dos proprietários, que demandavam uma diminuição da maioria de 21 para 18 anos:

Com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em tão oportuna ocasião baixada pelo Governo da União, o trabalho de menores ficou restringido até as 22 horas.

Servindo a outros fins, essa lei foi também um grande passo no sentido do refreamento da perdição. Mas os proprietários de “dancings”, no afã incontinente do lucro fácil, já pensam, entretanto, em conseguir que a maioria da menor se verifique ao completar dezoito anos.

Trata-se do seguinte. Não tendo ainda sido assinada nenhuma lei sobre a mudança da maioria para os dezoito anos – e confiamos em que tal lei não será assinada – estão os proprietários dos “dancings” burlando as disposições legais da seguinte maneira as menores de 21 anos, após às 22 horas, não podem trabalhar. Pois bem, resolveram eles determinar que essas menores compareçam depois dessa hora, não para trabalhar propriamente, mas para, com certas maneiras peculiares ao meio, cativarem frequentadores, sentando-se às mesas, onde passam a beber até alta madrugada.¹⁴³

A recém aprovada CLT permitia o trabalho noturno para mulheres de determinadas profissões. E mesmo entre as permissões, havia uma diferenciação da idade permitida ao trabalho noturno entre mulheres de outros setores com mulheres artistas, o que pode indicar uma certa preocupação moral com o local, visto que permitiam o trabalho noturno às enfermeiras, telefonistas, trabalhadoras de rádio telefonia e radiotelegrafia. Segundo o Art. 379:

Art. 379. É vetado à mulher o trabalho noturno, considerado este o que for executado entre as vinte e duas (22) e as cinco (5) horas do dia seguinte.

Parágrafo único. Estão excluídas da proibição deste artigo, além das que trabalham nas atividades enumeradas no parágrafo único do artigo 372:

- a) As mulheres maiores de dezoito (18) anos, empregadas em empresas de telefonia, rádio telefonia ou radiotelegrafia.
- b) Mulheres maiores de dezoito (18) anos, empregadas em serviços de enfermagem;
- c) Mulheres maiores de vinte e um (21) anos, empregadas em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres;
- d) As mulheres que, não participando de trabalho contínuo, ocupem postos de direção.¹⁴⁴

¹⁴³ *Gazeta de Notícias*, em 29/12/1943, Ed. 00305, p. 2.

¹⁴⁴ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30/01/2021.

A coluna elogiava as campanhas moralizadoras que ocorriam na cidade. Primeiro, relembra a campanha contra o lenocínio promovida um ano antes pelo Chefe de Polícia Alcides Etchegoyen. No dia 8 de novembro do ano de 1942, o tenente-coronel Etchegoyen assinou uma portaria que determinava às autoridades da Primeira delegacia auxiliar que promovessem, “de acordo com os termos das leis processuais e penais”, uma “enérgica e inflexível campanha contra os exploradores do lenocínio”, para que fossem presos todos os envolvidos. Era, segundo o periódico, uma medida de “ordem pública”.¹⁴⁵

Naquele ano, o coronel Nelson de Mello seria o responsável por “moralizar” a região central da cidade. Dessa vez, o que faria “vítimas infelizes mulheres” seriam os *dancings*, acusados de “exploração” das bailarinas. Apesar da lei de proibição do trabalho noturno de mulheres nas casas de diversões, Mesquita denunciou que os proprietários dos “*dancings*” estavam montando estratégias para burlar a lei fazendo com que as menores de 21 anos chegassem aos estabelecimentos após o horário proibido. Não para trabalhar, mas para “cativarem os frequentadores, sentando-se às mesas, onde passam a beber até a alta madrugada”. Para Mesquita, essa prática era um atentado à moral.

Os comentários de Mesquita reagem a um contexto específico, em que a aprovação da CLT confirma a atribuição do juiz de menores e da legislação trabalhista na regulação do trabalho noturno de menores. É, então, nesse momento, 1943, em que os assuntos de moralidade e polícia se encontram com os assuntos do direito laboral e da proteção do trabalho de mulheres e menores. A CLT também estabelece uma conexão entre a profissão de bailarina como assunto laboral e a profissão como um assunto policial. Isso porque além da ficha na delegacia de costumes, uma bailarina de *dancing* precisava de um certificado de “bons antecedentes”. O art. 380 deixava claro essa exigência para a alínea “c”, que se referia às mulheres empregadas em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos similares:

Art. 380 – Para o trabalho a que se refere a alínea “c” do artigo anterior, torna-se obrigatória, além da fixação de salários por parte dos empregadores, a apresentação à autoridade competente dos documentos seguintes:
a) atestado de bons antecedentes, fornecido por autoridade competente;¹⁴⁶

O certificado, no entanto, era exigido somente às artistas mulheres, o que gerava

¹⁴⁵ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XIII, Ed. 06148, 08/11/1942, p. 9.

¹⁴⁶ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30/01/2021.

nelas certo incômodo nelas. Veras colheu no depoimento de Dercy Gonçalves ao MIS o que “ficou na memória das atrizes como agressão e descrédito, como mais uma forma de equipará-las com as prostitutas.”¹⁴⁷ Os documentos identificatórios produzidos pela polícia, como as fichas de artistas e bailarinas, acabaram servindo também como forma de estigmatizar socialmente.

No entanto, as autoridades percebiam que era difícil controlar essas atividades. O art. 405 da CLT determina quais locais são permitidos ou não o menor trabalhar:

Art. 405. Ao menor de 18 anos não será permitido o trabalho:

[...]

b) Em locais, ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

§ 1º Considerar-se-á prejudicial à moralidade do menor o trabalho:

a) Prestado, de qualquer modo, em teatros de revistas, cinemas, cassinos, cabarés, “dancings”, cafês-concertos e estabelecimentos análogos;

b) Empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.¹⁴⁸

Já o art. 406 permite que o Juizado de Menores autorize aqueles que exercem atividades nos “locais proibidos” desde que aquele seja o único meio de subsistência:

Art. 406. O juiz de menores poderá autorizar, ao menor de 18 anos, o trabalho a que se referem as alíneas a e b do § 1º do artigo anterior:

a) Desde que a representação tenha fim educativo ou a peça, ato ou cena, de que participe, não possa ofender o seu pudor ou a sua moralidade;

b) Desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à sua própria subsistência ou a de seus pais, avós ou irmãos e dessa ocupação não poderá advir prejuízo à moralidade.¹⁴⁹

Em 1927, foi estabelecido o primeiro Código de Menores vigente no país. O Código Melo Mattos estabeleceu a menoridade em 18 anos. Quando a CLT foi promulgada, ela absorveu o Código anterior e criou “mecanismos junto ao juiz de menores para permitir o trabalho dos menores.”¹⁵⁰ Por outro lado, a CLT forçava os estabelecimentos a pedir autorização do juizado para que pudessem empregar menores. Para Veras, essa exigência

era mais uma forma do poder público ficar a par do que acontecia do que, de fato, proteger o menor. Nesses termos, qualquer tipo de trabalho poderia ser

¹⁴⁷ VERAS, Flavia Ribeiro. *Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012, p. 12.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 58.

registrado, inclusive para a função de coristas e dançarinas em espetáculos noturnos.¹⁵¹

O número de menores artistas que solicitavam e conseguiam autorização do Juizado de Menores para trabalhar era grande. Depois da autorização, emitia-se uma ficha no Juizado de menores declarando a concordância com o trabalho do menor em determinado estabelecimento e durante certo horário e pelo prazo estipulado.¹⁵² O incômodo de Mesquita é exatamente com o que ele considera “benevolência” por parte do Juizado e espera que o Ministério do Trabalho possa agir.

As denúncias e o trabalho no interior dos dancings

Um ano depois de aprovada a CLT, em uma manchete intitulada “Queixam-se as bailarinas contra os “*dancings*””, o jornal *A Noite*¹⁵³ publicou uma reportagem ouvindo entrevistas das “professoras” das “escolas de dança” sobre a denúncia feita ao Ministro do Trabalho acerca das condições de trabalho nos *dancings*.

A vida noturna do Rio resume-se hoje nos Cassinos, em uns poucos bares e restaurantes que ainda permanecem abertos depois das 2 horas da madrugada, dois ou três cabarets impossível de serem classificados e nos *dancings*, as chamadas “escolas de danças”. Estas são as únicas que permanecem no cartaz da boemia...

As “professoras” são talvez as únicas criaturas que fazem lembrar a vida noturna da cidade...”¹⁵⁴

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 59.

¹⁵² *Ibidem*, p. 60.

¹⁵³ Fundado em 1911 por Irineu Marinho, um secretário-geral da *Gazeta*, que frente à desentendimentos com a direção da *Gazeta de Notícias*, decidiu com mais 13 companheiros de trabalho fundar o jornal. Enquanto a *Gazeta* apoiava o governo varguista e também o golpe do Estado Novo, o jornal *A Noite* atuava de forma mais independente, então apostou numa linha política menos agressiva.

¹⁵⁴ *A Noite*, em 05/05/1944. Ed. 11575, p. 9.

Figura 14: Foto das bailarinas durante a reportagem do jornal A Noite (1944)



A reportagem realizou algumas entrevistas para saber algumas opiniões a respeito desses estabelecimentos boêmios. Uma delas foi com uma mulher chamada Maria da Conceição, que denunciou ao Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, as más condições a que estavam submetidas as bailarinas. A razão pela qual D. Maria fez a denúncia é desconhecida, porque ela nem mesmo era uma profissional de dancing, ou Bailarina. Segundo o jornal, ela não curtia a boemia, mas não “censura”.

D. Maria da Conceição Fernandes (...) afirma que são muitas as moças que trabalham nos dancings para manter suas famílias, ajudar seus irmãos, enfim labutar pela vida. Só não está de acordo com os proprietários das escolas de danças. Acusa-os de explorar as moças, de não conceder a proteção que as leis trabalhistas lhe asseguram.¹⁵⁵

O Sr. Marcondes Filho, ao saber das denúncias procedeu com as diligências nos *dancings* e assinou o ato:

“Dirige-se Maria da Conceição Fernandes a este Ministério, afim de apresentar denuncia contra as escolas de danças, que obrigam as suas empregadas a trabalhar fora da duração normal do trabalho. Infroma a respeito o Departamento Nacional do Trabalho que já foram tomadas todas as providências cabíveis na hipótese, apesar da denúncia genérica apresentada pela interessada, opinando, assim, pelo arquivamento.”¹⁵⁶

Depois de considerar as informações do Departamento Nacional do Trabalho, mandou arquivar a denúncia.

(...) O Sr. Marcondes Filho, tomando conhecimento dessas acusações, mandou proceder a varias diligencias nas escolas de danças e, há dias, considerando as informações do Departamento Nacional do Trabalho, que já tomou as providências cabíveis no caso, mandou arquivar a denúncia, determinando ao mesmo tempo que se transmitisse à Sra. Maria da Conceição Fernandes seu

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 10.

¹⁵⁶ A Manhã. 19 de abril de 1944, Ed. 824, p. 5.

resultado.¹⁵⁷

O depoimento de D. Maria é muito interessante, ainda que não saibamos as razões que a motivaram na denúncia aos proprietários. Embora Dona Maria tenha uma visão distinta de Moacy a respeito da moral de quem trabalha nos *dancings*, ambos os relatos esbarram num ponto de convergência: a exploração dos proprietários sobre as bailarinas, em desrespeito aos direitos trabalhistas que lhes deveriam estar assegurados, segundo a CLT.

Diante das denúncias, a mesma reportagem de *A Noite* foi até os *dancings*. Primeiro, no “Eldorado”, onde as moças tiveram receio de falar e pediram que seus nomes fossem ocultados, por medo de perder a “cadeira” nas noites de dança. Os depoimentos dessas bailarinas também refletem sua condição e suas intencionalidades, ou seja: aquilo que elas dizem, omitem ou não revelam de jeito nenhum como estratégia para não serem prejudicadas em sua profissão. “Neste *dancing* garantia e proteção social é “manga de colete”, disse-nos uma jovem dançarina”, de acordo com o repórter:¹⁵⁸

Queixam-se do rigor como são tratadas. Se ficam doentes, ou faltam por extrema necessidade, ou ainda pela menor falta, são punidas com a perna da “cadeira”. Não podem chegar um minuto sequer atrasadas no trabalho. No entanto se o *dancing* em vez de suspender seu funcionamento na hora certa, termina sempre quinze ou vinte minutos depois da hora. Ito – dizia-nos uma das bailarinas – nos acarreta grandes transtornos devido à falta de condução.¹⁵⁹

Muitas delas moravam nos subúrbios e “perdem a condução e são obrigadas a apanhar um taxi”, quando encontram, ou então são obrigadas a empreender uma “marcha forçada”. Segundo uma delas, “de férias só conheciam o sentido da palavra.”¹⁶⁰

Uma bailarina contou que tinha sua carteira profissional e estava amparada pelas leis sociais, podendo recorrer à justiça quando fosse “lesada nos seus direitos” porque contribuía para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, para a Legião Brasileira de Assistência e para o esforço de guerra. E por ser assegurado por lei, a reportagem dizia que o Ministério do Trabalho transformou o “ensino da dança” em profissão que poderia ser exercida “sem nenhum constrangimento”.¹⁶¹

Assim como a coluna de Moacy para a *Gazeta* em 1943 e da denúncia de Dona Maria em 1944, a reportagem do *A Noite* publicada em maio de 1944 atribuía a culpa da

¹⁵⁷ *A Noite* (RJ), em 05/05/1944. Ed. 11575, p. 10.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ *A Noite*, em 06/05/1944. Ed. 11576, p. 11.

situação dos *dancings* principalmente aos proprietários que teriam uma “mentalidade de vinte anos passados”. Mas, diferente de Moacy, que dedicava seus artigos a denunciar a presença de menores nos *dancings*, a reportagem do *A Noite* dizia que as moças norte-americanas que trabalhavam como *táxi-girl* nos EUA tinham “boa conduta” e que isso seria alcançado no Brasil não fossem os proprietários e suas mentalidades atrasadas.

É fato que também havia na tentativa de atribuir às bailarinas certas características da boa conduta, dizendo que possuíam “graça, espírito alegre e conduta irrepreensível”, um certo paternalismo. É interessante notar, porém, que logo que a CLT é aprovada a abordagem do jornal é uma, e vai no sentido de denunciar a imoralidade dos *dancings*. Ao contrário da *Gazeta de Notícias*, a abordagem do jornal *A Noite*, com reportagens publicadas nos primeiros anos de vigência da CLT, dava espaço para que as bailarinas denunciasses e expusessem suas visões e opiniões. Nesse sentido, a vigência da CLT já nos primeiros anos começa a impactar numa transformação na forma de tratamento das bailarinas, inclusive por parte da imprensa.

Já no final da década, outra reportagem reafirmava o caráter “familiar” dos *dancings*. A jornalista Eva Ban afirma que eles

são frequentados por rapazes solteiros, casados, pais de família, etc. Simplesmente, é preciso destruir o mito que cobre as “taxi-girls” e os “dancings” com aura de devassidão, fazendo-os parecer aos olhos das mocinhas casadoiras como algo de mistérios e volúpias orientais. Não. Verdade é que a maioria das moças que ganham desta maneira sua vida, consideram “dançar” com “tickets” na mão, simplesmente como outra profissão qualquer.¹⁶²

Na reportagem de Eva Ban, um homem pede para não ser fotografado porque disse à mulher que ia fazer um voo noturno. Interrogado pela repórter se preferia estar no *dancing* do que ficar com a esposa respondeu: “O que é que a senhora quer... a gente precisa se divertir”.

E com isso, Ban concluiu que

Assim pensa a maioria dos que frequentam os “dancings”. Sendo como é, nunca deixarão de existir. Portanto, que se torna preciso é auxiliar aquela parte das “taxi-girls” que quer tornar a sua uma profissão comum relativamente honesta, eliminando as da outra espécie. Mesmo porque a vida de uma “taxi-girl” não é o que se imagina – cheia de “glamour” – a maioria sustenta uma velha mãe ou uma criança cujo pai abandonou. No fundo, uma vida triste e monótona.¹⁶³

Caulfield sugeriu que, ao criar esses espaços de diversão e sociabilidade noturna, muitas vezes erótica, embora os jornais escondessem esse aspecto, os homens

¹⁶² *A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ)*, p. 22-23. Ed. 01048. Em 29/03/1949.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 23.

conseguiam satisfazer suas necessidades de diversão. Eles buscavam uma sexualidade transgressora fora do núcleo familiar, ao mesmo tempo que mantinham o controle da sexualidade feminina dentro dela. Homens como o da reportagem assumiam a boemia e buscavam romper com alguns padrões de sexualidade, mas mantinham esses padrões para as mulheres de sua família.¹⁶⁴ Por isso, é necessário apontar que a noção de “honra sexual” das mulheres na época não era unívoca, mas dependia dos lugares socialmente construídos.

A presença de Eva Ban, jornalista profissional, que trabalhou na noite do Rio aponta para o sentido dessas disputas de espaços na cidade, já que a presença de repórter mulheres era incomum, ainda mais circulando por espaços noturnos e mais que isso: uma mulher repórter conversando com homens que estão se divertindo na noite, enquanto fogem da família. A reportagem ser feita por Eva Ban é mais uma camada na dimensão das grandes transformações na cena noturna carioca. A presença de uma mulher trabalhando numa reportagem sobre um espaço de diversão noturna demonstra como, na prática, essa noção de controle da sexualidade feminina já não funcionava mais – se é que um dia funcionou.

Uma denúncia feita no jornal *A Noite* do dia 6 de maio de 1944 referia-se à cobrança abusiva de uma taxa para uso do banheiro. No Eldorado, as bailarinas pagavam mensalmente uma taxa de quatorze cruzeiros, da qual não deixavam de ser descontadas mesmo quando adoeciam e não iam trabalhar. E os proprietários faziam isso sem nenhum aviso da razão, o que as deixava indignadas.

Descontam sem dar explicações.

Ainda ontem declarava uma das bailarinas – fomos descontadas sem ter direito a saber para que fim. Assim como cobram ilegalmente a taxa de “toilette”, fazem outros descontos também irregulares.

Há casos de dançarinas que trabalham dois ou três dias no mês, que ficam licenciadas ou que adoecem, mas que não deixam de ser descontadas pelos “dancings” em todas as taxas que eles criaram.¹⁶⁵

Elas consideravam um absurdo, porque sabiam que estavam respaldadas legalmente, já que os estabelecimentos eram obrigados a oferecer todo suporte de higiene. Os proprietários não negavam totalmente as reclamações, mas um deles que o jornal não identificou nominalmente disse que:

A falta de assistência – dizia um deles – resulta de não terem orientação. Os

¹⁶⁴ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-18940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2000, p. 138.

¹⁶⁵ *A Noite*, em 06/05/1944, Ed. 11576, p. 11

direitos que usufruem no Instituto de Aposentadorias são iguais aos de qualquer trabalhador. Bastará somente que requeiram. Outra lacuna é não possuírem ou não estarem filiadas a uma organização de classe. O dia em que estiver sanada essa falha então a situação das mesmas melhorará cem por cento.¹⁶⁶

Em suas defesas, afirmam que oferecem “esponja, pó, batom e pente às bailarinas”. A isso elas respondem categoricamente, podemos imaginar, que isso é a “coisa mais anti-higiênica” e que não tem uma bailarina que não possua seu próprio estojo de maquiagem. Por fim, os responsáveis pelos *dancings* declararam que

Deixarão de cobrar a taxa de “toilette” e irão orientar as dançarinas junto ao Instituto de Aposentadorias, ao mesmo tempo que procurarão saber as condições de saúde de duas empregadas, para prestar o auxílio de que necessitarem.¹⁶⁷

Além das condições difíceis de trabalho e o controle policial, ainda pesavam as grandes diferenças de salário entre elas, dependendo do tempo de serviço, da disposição e certamente de disputas e conflitos internos.

As mais afoitas, mal a orquestra inicia a primeira música, vão para as duas cadeiras, em redor da pista, aguardar o seu primeiro par. As mais bonitas, de corpo mais bem feito, começam a dançar às nove e vão assim – quase sem interrupção – até às duas da manhã. Os pretendentes fazem uma verdadeira fila. Jurema, uma veterana, detém há muitos anos um dos primeiros lugares como dançarina. Seu ordenado hoje alcança de quatro a cinco mil cruzeiros mensais e já houve época em que fazia sete mil cruzeiros com facilidade. É que os tempos eram melhores, não só pelo dinheiro que corria à larga, como pelo horário das escolas que ia até às quatro da manhã, como ainda hoje acontece em São Paulo. A polícia do Rio diminuiu esse horário.¹⁶⁸

Segundo reportagem, “a luta das desfavorecidas por um bom par era titânica”. É interessante nos perguntarmos o que significava “um bom par”. Os *dancings* eram frequentados por homens muito jovens e também os mais velhos. E, embora alguns defendessem aos leitores de jornais uma certa “moralidade” local, ali não era local frequentado por mulheres como clientes, apenas como trabalhadoras. Mas era sim um local de diversões noturnas e de sociabilidade masculina que versava sobre diversos imaginários sexuais e de relações entre os clientes e as trabalhadoras do estabelecimento.

O par ideal e a moralidade das danças

As bailarinas contavam preferir os mais velhos porque esses eram “bons

¹⁶⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ Revista da Semana (RJ) – 1940-1949 Ed. 000019, p. 5-12.

fregueses”. Uma bailarina que não quis ser identificada nem por nome, nem por foto certamente por medo de retaliações dos patrões, e que o jornalista chamou de “esquentacadeira”, em referência ao trabalho de ficar esperando um par, relatou:

Quando encho o meu cartão houve alguma coisa especial. Os bons fregueses são os homens de idade que, quando levados numa boa conversa, se esquecem de que o tempo está correndo e continuam dançando. Mas os velhotes não são muitos e quase todos já tem par certo. Os estudantes jovens, com pouco dinheiro no bolso, servem só para amolar. Dançam uma no máximo duas vezes, e se vão logo sentar.¹⁶⁹

O trabalho da artista era estigmatizado e apesar de uma distinção entre “o mundo de trabalho artístico e a prostituição, ainda que não muito rígida, o estigma e o preconceito social devido à profissão recaíam com força sobre a mulher artista.”¹⁷⁰ Segundo Veras apurou, “em sua autobiografia, Dercy relatou que muitas artistas, geralmente com dificuldades financeiras fruto da falta de contratos, aceitaram o papel de cocotas, amantes de luxo, podendo até se prostituir, em segredo, em bordéis ilegais.”¹⁷¹ No entanto, é possível contrastar a experiência da prostituição com dançar com homens mais velhos. Para as bailarinas, a escolha do “par ideal” era uma forma de ganhar a vida aceitável e honesta.

Quando ela fala que os “velhotes já tem par certo” é possível vislumbrar que o local tinha público certo e fixo. E que um grupo de homens mais velhos, não muito numeroso, mas certamente cativo marcava ponto no que estava se tornando um dos principais locais de diversão noturna dessa classe média masculina. Segundo a reportagem, no momento da entrevista, a bailarina interrompeu o repórter porque um fazendeiro que aparentava ter aproximadamente 60 anos havia chegado. Segundo a bailarina, que não quis ser identificada, o fazendeiro era “capaz de furar dois cartões...”

Ainda que a bailarina tivesse pedido ao repórter que não fizesse nenhum registro fotográfico, há uma foto (figura 15) de um casal junto dessa história. Então pode ser a bailarina junto do fazendeiro que gastava muito dinheiro nas contra-danças.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ VERAS, Flavia Ribeiro. *Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012, p. 208.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 207.

Figura 15: O Casal. Revista da Semana (1947)



Abaixo uma imagem que ilustra o formato dos cartões relatados pela bailarina:

Figura 16: Cartões de registro de contra-danças. Revista da Semana (1947)



As próprias bailarinas criaram algum tipo de disputa entre elas e estratégias para faturar mais. Sabiam que homens acima de 50 anos, certamente empregados ou proprietários poderiam de alguma maneira gastar mais tempo no *dancing*, furando um “maior número de cartões”, como elas diziam e gastando um maior tempo na dança. Uma delas até brinca fazendo uma piada que os homens de idade são os pares ideais. “(...) Com

uma boa conversa se esquecem do tempo, do reumatismo e do **dinheiro**. Quer dizer: são dez a doze furos no cartão de cada vez”¹⁷² Ela brinca com o fato de que um cliente esquecer do tempo que passava nas danças e também do dinheiro, significava mais dinheiro para elas, pois quanto mais tempo dançando, mais tempo trabalhado, e conseqüentemente, mais ordenado no final do mês. As que conseguiam conquistá-los faturavam um ordenado entre quatro e cinco mil cruzeiros por mês.

Figura 17: Bailarina dançando com homem mais velho. Revista da Semana (1947)



A fotografia registra duas bailarinas dançando acompanhadas de seus clientes que usam seus ternos brancos. É possível notar o olhar, talvez proposital para a foto, ativo, distante e profissional das trabalhadoras, enquanto os homens mantêm um pequeno sorriso, aparentando satisfação com a dança. Essa postura vai de encontro aos sentidos das relações entre bailarinas e seus clientes, pois sabe-se que não era permitido, pelos estabelecimentos, que as mulheres mantivessem relações afetivas com seus clientes, mas é difícil imaginar que isso não tenha ocorrido.

No próximo item, exploraremos as histórias de algumas delas a partir de seus relatos sobre as razões do ingresso no mundo do trabalho nos *dancings* cariocas podem

¹⁷² *Ibidem*.

nos ajudar a revelar alguns sentidos de ser bailarina de *dancing*.

“*Os homens não nos querem para esposas...*” *A história de Neusa, Dulcineia e Isa*

Angelina Ferreira Pinto teve sua carteira cassada. Ela era uma ex-empregada doméstica, moradora da Rua Carlos Vasconcellos, no bairro da Tijuca. Angelina começou o trabalho de bailarina em 1947 no Belas Artes Danças. O seu documento da polícia indica que já fora doméstica e seu atestado de óbito sugere que essa foi a profissão identificada por sua família no dia de sua morte, em 1986. Ou seja, a família preferiu citar a profissão de doméstica, porque lhes pareceu mais decente que bailarina ou prostituta.

A Delegacia de Costumes e Diversões registrou as bailarinas entre 1943 e 1959. Nesse período, encontramos 1039 registros de bailarinas em fichas individuais, cujo registro do ofício anterior foi feito por 97% delas. No período ao qual nos atemos em nossa pesquisa, entre 1943 e 1950, encontramos o registro de 419 bailarinas.

Tabela 1: Bailarinas que registraram seu ofício anterior (1943-1950)

1943-1950	TOTAL	TOTAL (%)
Registro do ofício anterior	398	95%
Não há registro do ofício anterior	21	5%
Total	419	100%

A tabela acima apresenta que do total de 419 bailarinas registradas no período, 95% delas registrou seu ofício anterior. Ou seja, em números relativos, quase sempre a bailarina informava ao delegado a profissão que ocupava antes de ingressar no *dancing*.

Em relação à identificação da cor, sabemos que entre 1943 e 1959, período em que a Delegacia produziu registros, 983 (cerca de 95%) das bailarinas teve a cor identificada, sendo 913 (78,2%) delas mulheres consideradas como brancas (descritas nas fontes como: “branca”, “loura”, “pele clara”) e 170 (16,4%) consideradas não-brancas (descritas como “negras”, “pardas” e “mestiças”), enquanto apenas 56 mulheres (5,4%) não foram identificadas. Como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 2: Identificação das bailarinas segundo critério de cor (1943-1959)

IDENTIFICAÇÃO POR COR (1943-1959)	TOTAL	TOTAL (%)
Branca, clara, pele clara, loura	913	78,2
Mestiça, morena, parda	170	16,4
Não identificado	56	5,4
Total	1039	100%

A tabela a seguir demonstra que, quanto ao nosso período, entre 1943 e 1950, as mulheres consideradas brancas correspondiam à 288 bailarinas (68,7% do total), enquanto o número de mulheres não-brancas correspondia à 85 bailarinas (20,2% desse total) e as que não tiveram referências à cor ou ao pertencimento étnico-racial foram apenas 46 (11%) delas. Sabemos, então, que a possibilidade de trabalhar num *dancing* era muito mais plausível para mulheres brancas que para mulheres não-brancas. À essas, inclusive, a identificação não correspondia à cor negra, mas à identificações como “parda”, “morena” e “mestiça”.¹⁷³

Tabela 3: Identificação das bailarinas segundo critério de cor (1943-1950)

IDENTIFICAÇÃO POR COR (1943-1950)	TOTAL	TOTAL (%)
Branca, clara, pele clara, loura	288	68,7
Mestiça, morena, parda	85	20,2
Não identificado	46	11
Total	419	100%

¹⁷³ Ver: SCHWARCZ, Lilia. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª ed. — São Paulo : Claro Enigma, 2012.

Dentre as que antes de serem bailarinas também trabalharam como domésticas¹⁷⁴, no período entre 1943 e 1950, encontramos um total de 200 bailarinas, ou seja, 47,7% do total de 419 registradas neste período. Dentre estas que haviam trabalhado como domésticas, 138 (69,5%) eram mulheres brancas e 50 (24,5%) eram mulheres não-brancas, enquanto apenas 12 (6%) das domésticas não possuíam cor identificada.¹⁷⁵ Quanto às mulheres que antes haviam sido empregadas no comércio temos um total de 54 bailarinas, (12,9%). Dentre estas que haviam trabalhado no comércio as mulheres brancas correspondiam à 40 (74%), enquanto as mulheres não-brancas correspondiam à 11 (20,4%) e apenas 3 (5,6%) não tiveram a cor identificada. Entretanto, em suas fotos percebemos que tratavam-se de mulheres provavelmente socialmente reconhecidas como brancas.¹⁷⁶ A tabela a seguir apresenta esse cruzamento de dados:

Tabela 4: Domésticas e Empregadas no comércio segundo critério de cor (1943-1950)

IDENTIFICAÇÃO POR COR (1943-950)	DOMÉSTICA	(%)	EMPREGADA NO COMÉRCIO	(%)
Branca, clara, pele clara, loura	138	69,5	40	74%
Mestiça, morena, parda	50	24,5	11	20,4
Não identificado	12	6	3	5,6
Total	200	100	54	100

Esses dados só podem ser elucidados em termos relativos. A tabela a seguir demonstra que dentre as 419 bailarinas registradas pela delegacia no período, que identificaram sua profissão anterior, apenas 83 (20,8%) era de mulheres não-brancas, das quais 50 (60%) (mais que a metade do total) trabalhavam como empregadas domésticas.

¹⁷⁴ Incluímos nessa estatística todos os ofícios referentes ao trabalho de cuidado. Nesse caso, doméstica, servente, servente em hospital e copeira.

¹⁷⁵ Cabe citar que entre o período de registro das fichas de bailarina pela delegacia (1943-1959), há o registro de 433 domésticas (41,7%), sendo 332 mulheres (76,7%) brancas e 85 (19,6%) negras, e apenas 15 (3,5%) não tiveram sua cor identificada.

¹⁷⁶ Cabe citar que entre o período de registro das fichas de bailarina pela delegacia (1943-1959), há o registro de 187 empregadas no comércio (44,6%), sendo as mulheres brancas o equivalente à 86,1% do total e as mulheres negras apenas 11,8%. Apenas 2,1% não tiveram sua cor identificada.

Tabela 5: Bailarinas que identificaram seu ofício e foram domésticas (1943-1950)

	Identificaram a profissão	(%)	Doméstica	(%)	Outras profissões	(%)
Não-brancas	83	20,8	50	60	35	40%
Brancas	286	71,8	138	48,2	148	51,8
Não-identificada a cor	29	7,4	12	41,4	17	58,6
Total	398	100	200	-	183	-

Ao mesmo tempo, as mulheres brancas eram 138 (48,2%) do total das bailarinas que indicaram nas fichas a profissão de doméstica exercida anteriormente, ou seja, um pouco menos que a metade. De maneira geral, é possível concluir que apesar dos marcadores raciais no mundo do trabalho, a maior parte, assim como Angelina, passou pelo serviço doméstico antes de ingressar num *dancing*. Os números dentro desta amostragem evidenciam também que era mais fácil para as mulheres brancas encontrarem um trabalho como comerciárias, e também como bailarinas de *dancing*, enquanto a maioria das mulheres consideradas negras encontravam trabalho como empregadas domésticas.

Como mostrou Caetana Damasceno, a exigência de “boa aparência” era uma maneira de excluir pessoas “de cor” dos mundos do trabalho. Por isso, temos que o número de mulheres que haviam trabalhado no comércio consideradas brancas era significativamente maior do que o de mulheres consideradas negras numa proporção de 3, 6 mulheres consideradas brancas para cada mulher considerada negra.¹⁷⁷ Os anúncios de empregos, que exigiam “boa aparência” como requisito para contrato, durante os anos 1930 e 1940 tinham preferência por mulheres brancas. No entanto, a realidade se confrontava com o desejo dos empregadores e as mulheres “de cor” continuavam a serem maioria empregadas no serviço doméstico remunerado. Essa expectativa de contratação de mulheres brancas passa a ser, após 1945, para serviços em escritórios e do pequeno

¹⁷⁷ DAMASCENO, Caetana. Segredos da boa aparência. Da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950). Rio de Janeiro: Edur, 2011, p. 104.

comércio, em que a “cor” submerge sob a rubrica boa aparência”. Enquanto as mulheres de cor continuavam se anunciando para o trabalho doméstico e em número bem menor para os empregos de escritório e comércio.¹⁷⁸ Entre as bailarinas, isso é bastante evidente, de modo que de 12 bailarinas que tiveram emprego em escritório¹⁷⁹, apenas uma era negra: a bailarina Paulina Salina.¹⁸⁰

Dentro desse panorama, evidencia-se que a escolha de um ofício era condicionada pelos marcadores raciais. A escolha do ofício em termos de exploração e dignidade laboral ganhava sentido, para elas, em termos de salário. O abandono do trabalho no comércio ou do serviço doméstico era uma escolha consciente de busca de uma melhor remuneração. E isso era no *dancing* ou mesmo na prostituição. Voltando a história de Angelina ao longo de sua vida trabalhando enquanto bailarina, a polícia identificou-a como prostituta e, por isso, cassou sua carteira. Segundo ficha assinada pelo chefe da Seção de Diversões e pelo delegado de costumes, “em 17/6/1948, ingressou na casa “tolerada”, digo, teve sua carteira de bailarina cassada, por ter sido encontrada no “rendes-vous” (sic), da rua Washington Luiz, 91, onde declarou estar residindo.”¹⁸¹ Existiu, assim, um conflito entre o que a polícia identificou e a defesa da bailarina, que alegou ser seu local de moradia.

Outras tiveram suas carteiras cassadas quando a S.R.M comunicava à Delegacia de costumes e diversões que a bailarina passaria a ser prostituta em área de tolerância. É possível identificar algumas casas de tolerância: uma localizava-se na Rua Taylor, 12 e outras duas na Rua Conde Lage, nos números 21 e 25. Essas ruas eram paralelas no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, ficavam muito próximas. Apesar disso, é necessário sempre compreender os sentidos do que era chamado de prostituição porque isso também ajuda a entender a diversidade de relações sexuais no mercado das diversões noturnas. Para o colunista Moacy em 1943, o próprio trabalho das mulheres nos *dancings* era, por si mesmo, “uma prostituição encoberta”.

O estigma que pesava sobre as artistas, mas principalmente sobre as bailarinas dos *dancings* era uma questão também para suas famílias. A decisão ou não de ingressar no mercado de diversões noturnas também passava por certa aprovação da família, embora

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 128.

¹⁷⁹ Aqui incluímos os ofícios de auxiliar de escritório, telefonista, datilógrafa e tipógrafa.

¹⁸⁰ Ficha de bailarina de Salina Paulina. OCABR5388. Fundo delegacia de costumes e diversões. Arquivo Nacional.

¹⁸¹ Informações colhidas na Ficha de registro de bailarina de PINTO, Angelina Ferreira. Fundo: Delegacia de Costumes e Diversões. Código: BR AN, OC ABR 05102 - Arquivo Nacional.

muitas acabassem colocando o pé na estrada e migrando para o Rio de Janeiro porque viam na atividade uma forma de melhorar de vida.

Por isso, enquanto Dona Maria e os repórteres de *A Noite* afirmavam o quanto as bailarinas eram “moças honestas” que labutavam pela vida, ou quando Moacyr para a *Gazeta* escrevia artigos denunciando as condições das mulheres que trabalhavam nos *dancings*, elas próprias não se viam exatamente como vítimas ou como mulheres que precisavam ser salvas para que assim pudessem procurar “trabalho honesto”.

Neusa, de olhos e cabelos negros, trabalha cinco horas por dia como bailarina. Mas até chegar a esse posto viu-se diante de perdas significativas em sua vida pessoal e precisou tomar algumas decisões. Ela perdeu o pai e teve que se tornar “chefe de família” para sustentar mãe, avó e um irmão caçula de 9 anos. Migrou, então, do Norte para o Rio de Janeiro por volta de 1938. Em maio de 1947, um repórter perguntou como Neusa tomou a decisão de ser dançarina.

Uma conhecida me tentara para trabalhar em “dancings”, lugar do qual eu não fazia a menor ideia. Depois de algumas explicações eu me decidi e uma noite avisei lá em casa que iria procurar um emprego no teatro. Desci as escadas da Escola sem saber como me apresentar. Quando me vi diante do gerente perguntei – “Boa noite: o senhor precisa de uma boa dançarina”. O gerente riu-se da simplicidade com que eu me candidatava.¹⁸²

É interessante destacar que inicialmente Neusa não contou a verdade à família e mentiu dizendo que procuraria emprego no teatro, que “era uma atividade que acarretava grande descrédito social”, mas foi o “centro do mercado de diversões” e abria as portas para outros espaços como o rádio, cassino e cinema¹⁸³. Ainda assim, provavelmente era melhor aceito que o trabalho em um *dancing* ou *cabaré*. Mas uma hora Neusa teve que falar a verdade e sua família não aceitou muito bem:

E assim Neusa teve seu primeiro emprego de sua vida. E o pessoal de casa – diz ela – pensava a princípio que eu trabalhava no teatro. Mas o horário da escola vai até muito depois das últimas sessões teatrais e eu tive que explicar qual era de fato, a minha profissão.

- Foi difícil a explicação?

- Se foi! Todo mundo ficou contra mim. A vizinhança quando soube que eu era bailarina de “dancing” me olhava como se eu já tivesse descido o último degrau da desonestidade. Vovó não se cansava de chorar e de lamentar a “infelicidade” que caíra sobre sua neta. Quase desisti. Mas havia muita conta para pagar e nós não tínhamos dinheiro. Fui ficando. Lá em casa o ambiente mudou pouco depois, quando viram que meus modos não se transformavam. Acabaram se convencendo que isto aqui não é a escola de corrupção, que se propala, embora eu reconheça que haja exemplos de bailarinas que justificam

¹⁸² *Revista da Semana (RJ)* – 1947 Ed. 000019, p. 5-12.

¹⁸³ VERAS, Flavia Ribeiro. *Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945)*, p. 92.

aí por fora esse péssimo conceito.¹⁸⁴

Quando Neusa fala que o *dancing* “não é a escola de corrupção que se propala” referia-se às opiniões circulantes na imprensa que denunciavam o caráter explorador – de menores e de mulheres – dos *dancings*. No entanto, quando a família nota que Neusa consegue se sustentar com o novo emprego, essa percepção muda.

- Sua avó conformou-se?

Neusa sorri e confirma.

- Hoje está até orgulhosa da neta. Toda madrugada espera por mim, para me dar um jantarzinho e sua benção, antes de me deitar.¹⁸⁵

A forma como era visto o trabalho das bailarinas se refletia também em suas vidas amorosas. Entre 1943 e 1950, há um total de 419 fichas de bailarinas. Entre elas, 77% (323) eram mulheres solteiras e 21% (89) estavam casadas. Um pequeno percentual de menos de 1% encontrava-se viúva (0,95% ou 4 mulheres) ou desquitada (0,72% ou 3 mulheres). Entre as mulheres que se casavam, 78,6% (70) das mulheres eram brancas. Por outro lado, apenas 12,3% (11) das mulheres casadas eram negras. Entre as desquitadas ou viúvas, todas eram mulheres brancas. A possibilidade de ser uma bailarina casada era um horizonte mais possível, para as mulheres brancas em comparação às mulheres negras. Para as bailarinas brancas era possível sonhar com o abandono do *dancing* na iminência de um casamento.

Neusa, uma mulher branca e solteira, conta que está satisfeita com o emprego, pois ele paga um salário razoável pensando que a maioria ali não sabe fazer outra coisa senão dançar. Mas quando questionada se pretende trabalhar ali por muito tempo e se pensa em casamento, Neusa

Responde-nos baixinho:

- Quanto à sua primeira pergunta vou lhe contar um segredo. Mas não publique isso: sou aluna de uma Escola de Costura. Minha mestra diz que logo vou ser uma ótima costureira e logo que esteja habilitada deixarei o “dancing”. Não é por desprezo, mas é tão difícil a gente pensar em casamento quando se trabalha aqui!...

Ela contou ao repórter sobre uma relação amorosa do passado. Ela diz que depois de trabalhar um ano na escola, conheceu um jovem aviador que terminou numa “paixão profunda”. Contrariando a vontade de sua família, “que não via com bons olhos a futura noiva”, ele a pediu em casamento. Mas, fatalmente, seu noivo sofreu um acidente aéreo vindo a falecer no pico do Itatiaia.

¹⁸⁴ *Revista da Semana (RJ)* – 1940-1949 Ed. 000019, p. 5-12.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

Para Neusa era o máximo que poderia desejar: um lar tranquilo, um marido amoroso e sossego para sua pequena família para o resto da vida. Faltavam poucos meses para o casamento. Neusa deixara de trabalhar por exigência do noivo e preparava o enxoval. Um dia o telefone tocou em sua casa. A notícia incerta das primeiras foras confirmara-se mais tarde no noticiário dos vespertinos. Um avião de treinamento espatifara-se contra o pico do Itatiaia. Seu noivo foi encontrado carbonizado, entre os destroços. Seu sonho desfez-se com a morte do noivo e teve que voltar a trabalhar para ganhar a vida.¹⁸⁶

Apesar de não ter dado ouvidos à família conservadora que não viu com bons olhos o noivado, o aviador também não parecia muito complacente com a atividade de Neusa, tanto que exigiu que a noiva parasse de trabalhar. As mulheres artistas se viam sempre diante de conflitos para conciliar vida pessoal e trabalho no mercado de diversões noturnas.

Figura 18: Neusa recebendo o seu dinheiro no caixa, Revista da Semana (1947)



As histórias das bailarinas nos jornais são fruto de uma escolha prévia do editorial adequado àquilo que será mais vendido, então, certamente algumas histórias podem ser aumentadas, glamourizadas ou adaptadas pelos repórteres. No entanto, as histórias colhidas na *Revista da Semana* podem nos ajudar a entender alguns conflitos pessoais que as bailarinas enfrentavam em relação ao seu trabalho, suas famílias e suas vidas amorosas.

Dentre tantas histórias que o repórter Ney Machado considerou “banais” “pela ausência de ambição, indiferença pela vida que levam e pelo próprio futuro”, ele considerou que a história da bailarina Dulcineia e de Isa mereciam destaque. Dulcineia era uma alagoana de vinte anos que migrou para o Rio de Janeiro junto de sua mãe,

¹⁸⁶ *Ibidem.*

erabalhava no *dancing* para sustentar sua filha de 2 anos, Dirce, como contou ao jornalista:

- Minha filhinha tem quase dois anos. Chama-se Dirce e é doida pela sua mãe. Por sua causa é que eu me mato toda a noite aqui, na esperança de juntar algum dinheiro para o futuro ou quem sabe...
- Um outro casamento... – aventamos.
- Não seria outro. Seria o primeiro. (e antes de qualquer pergunta ela conta naturalmente). O pai de Dirce era marinheiro, maquinista da Marinha. Morreu durante a guerra, quando o seu noivo foi torpedeado pelos alemães. Nosso casamento estava marcado para quando regressasse dessa viagem de que nunca mais voltou. Dirce nasceu e eu tive que trabalhar para sustenta-la e também à mamãe, com quem fica entregue. Vivemos só nós três aqui no Rio. Todos os outros parentes estão em Alagoas...¹⁸⁷

No momento em que o repórter colhia a entrevista de Dulcineia, outra bailarina sugere que a reportagem não identificasse o nome verdadeiro da entrevistada, já que seus familiares de Alagoas não sabiam sobre sua profissão. A bailarina envolvida, no entanto, não se intimida:

- Nada disso. Escreva tudo como contei, porque isso é verdade de nada me envergonho. Só terei de dar satisfações do que sou e do que fiz a minha filha e ela compreenderá mais tarde como estou me sacrificando pelo seu futuro. Que me interessa que os outros pensem mal de mim, se eu mesma acho que estou fazendo o máximo que posso?

Figura 19: Foto de Dulcineia, Revista da Semana (1947)



¹⁸⁷ *Ibidem.*

As matérias feitas por repórteres curiosos em saber mais sobre a vida das bailarinas de *dancings* quase sempre acompanham a pergunta sobre a vida amorosa e se almejam casamento. O que de fato pensavam? O que esperavam que elas respondessem e como elas correspondiam a essas expectativas? A profissão de bailarina de *dancing* e cabaré não era bem vista, então certamente reafirmar alguns “valores” morais da época e ressaltar aspectos de seu cotidiano que as ajudassem se enquadrar dentro do que era esperado das mulheres poderia ser também parte de uma estratégia de se apresentar à opinião pública de maneira “honesta”.

Esse é caso de Isa. Ela afirma que gostaria de ver a profissão sendo reconhecida e colocada num outro nível. Segundo o repórter Ney, Isa era uma tímida fluminense que achava que caso a profissão de bailarina fosse colocada num melhor nível aos olhos da sociedade que passariam a entender como “um meio honrado de ganhar a vida”, ela seria mais feliz. Quando foi indagada sobre suas ambições, Isa disse que almejava ter casa, filhos e viver tranquilamente. Mas que iria envelhecer dançando sem esperança de mudar de vida.

Quando estiver velhinha, sem um tostão guardado, não sei o que será de mim...

- O dinheiro não sobra para juntar?

- Qual, nada! Durante os anos de guerra, quando fazíamos bastante, de quatro a cinco mil cruzeiros por mês, cheguei a botar na caixa doze mil cruzeiros. Veio depois uma doença séria, fui obrigada a ficar três meses de cama e todo o dinheiro guardado desapareceu. Agora, nem mesmo esperança de poder juntar mais eu tenho...

- E se aparecesse um casamento?

Isa sorri da nossa ingenuidade:

- Seria mais fácil tirar a sorte grande do que arranjar um casamento. Propostas para que a gente deixe de trabalhar aqui não faltam, mas nenhuma delas vai até ao casamento. Um caso como o de Neusa é exceção. Os homens nos consideram como ótimas bailarinas, boa companhia quando se divertem, mas é só...

E olhe que pequenas bonitas e direitinhas não faltam aqui dentro.¹⁸⁸

O depoimento de Isa nos sugere que a questão do casamento, certamente, era uma expectativa, mas pouca coisa indica que elas estavam dispostas a largar o *dancing* para procurar um marido que pudesse sustentá-las. A maioria delas sustentava suas famílias com o dinheiro das danças e suas famílias acabavam aceitando. Flávia Veras afirmou que “o casamento poderia ser uma forma do artista obter legitimidade, respeitabilidade e aceitação profissional desejadas tanto para os homens quanto para as mulheres”, mas percebeu que a maioria dos artistas do Rio de Janeiro se mantinha solteira, embora houvesse uma

¹⁸⁸ *Ibidem.*

“discrepância razoável entre a quantidade de homens e mulheres casados.”¹⁸⁹

Assim como Isa sugere que tirar a “sorte grande é mais fácil que arranjar casamento”, Neusa afirma ser difícil pensar em casamento quando se era bailarina, mas não perde a oportunidade de evidenciar que havia ali muitas mulheres que seguiam o padrão de casadoiras, “bonitas e direitinhas” Isso pode dar sentido ao estigma que pesava sobre as mulheres nos anos 1940 da época ao trabalhar fora de casa por salário. Certamente sobre todas, mas havia aquelas que tinham a “moral suspeita” a depender do comportamento em público e do emprego, como é o caso das dançarinas e é por isso que elas lutaram tanto para serem reconhecidas como profissionais de um trabalho digno de respeito e direito social.

Nesse momento as histórias das bailarinas, contadas por elas mesmas, sobre suas próprias trajetórias e referem-se às suas experiências ao longo dos anos, mas principalmente nos anos de vigência da CLT. Assim, ao construírem suas reflexões, as bailarinas constroem um sentido de respeitabilidade para seu próprio trabalho e profissão nesse contexto de vigência das leis trabalhistas, ainda que elas não fossem totalmente cumpridas pelos empresários.

Figura 20: : Isa preparando a maquiagem num camarim de dancing, Revista da Semana (1947)



¹⁸⁹ VERAS, Flavia Ribeiro. *Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945)*. p. 94-95, 2012.

As visões expostas a partir de dois periódicos sobre o mesmo tema refletem disputas que ocorriam também na sociedade carioca em torno do que deveria ser ou não considerado como trabalho, o que estava diretamente ligado, nesse caso, à moralidade. A imprensa foi construindo versões distintas sobre o que significava o trabalho noturno de uma mulher num *dancing*. As bailarinas, por outro lado, conscientes de sua exploração, lutavam não pelo fim dos “*dancings*” – como Moacy da *Gazeta* defendeu em 1943 –, mas pela melhor regulamentação de seu espaço de trabalho. Com direito à regulamentação de horas, férias, acesso à saúde e folga.

O capítulo tratou de diferentes maneiras de considerar a atividade das bailarinas como trabalho, justamente quando a CLT começa a estar vigente. Por um lado, a partir da visão do Moacy Mesquita, em que a proteção laboral significa proteção moral e que constrói antagonismo com os empresários demandando maior fiscalização das autoridades sobre o trabalho das menores. Por outro, as diferentes visões da imprensa diária, que além de dar voz a diferentes sujeitos, inclusive as próprias bailarinas, também considera que a atividade das bailarinas deve ser considerada trabalho, embora com diferentes ênfases. Em terceiro lugar, as visões das próprias bailarinas, cuja iniciativa de se organizar em sindicato se entende no contexto desses debates.

Neste percurso, também se tornam visíveis as condições de trabalho das bailarinas dentro dos *dancings* e como elas as viam. O *dancing* serviu para a maioria delas como arrimo familiar. Boa parte delas eram “chefes de família” que garantiam a subsistência da família com o trabalho de bailarina. Neste contexto, o perigo moral no olhar de alguns se traduzem para elas em vender seu tempo para dançar com os velhinhos como uma forma altamente rentável de realizar a atividade da dança remunerada. Para colonistas como Moacy mesquita, o trabalho das bailarinas era imoral. Para as bailarinas, imoralidade era a exploração dos empresários que não cumpriam com seus direitos trabalhistas.

Também se tornam visíveis, a partir dessas condições de trabalho, uma distância entre elas como trabalhadoras (com obrigações familiares, dificuldades de situações de trabalho, de moradia, etc) e a visão glamourosa, tanto da bailarina como da prostituta como *femme fatale* construída desde as décadas anteriores. De volta a história da bailarina Walda, com quem este capítulo começou, a possibilidade de se vestir bem e consumir “com luxo” também é uma variável importante para ela e que demonstra os sentidos pelos quais essas mulheres optaram por ingressar no mercado de diversões. Para Walda,

significou fugir da exploração do comércio e viver uma vida de “princesa”.

As histórias contadas nesse capítulo versam sobre as trajetórias e memórias de mulheres jovens, vivendo um momento da vida compatível com a conquista da independência financeira, como é o caso de Walda. Também dizem a respeito da expectativa de que o trabalho noturno nos *dancings* era uma ocupação temporária, que poderia ser eventualmente deixada por um casamento, o que se evidenciou nas trajetórias de vida das bailarinas, cujo casamento é um ponto comum em todas. Foi possível perceber a partir das histórias contadas neste capítulo de que maneira as histórias de algumas bailarinas encontram um ponto em comum: melhores condições para exercerem suas atividades, apesar do preconceito moral de alguns setores da sociedade.

Embora as histórias de *dancings* do Rio de Janeiro tenham ocupado algumas páginas policiais nos jornais cariocas com brigas, agressões e até assassinatos, boa parte das notícias se referem às lutas por melhores condições de trabalho e as disputas que ocorriam por melhorias, regulamentação de horas e mais dignidade para a categoria. O próximo capítulo se dedica a acompanhar como a profissionalização de uma atividade que se organizou umas décadas antes abriu caminho para no contexto da CLT mobilizar as bailarinas em torno do desejo de fundar um sindicato.

CAPÍTULO 4. AS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS DAS BAILARINAS

Em janeiro de 1943, alguns jornais como o *A Noite*, o *A Manhã* e também a *Gazeta de Notícias* publicaram uma notícia sobre uma reunião que contou com a presença de quatrocentas bailarinas no restaurante *Assírio*, localizado no subsolo do Teatro Municipal. Com doces e refrescos, a mesa que orientou o trabalho na reunião contou com um comissário do Juízo de Menores, um advogado do Sindicato das Casas de Diversões, um membro do Instituto dos comerciários, um dos proprietários do cabaret *Assírio* e também uma bailarina chamada Carolina Thielo Vieira.

Além de autoridades e representantes de todas as casas de diversões do Rio de Janeiro, tomaram lugar na mesa também o juiz de menores Martins e Silva, representando o desembargador Saboia Lima, que só conseguiu chegar quando a sessão já se encerrava.

Também tomaram assento autoridades e representantes de todas as casas de diversões do Rio de Janeiro. Milton Edgard Guedes tomou a palavra em nome dos proprietários das casas de diversão. Também esteve presente o delegado Dulcídio Gonçalves. Ao final da sessão, o proprietário do dancing Assírio, Antonio Fontecillas, ofereceu a todos os convidados “sandwichs”, doces e refrescos.¹⁹⁰

A reunião tinha como objetivo a criação da “Casa da Bailarina”, uma “agremiação que congregaria todas as dançarinas profissionais de “cabarets”, “dancings”, etc., afim de lhes proporcionar assistência medica, dentária e social.”¹⁹¹ A mesa formada por funcionários e autoridades públicas de instâncias judiciais e executivas, empresários e uma bailarina decidiu por retirar uma junta provisória – sendo parte dela o Srs. Martins e Silva do Juízo de Menores e a bailarina Carolina – que teria então 15 dias para estabelecer um projeto de estatuto da nova associação.

Segundo a reportagem, a iniciativa da criação da casa da bailarina teria partido de funcionários de duas instâncias do poder público: instância do poder judiciário representada pelo Juízo de Menores, sob a figura do Sr. Martins e Silva e a instância do poder executivo, representada por funcionários do Departamento de Fiscalização de Diversões Públicas, que eram muito elogioso das políticas de amparo ao trabalhador do governo Vargas.

A imagem a seguir é um registro de um fotógrafo do jornal *A Manhã*, feito logo após a reunião:

¹⁹⁰ *A Noite*. 19 de fevereiro de 1943, ed 11145 p. 16.

¹⁹¹ *A Noite*, 30 de janeiro de 1943, edição 11125, p. 1, 3.

Figura 21: Foto das reunião das bailarinas, A Manhã (1943)



Não somente de funcionários públicos do governo se fez a reportagem. Em meio à reunião que contou com a presença de 400 bailarinas, o jornal *A Noite* colheu uma longa entrevista com uma bailarina, que teria pedido a palavra. Marina Neves contou que trabalhava como bailarina profissional há alguns anos e a criação de uma “agremiação de sua classe” seria um velho desejo. Apesar das antigas tentativas terem se frustrado, esta, ela acreditava, estaria destinada ao sucesso devido à presença e apoio dos proprietários das casas de diversões e da autoridade fiscalizadora – o Juízo de Menores - que foram prestigiá-las na reunião.

Figura 22: Foto da reunião das bailarinas, Gazeta de Notícias (1943)



Os registros fotográficos da reunião confirmam seu sucesso: das mais de 1000 bailarinas empregadas em *dancings* na cidade, 400 trabalhadoras estiveram presentes no espaço. Segundo Marina Neves, a sede da nova associação será, inclusive, cedida pelos proprietários junto do mobiliário. E as bailarinas, por sua vez, darão um dia de salário para as demais despesas da nova instalação. Para ela, seria uma emoção muito grande ver seu velho propósito tornar-se real:

- A jaqueira – planta nova – que acabamos de plantar, é possível, não dará frutos para mim. Quando surgirem os primeiros pomos talvez eu já não possa mais colhe-los. Mas sinto-me contente em poder ajudar aquelas que nos irão substituir um dia.¹⁹²

¹⁹² *Ibidem*, p. 3.

Figura 23: Reunião preparatória para fundação da Casa da Bailarina, A Noite (1943)



Segundo a reportagem, os idealizadores da “Casa da Bailarina” esperam que um dia, assim que possível, a associação possa se transformar em um sindicato de classe reconhecido pelas autoridades legais, sendo então uma “das primeiras agremiações oficializadas de mulheres no país.” Marina, como outras bailarinas, sonhava alto. Não apenas negociavam com seus empresários e patrões como também contavam com o apoio dos empresários e de funcionários públicos de diversas esferas políticas. Elas almejavam um respaldo para toda as profissionais de *dancings* e *cabarets* direito à salário justo, descanso e férias nos termos da CLT e assistência médico-jurídica para toda a classe.

A presença das autoridades públicas e governamentais poderia dar a impressão de que se tratava de um processo organizado e conduzido pelas autoridades. No entanto, a presença de Carolina na mesa, das palavras de Marina na reunião e na reportagem, e principalmente, a fotografia que mostrava as colegas que a cercavam são elementos para uma outra interpretação. Nesse sentido, pode ser inspiradora a proposta que Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro de que estudar os trabalhadores entre 1930 e 1964 pode

iluminar a maneira como

a invenção do trabalhismo foi reinventada pelos trabalhadores, de como foi pensada no Palácio do Catete e de como foi recebida nos salões dos clubes e associações operários, um jogo conflitante de classes sociais. Em primeiro lugar porque, os mesmos não são mais vistos como massas manipuladas pela urbanização, pela grande indústria, pelo empresariado multinacional, ou por líderes populistas.

Segundo porque, não são vistos como trabalhadores à espera do “arrocho salarial” para passarem a frequentar assembleias sindicais. Terceiro porque pesquisas cujos fios condutores são o dia-a-dia da comunidade, do local de trabalho, sindicatos e partidos podem explicar não só como sistemas patronais de dominação foram apropriados mas também como estratégias políticas vindas do alto são lidas e modificadas.¹⁹³

Nesse sentido, a partir dessa proposta, indagamos sobre as possibilidades de atuação política e social que existiram para essas mulheres. O objetivo deste capítulo é entender a experiência de organização sindical das bailarinas de *dancings* e cabarés entre 1943 e 1952, à luz das perspectivas e sentidos que elas atribuíram a esse processo. Assim, buscamos compreender como as experiências laborais das bailarinas apareceram em sua consciência de direitos. Esse processo será acompanhado por meio da imprensa, destacando principalmente o jornal *A Noite*, porque foi ele quem cobriu o surgimento da organização social desde o início com maior detalhe.

“A Casa da Bailarina”

Foi decidido que o dia 18 de fevereiro daquele ano de 1943 ficaria marcado como o dia da instalação da chamada “Casa da Bailarina”. Duas semanas antes da data, o jornal *A Noite* entrevistou o juiz de Menores, o Sr. Martins & Silva, isso porque ele foi “aclamado”, por unanimidade, como presidente da Comissão Organizadora da “Casa da Bailarina” até que fosse feita a eleição de sua diretoria definitiva.

¹⁹³ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45, 2002.

Figura 24: Foto das bailarinas falando com um repórter. A Noite (1943)



A entrevista buscava esclarecer o principal motivo da criação da organização social. O juiz de menores então explicou:

Não podia mais continuar a não ter personalidade a profissão das criaturas que dançam, enquadrando-se essa ocupação como qualquer outra honesta, para vencer a própria vida. Por que continuar a sofrerem dolorosas injustiças centenas de criaturas, isoladas da sociedade pelas barreiras de uma interpretação errada, apenas pelo feio crime de trabalharem nas casas de diversões?

Essa dolorosa interrogação, por si só, justifica a necessidade da nova organização social. É preciso que fique patente e perfeitamente esclarecido que uma Carteira Profissional de Bailarina não encobre nenhum outro meio de vida que não seja esse, real e rigorosamente honesto.¹⁹⁴

E também esclarecia os principais objetivos:

Vamos criar os departamentos médicos, odontológicos, ensino técnico e profissional (bailados clássicos e preparo de “girls” para teatros); socorros sociais, inclusive a proteção aos filhos das associadas: ensino primário, datilografia e idiomas (francês, inglês e espanhol); Caixa Funerária e um serviço organizado de assistência e catequese religiosa, sob cujos alicerces vão repousar os fundamentos da sua elevada finalidade moral.¹⁹⁵

Nas palavras de Martins Silva, a “Casa da Bailarina” surgia como

o legítimo órgão orientador e centralizador dessa profissão, com as linhas mestras e rigorosas de uma assistência social e moral, sobretudo, não sendo sindicato, mas associação civil de caráter beneficente.

¹⁹⁴ A Noite, 7 de fevereiro de 1943, ed 11133, p. 5.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

A *Gazeta de Notícias* também deu destaque à sessão. Na reportagem desse jornal, também ficou destacado pelo presidente da Comissão Organizadora que

A Casa da Bailarina não terá caráter de uma organização classista, nem funções de órgão sindical, sua atuação será de educação e de ordem moral e religiosa, frisando a importância da religião nesse empreendimento. Sua oração foi entrecortada de palmas.¹⁹⁶

A entrevista do presidente Martins e Silva apresentava a nova organização como uma associação civil que buscava prestar assistência social e moral às suas associadas e que seria guiada por valores religiosos. Apresentou, também, os principais valores que nortearam a atuação da organização, deixando claro que a nova organização social surgia com “finalidade tutelar”.¹⁹⁷

Em outra reportagem, cujo título era a “Sindicalização em massa das bailarinas do Distrito Federal”, Martins e Silva é questionado pelo repórter se a organização pretende adotar um caráter sindical, ao que responde:

Nunca pensamos nisso. Desde a sua fundação, até a confecção dos seus estatutos, o rumo a seguir foi sempre o de uma associação cultural e beneficente, com a colaboração de todas as pessoas interessadas no culto da arte dança e do bailado clássico. Não temos distinções de classes, patrões, empregados, intelectuais, todos podem contribuir para a nossa grandiosa obra, cuja cúpula radiante e forte é de fundo exclusivamente moral. E como não desejamos que explorassem maldosamente não pertencerem as bailarinas e dançarinas aos seus sindicatos de classe, é que, obrigatoriamente, pelos nossos estatutos, elas precisam ser sindicalizadas.¹⁹⁸

A resposta de Martins e Silva esclarece que a filiação sindical à qual o título da reportagem se refere não é a Casa da Bailarina, porque esta, nas palavras de Martins e Silva, surge como uma “associação cultural e beneficente.” Evidencia-se a obrigatoriedade de sindicalização no sindicato dos empregados em casas de diversões para elas pudessem se filiar à Casa da Bailarina:

Já nos entendemos com o presidente do sindicato dos empregados em casas de diversões e faremos a sindicalização em massa de todas as nossas associadas, em número de 800, aproximadamente, dividindo-as nos grupos pertencentes à Casa dos Artistas e as que devem ficar naquele sindicato, que as amparará nas questões trabalhistas. Fui um dos fundadores do sindicalismo brasileiro e não seria agora o demolidor da minha própria obra.¹⁹⁹

¹⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, em 19/02/1943, Ed. 42, p. 7.

¹⁹⁷ Rafaela Leuchtenberger, em seu artigo sobre as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores de Florianópolis, apresentou algumas situações, cujas associações mútuas tinham contribuição fundamental “no mundo do trabalho local, pela interferência direta nas relações de trabalho e na tentativa de disciplinar o trabalhador.”

¹⁹⁸ *A Noite*, em 25 de dezembro DE 1943, Ed. 11449, p. 17.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

A reivindicação de Martins sobre ser um dos fundadores do sindicalismo no Brasil se justifica pelo fato de ele ter sido um notório deputado. Em 1933, elegeu-se como representante dos empregados do livro e jornal. Em sua atuação na Assembleia Constituinte de 1934, trabalhou na elaboração da legislação trabalhista. Ainda em 1934, tornou-se presidente da Federação do Trabalho do Pará e do Partido Social Trabalhista Nacional. No mesmo ano, foi eleito deputado federal. Nesse mandato, foi o autor do projeto de criação da Casa Doméstica em 1936, da Casa dos Trabalhadores do Brasil, da Casa do Jornaleiro e do Instituto de Pesca e da Casa do Escoteiro, todos em 1937.²⁰⁰ A fala de Martins e Silva, junto de seu trajeto político em organizações de trabalhadores pode sugerir, acerca das autoridades envolvidas, como o Juiz de Menores, e também dos empresários, que estavam interessados em manter às bailarinas sob domínio de suas próprias organizações.

Nas intenções desse funcionário, o órgão atuaria prestando assistência médica e jurídica às suas associadas e, além disso, cumprindo um papel disciplinador e moralizante de todas as profissionais. Entretanto, as falas do Juiz de Menores contrastavam com as aspirações vislumbradas nas falas das bailarinas, como Marina que via no sindicato a possibilidade de alcançar maiores assistências e direitos sociais.

Mesmo assim, as palavras de Martins e Silva podem ser contextualizados à luz das contribuições de pesquisas que, apresentando os processos associativos do início do século XX, mostraram como a educação estava entre os valores mais importantes das mutuals.²⁰¹ As associações mutualistas do final do século XIX e também aquelas das décadas anteriores abriram caminhos para ação coletiva, como da Casa da Bailarina, “na medida em que ele proporcionou o acúmulo de experiências associativas por seus membros e propiciou o reforço de lideranças e expertises”.²⁰²

Por outro lado, Rafaela Leuchtenberger, em seu artigo sobre as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores de Florianópolis, apresentou algumas situações, cujas associações mutuals tinham contribuição fundamental “no mundo do trabalho local, pela interferência direta nas relações de trabalho e na tentativa de

²⁰⁰ ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-martins-e-silva>>. Acesso em: 02/03/2022

²⁰¹ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In.: M A C C O R D , Marcelo; B A T A L H A , Claudio H. M (orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

²⁰² *Ibidem*.

disciplinar o trabalhador.”²⁰³ Qual era o caso da “casa da bailarina”?

O presidente ainda almejava, um dia, poder reunir 1500 bailarinas na associação e respondendo sobre como colocaria todas essas ideias em prática, do ponto de vista financeiro, explicou que buscavam um “programa patriótico e moral, com a colaboração mútua das autoridades”, que as taxas mensais dos empregadores e dos associados garantiriam uma renda mensal. Além disso, buscariam promover festas em benefício da associação, como bailes de carnaval.

Com estes elementos, é possível compreender melhor o que ocorreu na sessão solene de fundação da associação. A sessão foi aberta com a “Marcha do Soldado”, tocada pelas orquestras dos *dancings* reunidas sob a regência do maestro Guilherme. Depois, foram ouvidas as palavras do representante dos proprietários das casas de diversões. Em seguida, a palavra foi passada para a representante das bailarinas e, por último, o discurso do presidente da Comissão Organizadora da Casa da Bailarina. A sessão foi encerrada com o “Hino Nacional, cantado por 500 bailarinas.”²⁰⁴

No dia seguinte, o jornal ainda repercutiu a sessão solene numa longa reportagem fotográfica:

Figura 25: Fundação da Casa da Bailarina, A Noite (1943)



²⁰³ LEUCHTENBERG, Rafaela. A influência das associações de socorros mútuos dos trabalhadores na Sociedade de Florianópolis (1886-1931). In: M A C C O R D , Marcelo; B A T A L H A , Claudio H. M (orgs.). Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

²⁰⁴ A Noite, em 18 de fevereiro de 1943, Ed. 11144.

Figura 26: Foto da reunião de fundação da Casa da Bailarina, Diário de Notícias (1943)



O registro fotográfico feito pelo *Diário* registrou a mesa diretora toda completa por homens, enquanto a plateia era ocupada por mulheres, aparentemente brancas e bem vestidas. Uma delas, bem na frente, parece estar acompanhada do filho. A reportagem do *A Noite* é importante porque situa os presentes na mesa da sessão e as importantes autoridades que a ocuparam. Seis meses depois da sessão de fundação, ocorreu a eleição da primeira diretoria da Casa da Bailarina. A eleição também ocorreu nos salões do Assírio, mais uma vez cedido pelo seu dono, Fontecillas, o que denota a participação direta, não só de autoridades públicas, mas também dos empresários. O resultado foi o seguinte:

Presidente: Luiz Martins da Silva; vice-presidente: Eros Volusia, um dos nomes mais brilhantes do “cast” da Urca; Diretor-Secretário: Flávio Rodrigues Silva. Para a diretoria foram escolhidos outros nomes de grande relevo nos nossos circuitos artísticos, dos quais destacamos os Srs Domingos Secreto, Fernando Bobles, Marcos de Abreu, Max Stukart e Vaslav Veltekek.²⁰⁵

A única mulher que compunha a direção era Eros Volusia, filha da poeta brasileira Gilka Machado, foi a primeira vice-presidente da organização. Ela ficou conhecida como a criadora do bailado expressionista brasileiro, muito inspirada pelo modernismo,

²⁰⁵ *A Noite*, 19 de agosto de 1943, ed 11322 p. 14

misturava diversos elementos da identidade nacional. Abaixo, uma foto de Volusia em destaque no *Diário da Noite* ao anunciar a eleição da primeira diretoria da Casa da Bailarina.

Figura 27: Foto de Eros Volusia, Diário da Noite (1943)



No final daquele importante ano de 1943 para as bailarinas, foi marcada a posse da primeira diretoria. A reportagem trazia a imagem do presidente Martins e Silva falando com o repórter do *A Noite* e destacava que a escolha daqueles nomes para a diretoria buscava inspirar confiança na execução do programa da nova associação. Isso porque dentre a diretoria, estariam grandes representantes da arte da dança, diretor dos bailados do Teatro Municipal, também Max Stukart, diretor artístico do Cassino Copacabana. Também Bobles e Flavio Rodrigues do Cassino da Urca, Marco de Abreu, reformador artístico do Cassino Atlântico, além da já citada Eros Volusia, filha de Gilka Machado.

A presença de Eros Volusia, uma importante dançarina dos bailados, enquanto vice-presidente da nova organização não parece ser mero acaso. Não foi escolhida como representante da Casa da Bailarina uma trabalhadora daquela categoria profissional, mas uma bailarina de projeção internacional. Vale lembrar das diferenciações da imprensa e da polícia entre o que consideravam a “verdadeira” bailarina, aquelas ligadas às “artes” e as bailarinas de *dancings*, estas associadas por esses homens à imoralidade, a prostituição e a criminalidade. Nesse sentido, a escolha de Eros Volusia é parte de uma intervenção política de construir uma imagem valorizada daquela categoria.

“As bailarinas também querem ter seu sindicato”

A fundação da Casa da Bailarina não parece ter solucionado o tema como teria gostado Martins Silva; antes, foi o ponto de partida da disputa com outras iniciativas. A falta de representação sindical institucionalizada das próprias bailarinas, e reconhecida pelo Ministério do Trabalho vai seguir como ponto central nos anos seguintes. Em 1944, uma bailarina identificada como Yóle falou ao jornal *A Noite* sobre o processo de toda a categoria para que elas deixassem de ser objeto e tornarem-se sujeitos, o que se traduziria na organização sindical de classe da própria categoria, reconhecida pelo Ministério do Trabalho:

- Apesar de todas as queixas – disse-nos – percebemos que os poderes públicos estão atentos na vigilância de nossos direitos. Graças ao Ministério do Trabalho já temos leis de controle de nossa saúde, trabalhistas e a justiça do trabalho. Deixamos dessa forma de ser objeto de exploração. Mais um passo, estaremos reunidos em torno de uma organização de classe. É justamente desta falha que resulta a falta de assistência e maior proteção social. O dia que tivermos advogados e bons médicos, estaremos devidamente garantidas. Felizmente, para alcançarmos esse objetivo falta muito pouco. Contando com o amparo do Ministério do Trabalho em breve estaremos amparadas em todos esses casos.²⁰⁶

De acordo com ela, as iniciativas prévias de garantia de direitos não entravam em antagonismo, mas antecipavam um passo seguinte de organização de classe. No entanto, não é possível, por esses fragmentos, saber se a fala de Yóle contempla sua percepção sobre a Casa da Bailarina. Mesmo assim, permite vislumbrarmos as múltiplas disputas organizativas no interior dessa categoria.

A demanda por organização por parte dessa categoria profissional ganha destaque na imprensa dentro de um contexto histórico e político da discussão da questão social no país, no momento da publicação do novo Código do Trabalho, em 1943. Como mostrou Ângela de Castro Gomes, criticando a “ideologia da outorga”, que atribuía a Vargas a concessão da legislação trabalhista, o Brasil não teve um Código de trabalho, mas uma **consolidação** das leis, fruto das conquistas dos trabalhadores ao longo do período anterior.²⁰⁷ Em agosto 1943, o jornal *O Radical*²⁰⁸ anunciava a publicação da

²⁰⁶ *A Noite*, em 06/05/1944, Ed. 11575, p. 10.

²⁰⁷ GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

²⁰⁸ O jornal *O Radical* (1932-1954) foi um matutino que se destacou pela defesa da Revolução de 1930, “no seio da classe trabalhadora”. E também por, em 1945, ser o porta-voz da campanha de defesa da permanência de Getúlio Vargas no poder. As suas notícias versaram, principalmente, sobre o mundo do trabalho, o sindicalismo e o noticiário policial. Ver mais em: FERREIRA, Marieta de Moraes. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

consolidação das leis de trabalho, sancionada pelo Presidente da República Getúlio Vargas através de um decreto-lei em 1º de maio daquele ano.

As leis entrariam em circulação por meio de grande tiragem para ser distribuída e exposta à venda em todo o país. O jornal *O Radical* além de explicar sua importância para o direito social brasileiro, ressaltou a questão dos artistas, destacando que os empregados no mercado de diversões – bailarinos, músicos, artistas de teatro, circos e variedades – também teriam direito a nova carteira profissional.²⁰⁹

A CLT é o resultado de uma longa história de demandas de trabalhadores desde o século XIX, que se desenvolveu também na Primeira República com a efervescência das greves operárias, mobilizações e negociações de diversas categorias de trabalhadores. Ao contrário do que é pensado pela “ideologia da outorga”, de acordo com a qual as leis trabalhistas foram uma doação do governo Varguista a trabalhadores, acomodados e burocratizados, os trabalhadores e o patronato foram atores históricos importantes e ativos desde a Primeira República na discussão e implementação das leis sociais e trabalhistas.²¹⁰ Pelo menos desde os últimos anos da segunda década do século XX, “o problema da legislação social era amplamente discutido pela câmara, pelo Senado e pelos órgãos representativos da classe empresarial e era objeto destacado nas reivindicações do movimento operário.”²¹¹

Nesse sentido, a CLT se estabelecia no país como resultado de uma relação de intensa negociação entre representantes dos trabalhadores e do empresariado. Para Gomes, sua aprovação, no entanto, foi o resultado dos esforços da burguesia como classe organizada.²¹² A CLT se estabelece, então, como um aperfeiçoamento do controle do Estado sobre os trabalhadores, desenhando no cenário político social uma reorganização das identidades coletivas em torno lógica “*Quem tem ofício, tem benefício*”. Com isso, as profissões organizadas vão crescer cada vez mais. O que o caso das bailarinas indica é que, além dos trabalhadores fabris e do comércio – já organizados em instituições de classe e mais estudados pela historiografia – outras categorias começam também a se organizar e demandar nos termos do próprio trabalho.²¹³

Por outro lado, como argumentou John French, a promulgação da CLT trouxera a

²⁰⁹ *O Radical*, 10 de agosto de 1943, edição 03971, p. 7.

²¹⁰ GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: 7letras, 2014, p. 61.

²¹¹ *Ibidem*, p. 37.

²¹² *Ibidem*.

²¹³ VERAS, Flavia Ribeiro. “Fábricas da alegria”: o mercado de diversões e a organização do trabalho artístico no Rio de Janeiro e Buenos Aires (1918-1934).

questão do direito trabalhista para o campo da legalidade, o que levou pesquisadores a se preocuparem excessivamente com “os legalismos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).” French propõe que, para entender a evolução do sindicalismo brasileiro no pós-guerra, compreendamos “a consciência do núcleo de ativistas operários que haviam sido atraídos para os sindicatos locais durante o estado novo.”²¹⁴ Nesse sentido, importa principalmente compreender de que maneira essa categoria que vinha num processo de profissionalização nos anos anteriores, foi se apropriando dos debates legais para alcançar suas demandas por melhores condições de trabalho e de vida.

Em janeiro de 1946, a *Revista da Semana* publicava uma reportagem sobre o que chamaram de “época das reivindicações”:

Metalúrgicos, padeiros, advogados, médicos, jornalistas, funcionários públicos, bancários, professores, comerciários, enfim todo um numeroso rosário de reclamações de profissionais desfia, diariamente, aos nossos olhos, clamando por uma solução justa. Agora são as bailarinas que surgem no ring das conquistas sociais, dispostas a alcançar o gozo de um mínimo de direitos. As bailarinas estão se organizando. E já se organizam tarde. Porque se há uma classe explorada, deshumanamente (sic), no Rio de Janeiro, esta é a das profissionais dos “dancings”.²¹⁵

Com essa reportagem, deram espaço para uma bailarina chamada Mercedes Gomes de Souza, que seria a “intérprete das queixas”. Mercedes teria ido a um vespertino contar como iriam se organizar e também que já teriam tentado organização em um sindicato, sobre o qual afirmou:

Se não chegou a defender-lhes os interesses, proporcionou, todavia, a um espertalhão que la se infiltrou, o financiamento de umas férias em Belo Horizonte. Agora, não. **Nada de calças** (grifo meu). O assunto tem que ser resolvido pelas interessadas. Depois da amarga experiência do sindicato frustrado, as bailarinas, que já não confiam muito nos seus pares, vão dançar a distância.²¹⁶

Não há explicações concretas nos jornais contando de que forma se deu o fim da Casa da Bailarina, mas existem esses indícios, como essa história contada pela *Revista* que sugere que houve diversos conflitos entre os organizadores do sindicato, a diretoria, e as associadas. Para as bailarinas, ainda havia a necessidade de uma associação que servisse para defender seus interesses e as experiências anteriores mostraram que o ideal seria uma organização própria, feita por elas e para elas.

²¹⁴ FRENCH, John. O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 –1950. São Paulo: Editora Hucitec. 1995, 133.

²¹⁵ Revista da semana, 26 de janeiro de 1946, ed 4, p. 6.

²¹⁶ *Ibidem*.

Entrando na lógica do regime: ser “cidadã com carteira e tudo”

A Casa da Bailarina surgiu com o propósito de ser uma organização social associativa de amparo assistencial à categoria profissional das bailarinas de *dancing* e cabarés, cujos valores morais e católicos orientaram aquela organização. Três anos depois daquela primeira reunião que fundou a Casa da Bailarina, o *Jornal do Brasil* publicava em suas páginas, no dia 04 de abril de 1946, o seguinte despacho:

A “associação profissional das bailarinas e dançarinas do Rio de Janeiro requereu o seu reconhecimento como Sindicato. O ministro do Trabalho proferiu o seguinte despacho: “atendendo ao que requereu a “Associação Profissional das Bailarinas e Dançarinas, do Rio de Janeiro”, com sede no distrito federal, pleiteando reconhecimento sindical, tendo sido comprimidas as exigências legais e regulamentares e nos termos do parecer do Departamento Nacional do Trabalho e de acordo com os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, reconheço a Associação em apreço sob a denominação de “sindicato das bailarinas e dançarinas do Rio de Janeiro”, como representativo da correspondente categoria profissional, dissociada da profissão – empregados de casas de diversões – empreendida no 4º grupo²¹⁷

A então “Associação profissional das bailarinas e dançarinas do Rio de Janeiro” requeria o seu reconhecimento enquanto única representante da categoria profissional das bailarinas. Não sabemos se entre 1944 e 1946, a Casa da Bailarina continuou existindo. Sabemos que aquela organização exigiu a sindicalização obrigatória das bailarinas ao sindicato dos empregados de diversões, para que elas pudessem se filiar à organização. O que importa é que o novo sindicato que surge em abril de 1946 nada tem a ver com aquela organização liderada por empresários e autoridades públicas.

Três anos depois do surgimento da Casa da Bailarina, repercutia entre as elas, como apareceu na entrevista de Yóle, a necessidade de um sindicato próprio, reconhecido legalmente enquanto sindicato de classe. Ao reconhecer o Sindicato das bailarinas e dançarinas do Rio de Janeiro como representante dessa categoria profissional, Otacílio Negrão de Lima, então Ministro do Trabalho do Governo Dutra, também reconhecia as bailarinas como uma profissão à parte, digna de reconhecimento pelo Estado.

A organização do sindicato estabelecia uma série de requerimentos para organizar o mercado de trabalho daquela categoria. Com isso, para trabalhar em um *dancing* ou cabaré, primeiramente,

a candidata tem que ser maior de idade, contando pelo menos dezoito anos completos. Se nunca trabalhou, vai primeiro ao Ministério do Trabalho tirar a

²¹⁷ *Jornal do Brasil*, em 4 de abril de 1946, p. 11.

carteira profissional. Após disso deve ir ao Sindicato das Bailarinas e Dançarinas do Rio de Janeiro afim de sindicalizar-se. Aí recebe outra carteira. Não está pronta ainda. Precisa de outro documento essencial: autorização da Delegacia de Costumes, localizada à Avenida Mem de Sá. Novamente outa carteira para o seu “dossier”. No distrito policial em que mora deve a candidata tirar um atestado de bons antecedentes. Com as três carteiras e mais o atestado, a pequena pode se candidatar ao lugar de bailarina em qualquer “dancing”.²¹⁸

Apesar da organização três anos antes, somente em 1946 o sindicato foi oficialmente reconhecido pelo governo. A vigilância policial durante esse tempo nunca deixou de ser um imperativo. Entretanto, é no mesmo ano de fundação do sindicato das bailarinas que a Delegacia de Costumes passa a ser a responsável por fichar todas as bailarinas e se constituir como organizadora da atividade laboral dessas mulheres. Mas, nesse momento, em 1946, a sindicalização entra como mais um recurso no leque de possibilidades dessas mulheres. O ano não é casual. Getúlio Vargas havia sido deposto meses antes e Eurico Gaspar Dutra assumira a presidência em janeiro de 1946. O fim do período ditatorial do Estado Novo destampa as lutas dos movimentos político-sociais e abre-se então um espaço de grandes mobilizações políticas com fortes demandas sociais.²¹⁹

A promulgação da CLT em 1943 e o novo Ministério do Trabalho constituíram-se enquanto aparato institucional para a oportunidade de se concretizar a demanda de uma categoria que há muitos anos esteve atenta aos seus direitos e reivindicavam o que era justo. Além disso, o fim da ditadura do Estado Novo deu vazão à uma série de lutas e mobilizações por direitos, e o período pós-guerra trouxe, em um sentido institucional, uma ampliação do repertório de ação para uma diversidade de trabalhadores que até então negociavam suas condições de trabalho em outras arenas, como no associativismo mutualista.

É, portanto, no contexto da lógica do “*quem tem ofício, tem benefício!*”, que as bailarinas sabem que possuem “direito ao direito” e aproveitam os debates políticos e as leis estabelecidas para entrar na lógica do regime de uma cidadania que passaria por ter uma carteira de trabalho reconhecida pelo Estado.

²¹⁸ Revista da Semana, em 10 de maio de 1947, ed 19.

²¹⁹ Ver mais em: FONTES, Paulo; PIRES, Isabelle. A "Revolução de 30" e os sindicatos: história e historiografia do trabalho; FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano; FORTES, Alexandre. NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, Trabalho e cidadania no Brasil; FRENCH, John. O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 –1950.

A primeira assembleia e a grande festa de posse: um sindicato de mulheres

Em sua pesquisa sobre o comportamento eleitoral das mulheres em São Paulo nos anos 1950, Murilo Leal Pereira conta que os sindicatos operários reproduziam os padrões das relações de gênero. Nas mesas diretoras e nas reivindicações só se viam, majoritariamente ou mesmo exclusivamente, os homens. A indústria têxtil, que contava com grande presença de mulheres, cujas vozes se faziam ouvir nas assembleias sindicais dos anos 1950. Isso, segundo Leal, era um acontecimento na história sindical, “uma vez que, durante o período do Estado Novo, as mulheres não falavam nas assembleias e pouco compareciam.”²²⁰

É importante que, a partir de nossa pesquisa, possamos situar a questão das bailarinas junto ao debate sobre a História do Trabalho e a História Sindical. É verdade que o sindicato das bailarinas foi oficializado após a queda do Estado Novo. No entanto, é importante destacar que as demandas, as vozes e as lutas por reconhecimento das bailarinas já se faziam ouvir nos anos anteriores, o que joga contra as noções de que somente determinadas categorias profissionais estiveram presentes nas disputas dos processos políticos. Como Fraccaro pontuou,

seja por meio das ligas ou fora delas e dos sindicatos, a participação das mulheres na força de trabalho e na organização social, dita enfraquecida por alguns, se alastrou pelos anos 1920.²²¹

A primeira assembleia geral do Sindicato das Bailarinas e dançarinas do Rio de Janeiro aconteceu no dia 30 de novembro de 1946. O edital de convocação, assinado pela então presidente Mercedes Gomes de Souza foi publicado no *Jornal do Comércio* no dia 28 de novembro. Também o *Jornal do Brasil* e o *Diário de Notícias* destacaram a realização da assembleia que elegeria a diretoria e o conselho fiscal para o biênio 1946-1948, além de prestar as contas e discutir a previsão orçamentária para o ano seguinte. O evento aconteceria na sede do Sindicato dos Oficiais Barbeiros, na famosa Praça Tiradentes.²²²

²²⁰ PEREIRA NETO, M. L. Eleitoras: participação política e comportamento eleitoral feminino nos anos 1950 em São Paulo. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, p. 9, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e74609. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/74609>. Acesso em: 29 dez. 2021.

²²¹ Fraccaro, Gláucia Cristina Candian Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História* [online]. 2017, v. 37, n. 76 [Acessado 28 Dezembro 2021], pp. 83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-04>>. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-04>.

²²² *Diário de Notícias*, em 28/11/1946, ed. 7392, p. 9; *Jornal do comércio*, em 28/11/1946, ed. 50, p. 12; *Jornal do Brasil*, em 28/11/1946, ed. 279, p. 11.

Não há, nos jornais, os nomes da recém eleita diretoria do Sindicato. Há, porém, alguns indícios de quem assumiu aquele biênio. Uma reportagem da *Revista da Semana*, em 1947, que contava sobre a experiência de ser bailarina de dancing na cidade, contava que D. Ana Carpini era ex-bailarina e que naquele ano era a atual presidente do sindicato e dedicava-se “inteiramente ao órgão que ajudou a fundar.”²²³ Também um único documento do sindicato, uma carteira de uma associada chamada Maria de Lourdes, confirma que no ano de 1947, era mesmo Ana Carpini a presidente.

Figura 28: Carteira Sindical de Maria de Lourdes de Moraes Behr



Também esse documento do sindicato, encontrado na base de dados do Arquivo Nacional, no fundo da Delegacia de Costumes, nos indica além do nome da presidente, também o nome da tesoureira, que apesar de difícil leitura, confirma-se na comparação entre a assinatura no documento do sindicato e a assinatura em sua ficha de bailarina na 2ª delegacia auxiliar. Abaixo uma comparação dos dois documentos, que ajuda na comparação da assinatura. O documento representado na figura 29 é o verso da carteira do sindicato de Maria de Lourdes, com a assinatura da tesoureira. O documento correspondente a figura 30 é a ficha de Anizia Lopes, na 2ª delegacia auxiliar da Polícia Civil.

²²³ Revista da Semana, em 10 de maio de 1947, Ed 19.

Figura 29: Verso da carteira sindical de Maria de Lourdes de Moraes Behr

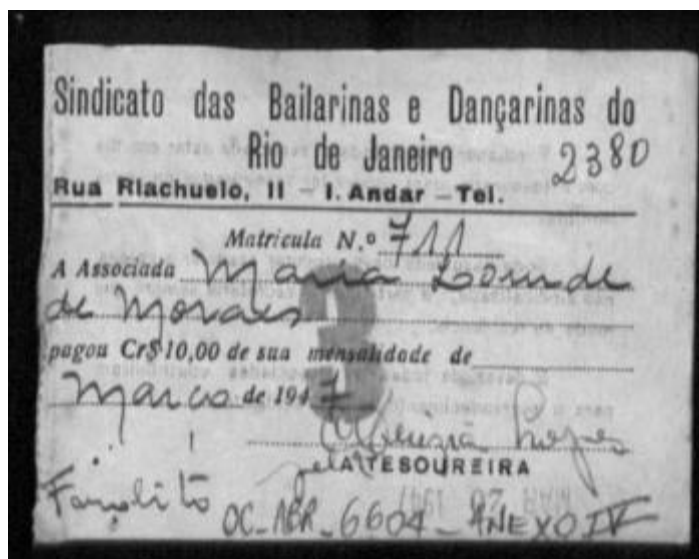
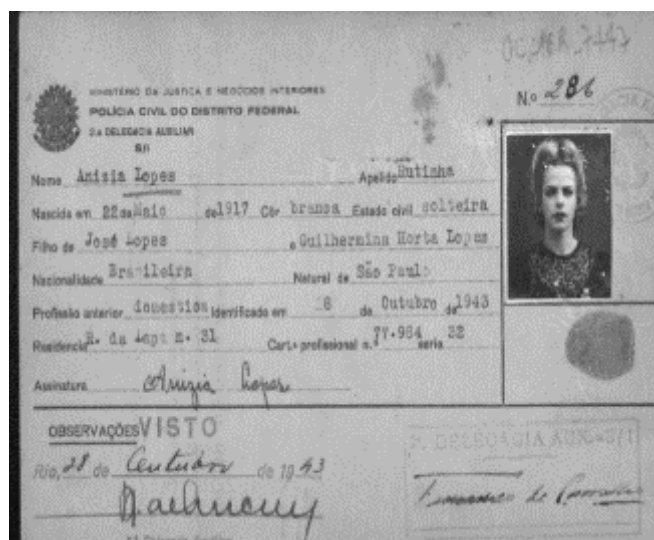


Figura 30: Ficha da bailarina Anizia Lopes



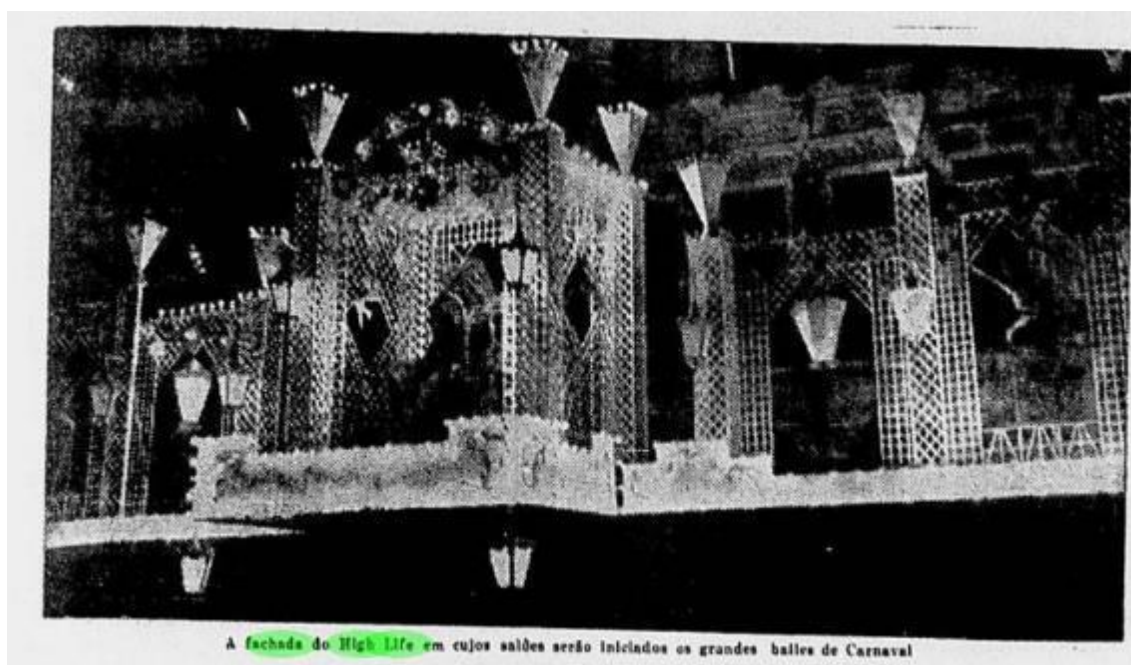
O mês seguinte seguiu sendo de grande agitação. Dessa vez, o evento era a festa de posse da nova diretoria do sindicato “recém reconhecido pelo Ministério do Trabalho”.²²⁴ Os jornais *Tribuna Popular*, *A Noite* e *Gazeta de Notícias* anunciavam cerimônia solene de posse da primeira diretoria que se realizaria num domingo, 29, nos famosos e amplos salões do velho palácio do clube *High Life*, que recebia os bailes carnavalescos da cidade, na rua Santo Amaro no bairro da Glória. A grande festa seria

²²⁴ *A Noite*, em 28/12/1946, ed. 12452, p. 9.

marcada pela coroação da “rainha” e as “princesas”, com muita música e presença de importantes funcionários do Ministério do Trabalho, jornalistas e convidados.²²⁵

Segundo Leal, que recorreu ao estudo de Mirta Lobato²²⁶ sobre as rainhas e princesas do trabalho sob o peronismo na Argentina, estas ocasiões, embora destacassem “o papel da mulher trabalhadora, “reforçavam uma identidade de gênero associada à “beleza”, “humildade”, “bondade”, qualidades associadas ao trabalho doméstico e à subalternidade.”²²⁷ No sindicato das bailarinas, as “rainhas” e “princesas” não eram exatamente “dos trabalhadores” no masculino, mas das próprias bailarinas e dançarinas.

Figura 31: Fachada do High-life, A Noite (1942)



A atuação do sindicato

²²⁵ A Noite, em 28/12/1946, ed. 12452, p. 9; Gazeta de Notícias, em 29/12/1946, ed. 304, p. 7. Tribuna Popular, em 28/12/1946, ed. 483, p. 5.

²²⁶ LOBATO, Mirta Zaida; DAMILAKOU, María; TORNAY, Lizel. Las reinas del trabajo bajo el peronismo. In: LOBATO, Mirta Zaira (ed.). Cuando las mujeres reinaban: belleza, virtud y poder en la Argentina del siglo XX. Buenos Aires; Editorial Biblos, 2005.

²²⁷ PEREIRA NETO, M. L. Eleitoras: participação política e comportamento eleitoral feminino nos anos 1950 em São Paulo. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 5, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e74609. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/74609>. Acesso em: 29 dez. 2021.

A posse da primeira diretoria do sindicato no interior do salão do *High Life* já indicava a dimensão da atuação do sindicato no lazer da cidade. O clube *High Life* seria, nos anos seguintes, um dos palcos das grandes atrações promovidas pelo sindicato. As festas, os bailes carnavalescos, as eleições de “rainhas” e os coquetéis contavam com o anúncio animado da imprensa.

Em 1º de fevereiro de 1947, o *Diário de Notícias* anunciava na sessão de cultura, junto de outros anúncios de bailes, peças teatrais e outras atividades culturais, o baile de carnaval das bailarinas. O evento promovido pelo Sindicato das Bailarinas e Dançarinas do Rio de Janeiro além de escolher a Rainha do Carnaval daquele ano, também premiaria a melhor fantasia nos salões do *Samba-Danças*.²²⁸

Uma semana depois, os principais jornais da cidade anunciavam os bailes carnavalescos que aconteceriam nos próximos dias. Nos festejos do momo, o Sindicato das bailarinas promoveria, o que se chamou de “carnaval das bailarinas”, uma série de cinco festas, entre eles, um “*cock-tail*” em homenagem aos cronistas carnavalescos também nos salões do *Samba-danças*, cedido por seus proprietários para a realização dos bailes.²²⁹ Ainda no primeiro ano de funcionamento do sindicato, o órgão promoveu dois vesperais dançantes para a instalação de serviços médicos e dentários.²³⁰ A *Revista da Semana* chamava atenção para a existência de mais de 1 ano do sindicato, cuja atuação e objetivos se inseriam na necessidade de “elevar o nível moral e intelectual” das bailarinas. Uma secretária do sindicato contou que:

maioria das bailarinas é constituída por analfabetas. Existem sindicalizadas até hoje setecentas e cinquenta bailarinas e ainda não inscritas no órgão de classe, aproximadamente, umas trezentas. Não há duvida que muito terá ainda que trabalhar o sindicato.²³¹

A preocupação da secretária ainda incidia na assistência médica e dentária:

Dois médicos, um de clínica geral e outro ginecologista, atendendo tres vezes por semana – somente na parte da tarde – representam assistência é irrisória para as setecentas e tantas pequenas. O mesmo acontece com o dentista, que apenas tem a obrigação de fazer obturações ligeiras. Essa assistencia está ainda muito longe da necessária. D. Ana Carpini, atual presidente do sindicato, ex-bailarina, deve se dedicar inteiramente ao órgão que ajudou a fundar.²³²

²²⁸ *Diário de Notícias*. 01 de fevereiro de 1947, ed. 7446, p. 9.

²²⁹ *Jornal do Brasil* 7/2/1947 ed 32 p. 9; *Diário de Notícias* 7 de fevereiro de 1947, ed 7451, p. 6; *Gazeta de Notícias*, 07/02/1947, Ed. 32, p. 6; *O jornal* dia 08/02/1947 ed08215 p. 6.

²³⁰ *Diário de Notícias* 26/08/1947 ed 7618 p. 9. *Diário de Notícias* 26/09/1947 ed 7645 p. 11.

²³¹ *Revista da Semana*, 10/05/1947, ed. 19.

²³² *Ibidem*

É reforçado ainda que as bailarinas estavam dispostas a arcar com aumentos de mensalidade do sindicato, desde que o aumento trouxesse benefícios e suprissem as suas necessidades.

A contribuição sindical sobre a sete mil e quinhentos cruzeiros mensais e dentro de alguns meses estará passando da casa dos dez mil. Se isto não for suficiente será aumentada a taxa mensal, pois as bailarinas poderao e estarao dispostas a pagar mais, desde que usufruam reais benefícios de sindicato.²³³

A atuação do sindicato não se esgotava em festejos e assistências. Em abril de 1947, ele realizou “sob o patrocínio do serviço de recreação operária”, uma excursão à Ilha de Brocoió, que se localiza no interior da Baía de Guanabara, saindo da Praça XV.²³⁴

Logo que iniciou o ano de 1948, mais uma festa foi promovida no espaço do Samba-Danças, com o apoio financeiro da comissão de carnaval.²³⁵ No mesmo ano, os jornais enfatizavam o apoio que o sindicato vinha recebendo de vários setores da sociedade civil. Entre as colaborações estaria a suspensão das atividades de todas as “casas do ramo” nos dias de festa para que todas as bailarinas da cidade pudessem estar presentes.²³⁶ O ano seguinte, foi marcado pelo chamado “grito de carnaval das bailarinas”, anunciado em vários jornais da capital. A festa foi uma grande homenagem às associadas do sindicato e promoveu concursos de fantasias com prêmios em dinheiro, cujo júri contava com artistas, modistas e jornalistas. As festas eram sempre animadas com grandes orquestras na “ampla e arejada” sede do Samba-Danças.²³⁷

Acompanhando os anos de festejos do sindicato é difícil não imaginar com quem elas aprenderam e assim relembrar os clubes dançantes que se espalharam pela cidade nas primeiras décadas republicanas, e que se tornaram espaços de associações recreativas de trabalhadores que uniam dança, lutas por direitos e redes de solidariedade.²³⁸ As bailarinas também tinham a preocupação e cuidado com bailarinas que vinham a falecer sem poder contar com parente algum e o sindicato auxiliava no pagamento e na

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ Jornal do Brasil, em 11 de abril de 1947, ed. 83, p. 7.

²³⁵ Diário Carioca, 29/01/1948, ed 6010, p. 7; Gazeta de Notícias, 29/01/1948, ed 24, p. 16.

²³⁶ A Manhã, 20/11/1948, ed 2235 p. 11; Diário de Notícias, 21/11/1948, ed. 8000, p. 6; A Noite, 22/11/1948, ed 13035 p. 24.

²³⁷ Diário de Notícias 10/02/1949, ed 8067, p. 14; Diário Carioca 11/02/1949, ed 6328, p. 7; Gazeta de Notícias 11/02/1949, ed 35, p. 7; Diário de Notícias 16/02/1949, ed 8072, p. 14; Diário de Notícias, 17/02/1949, ed 8073, p. 15.

²³⁸ REVLATT: POPINIGIS, Fabiane; SOUZA, Robério Santos; MORAES, Renata. Apresentação do dossiê: “Associativismo e experiências negras nas lutas por direitos nos mundos do trabalho”. Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlat>. Acesso em: 29/01/2022.

organização dos funerais. Em 9 de março de 1947, o jornal *A Manhã* publicou a notícia do súbito falecimento da bailarina Vanda Fernandes da Silva. A bailarina era natural do Estado do Ceará e nenhum familiar apareceu para retirada do corpo. Assim, o sepultamento foi custeado pelo sindicato.²³⁹

A reorganização de 1948

No dia 12 de maio de 1948, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Comércio* noticiaram uma intervenção no sindicato por parte do Ministro do Trabalho, o Sr. Morvan Dias de Figueiredo. O motivo era a renúncia coletiva da diretoria do sindicato.²⁴⁰

O *Diário da Noite* fez uma longa reportagem contando sobre a ação de assistência do sindicato, mas, na verdade, a notícia da ação assistencial era um pano de fundo para o objetivo da reportagem de contar toda a história daquela organização sindical desde seu início, em 1946 até aquele momento, quando a organização passava por uma reorganização:

organizou-se um sindicato das profissionais da dança. Por diversos motivos essa organização não mereceu interesse. E continuou funcionando até a pouco tempo, época que a diretoria resolveu demitir-se totalmente. O ministro do Trabalho, em face da grave situação das dançarinas, resolveu solicitar do diretor do departamento nacional do trabalho um exame da situação daquela organização. Foi designado, então, o dr. Ernani de Oliveira, que imediatamente aconselhou as medidas necessárias e, em portaria n. 136, de 30 de abril do corrente ano foram designados para uma junta governativa a fim de dirigir essa entidade.²⁴¹

Não sabemos as razões pelas quais a diretoria do sindicato das bailarinas se demitiu, pois infelizmente as notícias sobre a renúncia não abordaram as causas e motivos. O que sabemos é que naquele 30 de abril de 1948 o Departamento Nacional do Trabalho organizou uma junta governativa provisória no dia 30 de abril. Essa junta governativa, designada por Ernani de Oliveira, em nome do DNT, foi trabalhando para, neste curto período, prestar assistência e auxílio às profissionais que necessitassem.²⁴² Durante 15 dias, a entidade foi dirigida por Zulmira Soares de Oliveira como presidente; Augusta da Conceição como secretária, e Ivone dos Santos como tesoureira.

No dia 5 de maio, essa mesma junta tomou posse para que o sindicato voltasse a

²³⁹ *A Manhã*, 09/03/1947, ed. 1712, p. 9.

²⁴⁰ *Diário de Notícias*, em 12 de maio de 1948, Ed 7835, p. 9; *Jornal do comércio*, em 12 de maio de 1948, Ed. 187, p. 5.

²⁴¹ *Diário da Noite*, 15/05/1948, ed 4599, p.5.

²⁴² *Diário da noite*, 15/05/1948, ed 4599, p. 5.

funcionar de acordo com os trâmites legais.

Essa junta tomou posse no ministério do trabalho, na presença de autoridades trabalhistas e ex-membros da diretoria do Sindicato das Bailarinas e Dansarinas (sic) do Distrito Federal, que até então, funcionava ilegalmente.²⁴³

Figura 32: Posse da diretoria do Sindicato das Bailarinas, Diário Carioca (1948)



Ao assumirem formalmente a diretoria do sindicato, as três dedicaram-se a estudar as necessidades e soluções para os principais problemas das profissionais.

Numa reunião presidida por Zulmira Soares de Oliveira, o repórter observou o interesse desta líder das dançarinas em resolver os problemas da classe que apresentam mais urgência de solução, entre os quais, a educação, elevando o seu nível social e moral; assistência médica, ajuda farmacêutica e hospitalar, dentaria e jurídica; melhoria de salários para elevação do custo de previdência melhoramentos das condições higiênicas dos estabelecimentos e etc.²⁴⁴

O primeiro caso de assistência a uma bailarina após a reorganização do sindicato, segundo a reportagem, teria sido à Lourdes dos Santos. A bailarina sofreu uma queda e fraturou a perna esquerda. Assim que a junta governativa do sindicato soube do acidente foi assistir a associada, que não precisou se preocupar com nenhuma despesa, “pois o

²⁴³ *Ibidem.*

²⁴⁴ *Ibidem.*

Sindicato está vigilante e não a deixará passar necessidades.”²⁴⁵ A presidente do sindicato, Zulmira, além de cuidar das demandas administrativas, foi pessoalmente na casa de Lourdes prestar assistência e solidariedade. A reportagem, que também foi à casa de Lourdes, colheu uma entrevista da presidente “no canto da cozinha, onde ela preparava qualquer coisa para Lourdes”, sua companheira de trabalho:

- É isso mesmo. Vou trabalhar com afinco para consertar o Sindicato e pôr tudo nos eixos. Nós não podíamos continuar como estávamos, abandonadas e sem a assistência de uma associação de classe que nos amparasse nas horas difíceis, elevando o nosso moral e evitando-nos vexames desnecessários.²⁴⁶

Zulmira Soares, segundo sua ficha de bailarina registrada na 2ª delegacia auxiliar da Polícia Civil em 1943, era uma mulher de 25 anos, casada, cujo apelido era “Darcy”. Já havia residido na rua Santo Amaro, na Glória. E também na rua da Lapa. Antes de ingressar no Samba-Danças como bailarina, Zulmira há havia trabalhado como empregada doméstica.²⁴⁷ Ao dar uma entrevista sobre os desafios de estar à frente de um sindicato, Zulmira está cozinhando. Já Lourdes foi registrada no leito, com uma boneca no colo e explicou ao repórter que seria para recordar de uma filha que já havia morrido.²⁴⁸

No primeiro capítulo, examinamos como as mulheres bailarinas ao serem acusadas de imorais por trabalharem em dancings, utilizavam do trabalho doméstico para referenciar a própria moralidade. No caso de uma bailarina que precisava ser assistida pela organização, mais uma vez, é o trabalho doméstico que toma a cena. Vimos anteriormente que a maioria das bailarinas eram chefes de família: elas trabalhavam como bailarinas, sustentavam a casa e se dedicavam também aos trabalhos de cuidados e de reprodução social.

Lourdes era uma mulher identificada pela polícia como “parda”, que aos 24 anos migrou da cidade de Salvador na Bahia rumo ao Rio de Janeiro para trabalhar no Samba Danças. Ela apresentou um documento de identificação da cidade de São Salvador datado de março de 1946, cinco meses antes de ser registrada como bailarina pela polícia no Rio de Janeiro.²⁴⁹ Lourdes, apelidada de “baianinha”, sofreu um acidente em maio de 1948, quando fraturou a perna. Ao se ver incapacitada de ir trabalhar, a bailarina ficou também

²⁴⁵ Diário da noite, em 15/05/1948, ed 4599, p. 5

²⁴⁶ Diário da noite, em 15/05/1948, ed 4599, p. 5

²⁴⁷ Ficha de bailarina de Zulmira Soares de Oliveira. OCABR4939. Fundo delegacia de costumes e diversões. Arquivo Nacional.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Ficha de bailarina de Lourdes Santos. OCABR5494. Fundo delegacia de costumes e diversões. Arquivo Nacional.

sem o apoio aos cuidados domésticos.

Nesse sentido, ao pensar nas funções e obrigações de um sindicato de classe, as mulheres indicavam também que era função do sindicato fornecer cuidado e apoio familiar. Mais uma vez, as bailarinas, ao explicitarem suas demandas, expõem também as questões de gênero, pois pensar em cuidados assistenciais de uma organização de classe, é o cuidado doméstico e afetivo que aparece. Quando Lourdes adoecer, não é apenas a assistência médica que aparece, mas também a assistência doméstica. É no cuidado do lar de uma bailarina enferma que a presidente do sindicato, Zulmira, aparece falando dos problemas, desafios e questões referentes a atuação do sindicato.

Figura 33: Foto de Zulmira Soares, Diário da Noite (1948)



A foto acima registra a bailarina Zulmira organizando a louça usada para preparar o alimento de sua companheira de trabalho, Lourdes. Isso é muito significativo, porque o jornal esteve muito preocupado em contar das questões burocráticas da organização, mas, ao fazer um registro fotográfico, revelou uma grande preocupação das bailarinas: além de garantir o sustento familiar, ter tempo de dedicar-se aos serviços domésticos.

As fotos, ao captarem cenas que nos ajudam a exergar muito além do que as próprias bailarinas diziam, a forma como o jornal organiza sua reportagem, suas fotos e seus títulos de notícias também deixam escapar outras dimensões dessa relação. O *Diário da Noite* informa que a bailarina Lourdes segurava uma boneca no colo para lembrar a

própria filha que havia falecido.

Figura 34: Foto de Lourdes Santos, Diário da Noite (1948)



Mas quando o jornal insere a descrição da foto, é o nome de Zulmira, presidente do sindicato, que aparece. A descrição do jornal a respeito das bailarinas nos ajudou a perceber que a foto acima registra a bailarina enferma. Também as fotos 3x4 presentes nas fichas da bailarina Lourdes e da bailarina Zulmira, registradas na Delegacia de Costumes, confirmam que o jornal sequer tinha preocupação em ser cuidadoso na identificação de cada personagem das histórias que contavam. A seguir apresentamos as fotos das bailarinas presentes no registro da Delegacia, que nos ajudam a perceber que a bailarina lavando a louça trata-se de Zulmira, enquanto a bailarina que segura a boneca, é a bailarina Lourdes que está recebendo assistência do sindicato.

Figura 35: Foto de Lourdes Santos em sua ficha de bailarina



Figura 36: Foto de Zulmira Soares Oliveira em sua ficha de bailarina



No mesmo ano de 1948, uma “tragédia no Hotel Vera Cruz” como chamaram os jornais, mobilizou uma rede de ajuda mútua. O assassinato da bailarina Dalva Pereira Gomes pelo seu companheiro, mobilizou uma rede de solidariedade. Uma longa reportagem sobre o crime no *Diário da Noite* anunciou que o Sindicato das bailarinas em uma “iniciativa humanitária” custeou o funeral, “apesar da morta não ter sido sua associada”.²⁵⁰

²⁵⁰ *Diário da Noite*, 6/09/1948, ed 4747, p. 28.

A notícia foi desmentida em uma edição dias depois, a pedido da presidente do sindicato. D. Augusta da Conceição Costa fez questão de deixar claro ao público que o funeral não foi pago pelo sindicato. Para que não houvesse “juízos apressados”, esclareceu que os custos do funeral de Dalva foi um “gesto altamente humano” de suas colegas para que Dalva, que não era associada ao sindicato, não fosse enterrada como indigente.²⁵¹

O fim da experiência sindical

Em 1952, os principais jornais da cidade anunciavam em suas páginas a extinção do sindicato das Bailarinas e Dançarinas do Rio de Janeiro. Segundo os veículos de imprensa, o sindicato precisou ser extinto por falta de mobilização das associadas e inúmeras dívidas. A notícia do fim da organização foi publicada em vários jornais. Em 4 de janeiro daquele ano, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca* anunciaram a aprovação do parecer da Junta Governativa do sindicato, pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho. O parecer propunha a extinção do sindicato e a volta das associadas ao Sindicato dos Empregados nas Casas de Diversões, entidade à qual as bailarinas já haviam sido filiadas em 1943. Segundo o *Diário Carioca*, apesar de existir há 5 anos a entidade não teria despertado o “interesse de classe” das associadas.²⁵²

Nos dias 20 e 21 maio de 1952, os jornais informaram que o Ministro do Trabalho, Sr. Segadas Viana, atendendo ao pedido do Sindicato das Bailarinas e Dançarinas do Rio de Janeiro, mandou cancelar a carta sindical da associação. A justificativa, segundo o jornal *A Noite*, o *Diário Carioca* e o *A Manhã*, seria a fusão do Sindicato das bailarinas com o Sindicato dos empregados em casas de diversões.²⁵³ O *Diário de Notícias*, no entanto, não falou em “fusão”, mas sim de um pedido das próprias bailarinas que teriam tensionado a filiação ao Sindicato dos Empregados em Casas de Diversão do Rio de Janeiro.²⁵⁴

Quando o anúncio do fim do Sindicato foi concretizado, não faltaram críticas à organização das bailarinas. O presidente do Sindicato dos empregados em Casas de Diversões, Raimundo Rocha, falou ao *Última Hora* que o

Sindicato das Bailarinas e Dançarinas foi fundado em 1946, com uma categoria profissional de 1000 mulheres, nada mais conseguiu do que umas 300 socias. Essas mulheres pertenciam ao nosso sindicato e influenciadas por um grupo de

²⁵¹ *Diário da Noite*, 10/09/1948, ed 4751, p. 18.

²⁵² *Diário Carioca*, 04/01/1952, 7212, p. 12.

²⁵³ *A Noite*, 20/03/1952, ed 14048, p. 3; *Diário Carioca*, 20/03/1952, 2275, p. 12; *A Manhã*, 20/03/1952, ed 3259, p. 2.

²⁵⁴ *Diário de Notícias*, 21/03/1952, ed 9017, p. 6.

proprietários de dancings, interessados em monopolizar um determinado número de mulheres conseguiram a fundação do órgão. Passaram-se os anos e o sindicato, nesse período, nunca conseguiu realizar uma só eleição e conseqüentemente foi sempre governado por uma Junta Comprovado o desinteresse pelo órgão viu-se a atual diretoria obrigada a requerer ao ministro do Trabalho, sua dissolução.²⁵⁵

Ainda que fossem 300 mulheres associadas num total de 1000, o número não seria nada irrelevante ao contrário, é quase um terço do total. Entretanto ao dizer que o sindicato de uma categoria profissional de 1000 mulheres, “só” teria conseguido 300 sócias, Rocha inverteu os números, pois em notícia já abordada anteriormente, como na *Revista da Semana*, em 1 ano de existência, o sindicato já havia filiado mais de 700 bailarinas, enquanto apenas 300 mulheres não haviam se associado à entidade sindical.²⁵⁶ Podemos inferir, portanto, que o objetivo do presidente do sindicato dos empregados em casas de diversões ao mentir sobre o números de filiadas ao sindicato das bailarias era desqualificar as bailarinas como capazes de se organizarem sindicalmente.

Também não é verdade que o sindicato foi sempre “governado por uma Junta”. Demonstramos anteriormente que isso ocorreu somente em 1948, num processo de reorganização, e que anteriormente o processo de posse foi feito através de uma eleição. Ao dizer que as mulheres eram influenciadas pelos empresários e logo em seguida enfatizar que elas faziam parte do sindicato ao qual ele presidia, o que parece é que Raimundo Rocha, enquanto presidente do Sindicato dos empregados das Casas de Diversões ficou bastante insatisfeito com a saída das bailarinas de sua organização e aproveitou a oportunidade para desqualificá-las.

Em verdade, a relação das bailarinas com os empresários dos *dancings* nunca foi de submissão. Ao contrário, enquanto alguns apontavam que a exploração a que as bailarinas estavam submetidas seria a de cafetões que frequentavam os espaços e por isso demandavam maior vigilância policial; as bailarinas denunciavam que para elas a exploração estaria nos proprietários dos dancings e cabarés que não cumpriam com suas obrigações trabalhistas.

Não foi somente Rocha que aproveitou espaço na imprensa para desqualificar as mulheres. Houve colunista usando seu espaço no jornal para criticar também as atividades

²⁵⁵ Última Hora, 16/01/1952, ed 183, p. 9

²⁵⁶ Revista da Semana, 10/05/1947, ed. 19.

que elas desempenhavam. Raimundo Magalhães Jr.²⁵⁷, em seu espaço semanal no *Diário de Notícias* deu sua opinião sobre o recém-extinto sindicato. Para Magalhães, a notícia do fim do sindicato não era nenhuma surpresa. Tanto porque os sindicatos não valiam nada, porque estariam sob tutela do Ministério do Trabalho, “sujeito às influências dos pelegos”, servindo somente para dar emprego aos seus presidentes e arrecadar o fundo sindical. E, principalmente, porque as “verdadeiras bailarinas” estavam amparadas pela Casa dos Artistas.

Para o colunista as verdadeiras bailarinas eram as profissionais da dança em teatro. As bailarinas de dancing não seriam bailarinas de verdade, porque fazer do samba ou da dança em dancing profissão, seria sujeitar-se a trabalhos transitórios, sem nenhuma estabilidade:

Essas dançam, apenas, como dançaria a cigarra a conselho da formiga; dançam por imprevidência, ganhando transitoriamente a vida, depois de maus passos, até que acertem de novo com um melhor caminho e uma atividade melhor...
258

As críticas seguem também a respeito da aparência das trabalhadoras. Ele diz que só pode dançar quem é “bela ou pelo menos não de todo feia”, mas que, inevitavelmente, serão relegadas quando ficarem velhas e por isso

abandonam o emprego logo que podem, trocando-o por outro, mais garantido, ou por um protetor generoso, ou mesmo um companheiro modesto. Daí ser impossível aquelas moças, condenadas ao suplício da dança, todas as noites, com desconhecidos, ter espírito de classe e pensar naquilo como numa profissão.²⁵⁹

Por fim, o colunista ainda associa o trabalho de *dancing* à prostituição, assim como faziam os colunistas dos anos 1940:

Vivem de um comercio meio suspeito, exploradas por toda espécie de rufiões e meio-caftens, que operam nesses baixos sociais, com o pensamento não de consolidar uma posição e de prosperar nela, mas quase sempre de fugir daquilo, para outro meio em que seja possível respirar um pouco melhor e viver à luz do sol. Seria o cúmulo que, depois de tudo isso, ainda estivessem dispostas a sustentar com o pagamento de um dia de trabalho por ano, os gostosões do fundo sindical...²⁶⁰

²⁵⁷ Raimundo Magalhães foi um conhecido jornalista que assinava como R. Magalhães Jr. em suas colunas semanais. Foi secretário do “A Noite Ilustrada”. Foi também um dos fundadores do “Diário de Notícias” e diretor das revistas cariocas “vamos ler” e “revista da semana”. Além de redator do “A Noite” desde 1930. Ver mais em: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Raimundo Magalhães (depoimento, 1979). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 0min).

²⁵⁸ Diário de Notícias, 02/02/1952, ed 8978, p. 3

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ *Ibidem*.

A acusação de Raimundo Magalhães busca descredibilizar as bailarinas dizendo que elas não seriam “bailarinas de verdade”, porque as “verdadeiras bailarinas” não estavam dentro de dancings e cabarés. Isto pode ser remetido a iniciativa da Casa da Bailarina de eleger enquanto diretora da organização uma bailarina que não trabalhava em *dancing*, mas que participava de companhias de dança. Na visão de Magalhães, “bailarina de verdade” não estava em *dancings*, mas em teatros e companhias profissionais, sindicalizadas na Casa dos Artistas, junto dos demais artistas como músicos, atores e cantores. As bailarinas de *dancings* e cabarés não seriam, então, nem verdadeiras artistas, nem verdadeiras trabalhadoras, porque viveriam submetidas à exploração sexual por parte de cáftens.

As acusações de Rocha e Magalhães às bailarinas, embora tenham ambas sentidos moralizantes, partem de lugares diferentes. O primeiro também trabalha no mercado de diversões, é presidente do Sindicato dos empregados em Casas de Diversões. Já Magalhães lança um olhar totalmente externo da situação e apela para aquelas ideias que circulavam de que o trabalho das bailarinas não era “trabalho de verdade”. O que eles tem em comum é que ambos ignoram a agência das mulheres no contexto de sua própria experiência. Tanto para Rocha, quanto para Magalhães, a iniciativa de organização sindical era dos homens. Para Rocha, a iniciativa teria sido dos empresários que conseguiram, em sua visão, manipular as bailarinas para que deixassem o sindicato do qual era o presidente e fosse fundar um sindicato à parte, para que esses empresários tivessem o monopólio sindical da categoria. Para o colunista Magalhães, as bailarinas estariam vulneráveis tanto a exploradores sexuais, quanto a supostos líderes sindicais. As bailarinas, nas versões desses homens, eram meras coadjuvantes e objeto de ações alheias, cujo papel seria a submissão às vontades masculinas.

Rocha e Magalhães têm em comum a impossibilidade de conceber que as bailarinas tivessem alguma consciência da exploração a que estariam submetidas por parte de empresários e de cáftens e até líderes sindicais, e tampouco teriam consciência para se organizarem num sindicato, e por isso viviam a experiência laboral de forma passiva. No entanto, os dois homens ignoram diversas dimensões da atuação e das demandas das bailarinas enquanto classe, fosse antes ou após a fundação do sindicato. O período de quase 10 anos que se estende entre 1943 e 1952 foi marcado por conflitos. Entre as diversas oportunidades de organização durante o período, as bailarinas se manifestavam em defesa de seus interesses, como na fundação da Casa da Bailarina, quando Marina Neves falou ao repórter do *A Noite*:

O senhor naturalmente viu a emoção que me assaltou quando pronunciei a minha pequena oração – disse-nos. E prosseguiu:
- Esse episódio, melhor do que tudo, fala da minha impressão desta hora. Há já alguns anos que trabalho como bailarina profissional e a criação de uma agremiação da nossa classe é uma velha aspiração minha.²⁶¹

Para Marina, a nova organização deveria ser uma agremiação de “sua classe”. Mais que isso, é preciso destacar na fala de Marina a forma como ela se coloca enquanto trabalhadora consciente da importância de se organizar, ao dizer que era bailarina profissional havia alguns anos e que a organização em uma “agremiação de classe” não era um desejo novo, mas algo construído ao longo dos anos de experiência laboral nos *dancings* da cidade.

Entre a fundação da Casa da Bailarina e a fundação do Sindicato das Bailarinas também podemos acompanhar bailarinas dando entrevistas manifestando o descontentamento com a falta de assistência e proteção social do trabalho, o que só poderia ser superado com a organização de classe, como afirmou a bailarina Yóle em 1944.²⁶² Em 1946, quando o sindicato surgiu, a carteira de identificação das associadas continha a seguinte recomendação:

É indispensável a toda a associada estar em dia com a tesouraria, para poder ter assegurados os seus direitos. Toda associada deve procurar associar a colega não sindicalizada, e participar a secretaria sempre que mude de residência. É dever de todas as associadas contribuírem para o engrandecimento do seu sindicato.

A carteira sindical além de instruir as suas associadas acerca de seus compromissos com a organização, como a necessidade de buscar aconselhar suas colegas não sindicalizadas a buscarem a filiação, também organizou o pagamento de suas mensalidades com documentos semelhantes à “carnês”. Todo pagamento era registrado mensalmente. Abaixo o pagamento da mensalidade de março, maio e dezembro de 1947. Além da mensalidade de janeiro de 1948.

²⁶¹ *A Noite*, 30 de janeiro de 1943, edição 11125, p. 3.

²⁶² *A Noite*, em 06/05/1944, Ed. 11575, p. 10.

Figura 37: Carteira sindical

Sindicato das Bailarinas e Dançarinas do
Rio de Janeiro 2380
Rua Riachuelo, II - I. Andar - Tel.

Matricula N.º 711
A Associada Maria Lourdes
de Moraes
pagou Cr\$ 10,00 de sua mensalidade de
março de 1947

FAROLITO A TESOUREIRA
OC-ABR-6604-ANEXO IV

Figura 38: Carteira sindical

Sindicato das Bailarinas e Dançarinas do
Rio de Janeiro
Rua Riachuelo, II - I. Andar - Tel. 4128

Matricula N.º 307
A Associada Maria J. Niebus
pagou Cr\$ 10,00 de sua mensalidade de
maio de 1947

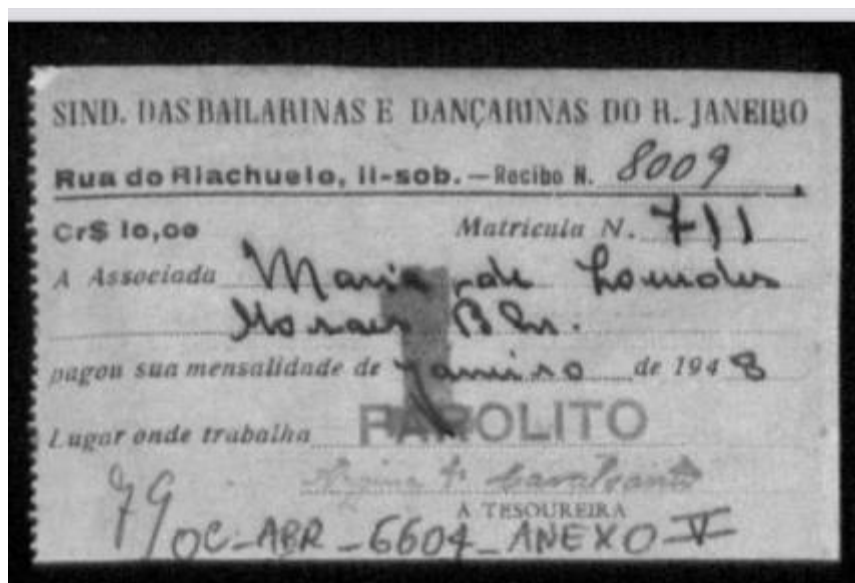
FAROLITO A TESOUREIRA
OC-ABR-6604-ANEXO II

Figura 39: Carteira Sindical

SIND. DAS BAILARINAS E DANÇARINAS DO R. JANEIRO
Rua do Riachuelo, II-sob. - Recibo N. 7.326
Cr\$ 10,00 Matricula N. 711
A Associada Maria de Lourdes
Moraes Behr
pagou sua mensalidade de Dezembro de 1947

Lugar onde trabalha FAROLITO
A TESOUREIRA
79 OC-ABR-6604-ANEXO III

Figura 40: Carteira Sindical



Os documentos além de destacar a indispensabilidade de toda associada buscar associar as colegas não sindicalizadas e sempre comunicar à secretaria a mudança de residência, também deixam escapar em seus fragmentos os nomes das tesoureiras: em 1947 era Alzira Lopes e entre o final de 1947 e o início de 1948 assumiu Argina Tavares Cavalcante. Além disso, os documentos registram a organização burocrática por parte do sindicato.

Quando o sindicato completou 1 ano de fundação, em 1947, uma secretária do sindicato também manifestou as demandas da categoria: alfabetizar todas as mulheres analfabetas e disponibilizar assistência médica e odontológica à todas as sindicalizadas.²⁶³ E mesmo nos momentos de crise, como da renúncia coletiva da mesa diretora, Zulmira Oliveira, que assumira como presidente em 1948, não deixou de manifestar as principais urgências das bailarinas: educação, assistência médica e odontológica, ajuda farmacêutica e hospitalar, assistência jurídica, aumento de salários para que pudessem aumentar os valores previdenciários e melhoria das condições de higiene dos locais de trabalho.²⁶⁴

As versões dos homens sobre a atuação dessas mulheres em nenhum momento, mesmo naqueles de maior crise, parecem fazer sentido à luz da experiência delas, de suas vivências, relações e ações. Ao contrário, a atuação das bailarinas é uma manifestação constante de luta por direitos, condições de vida digna, saúde, educação, maiores salários

²⁶³ Revista da Semana, 10/05/1947, ed. 19.

²⁶⁴ Diário da noite, 15/05/1948, ed 4599, p. 5.

e melhorias de seus locais de trabalhos. Mesmo com fim do sindicato, o parecer propondo a extinção da entidade havia sido entregue pelo Sindicato das Bailarinas junto das seguintes condições:

eximir as dançarinas de registro obrigatório na delegacia de costumes e diversões, solicitar aos empregadores facilidade para os dirigentes da classe, exercerem o direito de representa-la; exigir o cumprimento das leis trabalhistas, na parte de repouso semanal obrigatório, às segundas-feiras, de horário de trabalho, de anotações nas carteiras profissionais, e cobrança do imposto sindical.²⁶⁵

À luz da experiência dessa categoria que recuperamos desde os anos 1930, mais uma vez, percebemos a partir da perspectiva delas que a vigilância policial segue ao longo dos anos como um grande problema. Os argumentos de moralidade pública sustentaram o registro obrigatório na Delegacia de Costumes para que as bailarinas pudessem exercer seu trabalho. A vigilância e a discricionariedade da polícia diariamente sobre a atividade laboral das bailarinas continuaram a ser, até os anos 1950, uma questão.

O que podemos afirmar é que é possível identificar três momentos chaves da organização coletiva de uma categoria feminina de trabalhadoras: primeiro momento inicia-se em 1943 com a fundação da Casa da Bailarina; em 1946, é fundado o sindicato das bailarinas e dançarinas do Rio de Janeiro. Nesse período entre 1943 e 1946, não se sabe sobre a existência da Casa da Bailarina em concomitância ao Sindicato das Bailarinas. No entanto, as brechas e os espaços permitem imaginar algumas possibilidades.

A primeira é que o Sindicato das Bailarinas e Dançarinas do Rio de Janeiro surgiu de uma ruptura de algumas bailarinas com o Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões ruptura essa que aconteceu por discordâncias na condução das necessidades das trabalhadoras. Desde os anos 1930 acompanhamos as disputas sobre os sentidos de exploração daquelas mulheres e também sobre as necessidades. Em todos os momentos, foi possível notar que a perspectiva das bailarinas sobre suas experiências de maneira muito divergente daquelas apontadas pelos olhares dos homens, fossem aqueles ligados ao funcionalismo público ou aqueles que trabalharam para a imprensa. A segunda possibilidade – e esta não exclui a primeira -, é que as bailarinas não concordaram com a condução da Casa da Bailarina. É possível vislumbrar o descontentamento diante da expectativa de um espaço de acolhimento de suas demandas que na prática se materializou com a exclusão das trabalhadoras da categoria – representada pela Casa da Bailarina – da

²⁶⁵ Diário de Notícias, 04/01/1952, ed. 8953, p. 9.

mesa diretora.

O Sindicato das Bailarinas surge, nesse sentido, como a materialização das disputas das bailarinas não somente por assistência social, mas por protagonismo na condução das decisões das organizações sociais que representassem suas categorias. Ao fundarem o Sindicato das Bailarinas, elas adotam ações e perspectivas muito diferentes daquelas assumidas pela Casa da Bailarina, que possuíam caráter religioso e moral, caráter esse que não aparecia na fala da bailarina Marina, mas nas falas daqueles que tomaram a frente da organização, como nas falas de Martins e Silva, representante da instância do poder judiciário que reforçou à imprensa, a todo momento, que a organização possuía um caráter moral e religioso.

Já a bailarina Marina via na presença dos empresários e de “autoridades fiscalizadoras”, como Martins e Silva, do Juízo de Menores, um caminho para o sucesso da organização. Apesar das antigas tentativas terem se frustrado, Marina acreditava que o Sindicato estaria destinado ao sucesso devido à presença e apoio dos proprietários das casas de diversões e da autoridade fiscalizadora – o Juízo de Menores - que foram prestigiá-las na reunião. As eleições de mesas diretoras do Sindicato evidenciaram ainda mais a questão da importância do protagonismo ao eleger toda a mesa diretora com mulheres empregadas em dancings e cabarés, diferentemente da Casa da Bailarina, que muito embora tenha surgido afirmando o propósito de representar a categoria das bailarinas empregadas em dancings, não teve nenhuma representante das trabalhadoras na mesa diretora. Também o Sindicato dos Empregados em Casa de Diversão era um sindicato misto, representante de múltiplas categorias.

Por isso, também, situamos o segundo momento da experiência de organização delas em 1948, quando a diretoria decide renunciar. Não acreditamos que a ausência de explicação da imprensa sobre as razões seja mera coincidência. Essa ausência, na verdade, permite que possamos conectar a decisão da mesa diretora em renunciar com as pressões que o sindicato, quando organizado e liderado pelas próprias bailarinas, sofrera. Seja por parte de colunistas de jornais, seja pelos líderes sindicais ligados ao antigo sindicato dos empregados em casas de diversões, o qual elas fizeram parte nos anos anteriores.

Por último, situamos o terceiro momento, ainda em 1948, quando a junta governativa designada pelo Departamento Nacional do Trabalho toma posse oficialmente. Este último período de atuação tem a duração de 4 importantes anos, porque marcou uma clara disputa na liderança do sindicato, que resultou de uma intervenção do poder executivo, mas também possibilitou vislumbrarmos algumas demandas por parte

das lideranças das bailarinas acerca das possibilidades de melhora no sindicato, além de suas atuações na assistência às trabalhadoras.

Finalmente, em 1952, quando o sindicato chega ao fim, as bailarinas retornam justamente ao sindicato “geral” que elas deixaram para fundar um sindicato próprio. Dizer que o Sindicato dos Empregados em Casa de Diversões não dava conta das demandas das bailarinas e por isso elas desejavam uma organização própria não parece ser nenhum exagero. Em 1954, dois anos depois da extinção do Sindicato das Bailarinas, uma reportagem alerta para a falta de fiscalização do trabalho nas casas de diversões:

não há fiscalização do trabalho nas casas de diversões: o adicional noturno não é pago, não se desconta para os institutos, não há horário normal de trabalho. É o que existe de realidade nos “dancings”, “boites” e cabarés da cidade. (...) Seiscentas dançarinas, sem contar outras categorias, que exercem profissão reconhecida por lei, encontram-se à margem de qualquer proteção do Departamento de Fiscalização do Trabalho. Essas profissionais ignoram o que seja uma carteira profissional: sabem, apenas, que estão fichadas na Delegacia de Costumes e Diversões.²⁶⁶

A reportagem também denuncia as consequências do fim do sindicato das bailarinas para as trabalhadoras, afirmando que para além da falta de fiscalização por parte das autoridades responsáveis, a negligência também parte do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversão. Porque desde a extinção da organização, as “taxi-girls” encontram-se desamparadas, porque “o atual sindicato dos empregados em casas de diversões – nada tem feito por aquelas profissionais.” Por fim, chama atenção para uma denúncia ao Ministério do Trabalho em nome do Sindicato dos Músicos, segundo tal sindicato:

Há poucos dias o sindicato dos músicos apresentou denúncias ao ministério do trabalho contra as casas de diversões, pleiteando a fiscalização “in-loco”. Informou esse órgão que “imperam a burla as leis, não se fazendo sentir os efeitos da Legislação Trabalhista”. Trabalham nos “dancings”, cabarés e “boites” mais de mil e quinhentos empregados, destacando-se, numericamente, as dançarinas.²⁶⁷

Mais uma vez é o número considerável da categoria profissional das bailarinas que é destacado. Nesse sentido, ressaltamos que a imprensa, ao anunciar o fim do sindicato das bailarinas utilizou das palavras “fusão” e “absorção” para explicar o que estava acontecendo. Não foi dito somente que as bailarinas estariam retornando ao antigo sindicato. Mas que o sindicato das bailarinas estaria se fundindo ao sindicato dos empregados em casas de diversão.

²⁶⁶ Tribuna da Imprensa, 23 de dezembro de 1954, Ed. 1519, p. 11.

²⁶⁷ *Ibidem*.

E é nesse sentido que destacamos que embora o Sindicato tenha chegado ao fim em 1952, os 5 anos em que ele atuou na cidade não devem ser menosprezados. Ao contrário, os anos de atuação das bailarinas enquanto classe organizada no aparelho sindical do Estado indica quais eram as condições de serem colocados em práticas os direitos sociais. É melhor que deixemos a discussão em torno da exploração ou não das bailarinas ou mesmo da passividade frente às injustiças da atividade para os jornais da época.

Ao contrário, as bailarinas tinham suas demandas, suas necessidades e juntas decidiam promover festas e rituais próprios que enalteciam seu trabalho na diversão noturna carioca. Mais que a associação voluntária por razões econômicas, o sindicato tinha também o objetivo de fazer com que elas alcançassem maior respeitabilidade perante a sociedade e dignidade através de sua atividade laboral em momentos de dificuldade, como em caso de enfermidade ou morte.

As bailarinas começaram a se organizar numa organização não sindical. A Casa da Bailarina era uma organização civil, cujos objetivos estavam o assistencialismo médico, odontológico e moral de seus sócios. A prática da organização esteve, assim, muito próxima das associações mútuas,

O associativismo, o sindicalismo e as lutas por direitos foram sempre marcados pela questão de uma abordagem que leve em conta as relações de gênero, o que nos permitiu iluminar as demandas, prioridades e necessidades das mulheres trabalhadoras de *dancings* em seus próprios termos, que se diferenciavam dos observadores, da imprensa, dos empresários e da polícia. Além de sua experiência de trabalho dançando na noite durante os anos 1940, elas também ocuparam o lugar de chefes familiares, com responsabilidades pelo sustento de outros e dos serviços domésticos. Nesse caso, a construção de cidadania, para elas, passava pela filiação sindical por direitos trabalhistas, mas também por serem reconhecidas como donas de casa dignas de respeito e reconhecimento.

Nesse sentido, o sindicato das bailarinas mais do que uma associação de classe que visava a regulamentação das horas de trabalho, foi um instrumento de uma rede de sociabilidade, de solidariedade e também um meio de legitimação e afirmação das trabalhadoras de *dancing* e *cabarets* como respeitáveis. Acompanhando seus anos de atuação vemos que a associação promoveu redes de ajuda mútua muito parecidas com aquelas promovidas pela *Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita* (ABFRI), organizada por mulheres e homens que trabalharam no comércio sexual nas

primeiras décadas do século XX. A organização teve funções assistencialistas para “autoproteção e socialização” e realizou socorros médicos e enterros de seus associados.²⁶⁸

²⁶⁸ KUSHNIR, Beatriz. Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

EPÍLOGO

“Venho de Odaléia, uma profissional daquelas que furam cartão e de vez em quando sobem no palco; ela cruzou com meu pai e de repente eu vim, no dia 22 de setembro de 1945.”²⁶⁹
(GONZAGUINHA)

Odaléia Guedes dos Santos cantava no *Dancing Brasil* e foi lá que conheceu Luis Gonzaga, o Rei do Baião. Juntos, tiveram um filho, o cantor brasileiro Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, conhecido como Gonzaguinha. Como outras trabalhadoras desses locais, Odaléia foi vítima fatal de uma tuberculose, que era considerada endêmica entre as bailarinas de *dancing* nos anos 1940.²⁷⁰ Com a morte precoce, deixou Gonzaguinha órfão ainda nos primeiros anos de vida.

Figura 41: Foto de Odaleia Guedes dos Santos²⁷¹



A história de Odaléia não era um caso isolado. A história das bailarinas que contamos nesta dissertação recuperaram experiências de moças muito jovens que viram nos lugares de dançar a possibilidade de um arrimo familiar, de viver de forma independente e melhor. Acompanhamos as transformações dos sentidos dos locais de diversão no Rio de Janeiro das décadas de 1930 e 1940, cujos limites morais eram difusos e se constituíram em intensas disputas, a partir das diversas designações atribuídas aos *dancings*. Os sentidos e significados dos estabelecimentos de lazer foram se transformando a partir da construção de uma memória coletiva. Estes significados, por

²⁶⁹ Americo Luis Martins da Silva. *A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca*. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

²⁷⁰ O Jornal (RJ). 14 de junho de 1946. Ed. 8013, p. 5.

²⁷¹ Ver em: Family Search. <https://ancestors.familysearch.org/en/K2HM-Z62/odal%C3%A9ia-guedes-dos-santos-1923-1947?cid=tree-ancestors-r9+Person+Header+copy>. Acesso em 17/03/2022.

sua vez, possuíam sentidos morais, cuja questão de segurança e periculosidade relacionava-se com o crime de lenocínio.

A imprensa, dos biógrafos e também das dançarinas nos serviu como fonte. Os indícios sobre o espaço (os lugares de dançar) que aparecia na saudade, na nostalgia e na idealização dos lugares sociais (a imprensa, das próprias bailarinas, dos sambistas) foram recuperados através das entrelinhas daquilo que era dito e também do que não foi dito, mas que em leituras à contrapelo podemos identificar para entender o que foi vivenciado nas relações e que construíram, idealmente, a noite do Rio de Janeiro.

Por outro lado, identificamos que o sentido de exploração na visão das bailarinas não tinha nada a ver com “caftens”, e que em verdade se traduzia nas duplas jornadas e no desrespeito dos empresários às leis trabalhistas. A partir dos registros produzidos pela polícia e pelos jornais, analisamos a forma como mesmo na vigência da CLT, o trabalho das mulheres do mercado de diversões sempre ficou sob o jugo da polícia de costumes. Nessas relações conflituosas acompanhamos as estratégias das bailarinas diante de seu repertório de ação, cujo sindicato surgiu como instrumento de defesa da dignidade daquelas mulheres. O sindicato formado por mulheres, ganhou um sentido específico, cujas preocupações e demandas das filiadas ganhavam o marcador de gênero. Diferente das noções externas, como da imprensa e da polícia, que muito mais se preocupavam com os níveis de periculosidade dos locais, as mulheres entendiam a sua posição como trabalhadoras e chefes de família, cujo *dancing* era a principal fonte de renda.

O serviço doméstico desempenhado por elas quando chegavam em casa era uma referência moral que respaldava suas reivindicações como trabalhadoras. Em outras palavras, para obter o reconhecimento da profissionalização da categoria de bailarina, elas mobilizavam determinados códigos e estratégias para serem vistas como mulheres dignas de respeito e reconhecimento. A organização das bailarinas num sindicato foi também a construção de uma noção de cidadania, cujo gênero foi um marcador da diferença entre homens e mulheres que, ao se organizar possuíam diferentes demandas e formas de se entenderem enquanto cidadãos no jogo republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1. Fontes Manuscritas

1.1 Arquivo Nacional – AN

a) Fichas de bailarinas do Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões

- Noemia Silva. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 5790.
Suzana Rodrigues. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 5335.
Hilda Antonio. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 5914.
Angelina Ferreira Pinto. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 05102.
Zulmira Soares de Oliveira. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 4939.
Maria de Lourdes Pereira. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód.5047.
Lourdes Santos. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 5494.
Alma Rubens de Medeiros. Fundo da delegacia de costumes e diversões, cód. 7616,
Aristina de Oliveira Porco. Fundo da delegacia de costumes e diversões, cód. 5145.
Izabel Paes de Oliveira. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 4866.
Ilma Alves do Prado. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 5154.
Rosalia Cavalcante Ribeiro. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 5270.
Léa Aimbinder. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 36.
Anizia Lopes. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 7447.

b) carteira sindical

- Maria de Lourdes de Moraes Behr. Fundo da Delegacia de Costumes e Diversões, cód. 6604. Anexo II, III, IV e V.

1.2 Acervo do Family Search

Livro de óbitos

Odaleia Guedes dos Santos. Disponível em:
https://ancestors.familysearch.org/en/K2HM-Z62/odal%C3%A9ia-guedes-dos-santos-1923-1947?cid=tree-ancestors-r9+Person_Header_copy. Acesso em 17/03/2022.

2. Fontes Impressas

2.2 Biblioteca Nacional Digital – BNDIGITAL

Periódicos

A Batalha (1931)
A Manhã (1926-1927, 1929, 1944, 1946-1948, 1952)
A Noite (1912, 1943-1944, 1946-1948, 1952)
A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ) (1949)
A Notícia (RJ) (1910)
Correio da Manhã (1931)
Diário Carioca (1931, 1948-1949, 1952)
Diário da Noite (1948)
Diário de Notícias (1931, 1939, 1942-1943, 1946-1949, 1952)
Don Quixote (1924)
Gazeta de Notícias (1943-1944, 1946-1949)
Jornal do Brasil (1946-1947)
Jornal do Comércio (1946, 1948)
O Jornal (1928, 1946-1947)
O Radical (1943)
Revista da Semana (1946-1947)
Tribuna da Imprensa (1952, 1954)
Tribuna Popular (1946)
Última Hora (1952-1953)

2.3 Biografias, memórias, literaturas, dicionários-históricos

ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

AMARAL, Maria Adelaide. *Dercy de cabo a rabo*. São Paulo: Editora Globo, 6ª edição, 2011.

MOURA, Roberto. *Praça Onze: no meio do caminho tinha as meninas do Manguê*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 1999

SILVA, Americo Luis Martins da. *A Época de Bueno Machado, Dançarino e Cabaretier: Viagem pelo tempo na Belle Époque Carioca*. Createspace Independent Publishing Platform; Large Print edição (14 junho 2015).

2.4 Decretos, leis e Códigos Penais

Código Penal de 1890, sob o Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.

Código Penal de 1940, sob o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sob o Decreto-Lei nº 5452 de 1 de maio de 1943.

3. Fontes Orais

3.1 Acervo digital do CPDOC/FGV

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Raimundo Magalhães (depoimento, 1979). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 0min). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/raimundo_magalhaes/pho_1014_raimundo_magalhaes_1979-01-23_liberacao.pdf. Acesso: Abril de 2022.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, W. O Jogo da Dissimulação. Abolição e Cidadania Negra no Brasil. Ed. Companhia das Letras, 2009.

ABREU, Maurício. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Iplanrio-Jorge Zahar. 1987.

ABREU, Martha. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____ O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano, livro 1: O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENJAMIN, Walter. "Cervejaria". In: Rua de mão única. Obras escolhidas II. 2ª. ed. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 163, June 2013.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2 ed. Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2005.

CHAZKEL, A. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 31-48, 2013.

CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2000, p. 141.

_____. O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. Tempo, núm. 9, julho, 2000.

DAMASCENO, Caetana. Segredos da boa aparência : da "cor" à "boa aparência" no mundo do trabalho carioca (1930-1950). Seropédica: EDUFRRJ, 2011.

ESTEVAM JÚNIOR, O.. Schottish in brazil at the end of the 19th century. Brazilian journal of development, v. 6, p. 66080-66088, 2020.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio; FONTES, Paulo. Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45, 2002.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20165>. Acesso em: 6 abr. 2022.

FRACCCARO, Gláucia. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016.

_____. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. Revista Brasileira de História [online]. 2017, v. 37, n. 76

FRENCH, John. O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 –1950. São Paulo: Editora Hucitec. 1995.

GOMES, Angela de Castro. “O Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas

sobre a trajetória de um conceito”. Em *O Populismo e sua História: debate e crítica*, org. Ferreira, Jorge, 17-57. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

_____. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

GOMES, T. de M. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920*. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 23, p. 121–147, 2016.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, v. 14, n. 28, p. 8-39, 29 abr. 2013.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1977.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. N. (Org.). *Direitos e Justiça no Brasil. Ensaios de história social*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LEITE, Juçara Luzia. *Mangue como República: um caso de polícia no Rio de Janeiro*. In: *MNEMOSINE REVISTA*. Programa de Pós-graduação em História/UFCG. Vol. 2 – nº 1jan/jun 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

LEUCHTENBERG, Rafaela. *A influência das associações de socorros mútuos dos trabalhadores na Sociedade de Florianópolis (1886-1931)*. In: *M A C C O R D*, Marcelo; *BATALHA*, Claudio H. M (orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

LOBATO, Mirta Zaida; DAMILAKOU, María; TORNAY, Lizel. *Las reinas del trabajo bajo el peronismo*. In: *LOBATO, Mirta Zaira (ed.)*. *Cuando las mujeres reinaban: belleza, virtud y poder en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires; Editorial Biblos, 2005.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____ Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime expulsão na capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

NEGRO, Antonio Luigi. “Paternalismo, Populismo e História Social”. CadernosAEL, 11, n. 20/21 (2004): 11-38.

O’ DONNELL, Julia. A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PEREIRA, Leonardo. As barricadas da saúde: Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____ NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. História, Franca, v. 35, e99, 2016.

_____ A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 63-88, jan. 2017.

_____ A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

PEREIRA NETO, M. L. Eleitoras: participação política e comportamento eleitoral feminino nos anos 1950 em São Paulo. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 13, p. 9, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e74609. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/74609>. Acesso em: 29 dez. 2021.

POPINIGIS, Fabiane. Proletários de casaca: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920). 1a. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____; TERRA, P. C. . Historiografia da escravidão e do trabalho no Brasil - avanços e desafios. In: Rossana Barragán Romano; Amaru Villanueva Rance; Cristina Machicado Murillo. (Org.). Trabajos y Trabajadores en America Latina (siglos XVI-XXI). 1ed.La Paz: Centro de Investigaciones Sociales, 2019, v. 1.

_____; SOUZA, Robério Santos; MORAES, Renata. Apresentação do dossiê: “Associativismo e experiências negras nas lutas por direitos nos mundos do trabalho”. Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlat>. Acesso em: 29/01/2022.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense (Col. “Tudo é História”, nº 89), 1984.

SCHETTINI, Cristiana; POPINIGIS, Fabiane. *Dossiê: Perspectivas de gênero nos mundos do trabalho*. V. 1, N.º. 2 – Julho – Dezembro de 2009.

SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____ “Circuitos de trabalho no mercado de diversões sul americano no começo do século XX”. In: **Cadernos AEL**, Vol. 17, No 29 (2010). P. 99-131.

_____ *Between Rio's Red-Light District and the League of Nations: Immigrants and Sex Work in 1920s Rio de Janeiro*; Cambridge University Press; *International Review Of Social History*; 62; 12-2017; 105-132.

_____ and GALEANO, Diego. Os apaches sul-americanos: conexões atlânticas e polícia de costumes no início do século XX. *Anu. colomb. hist. soc. cult.* [online]. 2019, vol.46, n.2, pp.87-115.

_____ *CLICHÊS BARATOS*. Sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do século XX. *Ano*, 2020. Formato, ePub. Ed. UNICAMP. 2020.

SCHWARCZ, Lilia. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª- ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCOTT, J. W.. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.

SILVA, Ana Paula da, BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. “As American girls: migração, sexo e status imperial em 1918”, *Horizontes Antropológicos*, 15 (2009).

SILVA, Claudielle Pavão da. “Flores horizontais”: sociabilidade, prostituição e travestilidade na zona do mangue (1960-1970). 2016.

SILVA, Pedro Sousa da. *O Governo Dodsworth: administração e intervenção urbana no Estado Novo (1937-1945)*, 2017

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Wanderson. Segurança pública, transgressões, violência e conflitos na atuação cotidiana dos policiais em Salvador-BA (1937-1945). História e Perspectivas, Uberlândia (49): 36-101, jul./2013.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELASCO, Carolina Gonzales. Gente de teatro – ócio y espectáculos em la Buenos Aires de los años veinte. Buenos Aires: Siglo vintiuno, 2012.

VELASQUES, Muza Clara Chaves. A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca. Dissertação – Departamento de História – UFF. Niterói, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VERAS, Flavia Ribeiro. Tablado e Palanque – a formação da categoria profissional dos artistas no Rio de Janeiro (1918-1945). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012,

_____ “Fábricas da alegria”: o mercado de diversões e a organização do trabalho artístico no Rio de Janeiro e Buenos Aires (1918-1934). Tese. 2017.

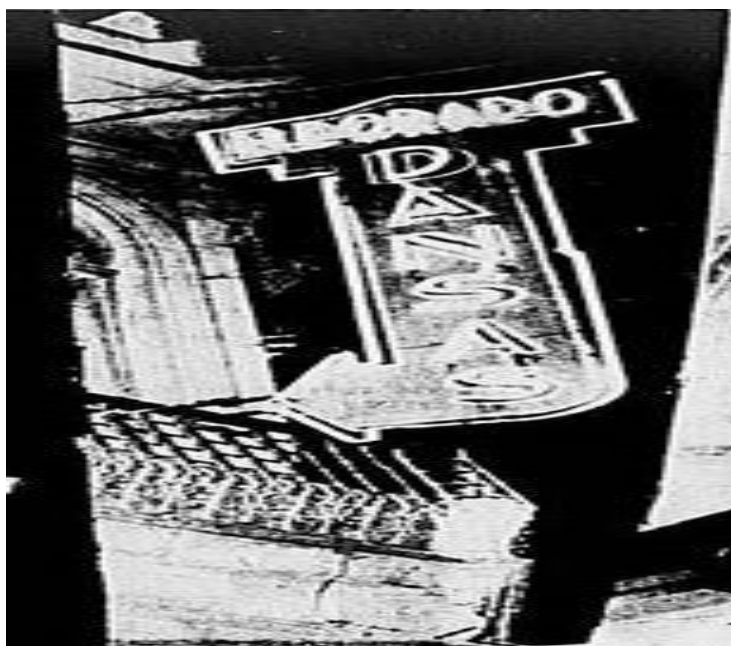
VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: M A C C O R D , Marcelo; B A T A L H A , Claudio H. M (orgs.). Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1: Avenida danças no Jornal A Manhã, em 18/08/1946, p. 14.



ANEXO 2: Eldorado dansas no Jornal A Manhã, em 18/08/1946, p. 14.



ANEXO 3: Samba danças no Jornal A Manhã, em 18/08/1946, p. 14.



ANEXO 4: Jornal Rio. Cabaret novo mexico no Jornal Rio, em 1953 ed 0170-0171 p. 175



ANEXO 5: Bellas artes no Jornal A Manhã, em 18/08/1946, p. 14.

